UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

RAQUEL DA CRUZ LIMA

O direito penal dos direitos humanos:
paradoxos no discurso punitivo da Corte Interamericana de Direitos Humanos

São Paulo

2013

RAQUEL DA CRUZ LIMA

O direito penal dos direitos humanos:
paradoxos no discurso punitivo da Corte Interamericana de Direitos Humanos

Dissertação apresentada à Faculdade de
Direito da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em Direito
Área de Concentração: Direito
Internacional
Orientador: Prof. Dr. André de Carvalho
Ramos

São Paulo
2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Da Cruz Lima, Raquel.

O direito penal dos direitos humanos: paradoxos no discurso punitivo da Corte Interamericana de Direitos Humanos / Raquel da Cruz Lima ; orientador André de Carvalho Ramos. - São Paulo, 2013.
165 f. : il.

Dissertação (Mestrado)--Universidade de São Paulo, 2013.

1. Direitos humanos. 2. Corte interamericana de direitos humanos. 3. Dever de punir 4. Jurisprudência. 5. Direito Penal.

Folha de Aprovação

Nome: DA CRUZ LIMA, Raquel.

Título: O direito penal dos direitos humanos: paradoxos no discurso punitivo da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Direito

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Para Lina (*in memoriam*), Lúcia,
Lucila e Dorotéia, as grandes
mulheres que me criaram.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, pelo apoio à realização deste trabalho.

Ao meu orientador, André de Carvalho Ramos, cuja obra me instigou a refletir sobre o dever de investigar e punir, agradeço por todo apoio e por ser um exemplo na sua atuação como professor e defensor do direito internacional dos direitos humanos.

Aos colegas e professores da pós-graduação, agradeço pelo diálogo e pelo aprendizado permanente. Ao professor Alberto do Amaral Júnior e à professora Rossana Rocha Reis, agradeço pelas contribuições que recebi no exame de qualificação.

Aos meus colegas e professores do curso de História da USP, que iniciei em paralelo ao mestrado, agradeço pela paciência e pelos constantes incentivos.

Aos meus colegas do Núcleo de Estudos Internacionais, especialmente aos participantes do Projeto de Atuação na Corte Interamericana de Direitos Humanos (P5’), agradeço pela convivência e pela confiança que sempre depositaram em mim. A Ana Paula Garcia, Giovana Teodoro, Julia Cruz, Patrícia Martinuzzo, Rodrigo Marchini, Thiago Reis e Surrailly Youssef, agradeço pelo entusiasmo e pela dedicação.

Aos participantes da Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama, agradeço por terem compartilhado comigo a experiência de aprender a aprender. A Adriane Sanctis, Alcyr Barbin Neto, Anderson Lobo, Brenda Rolemberg de Lima, Douglas Ferreira da Silva, Flora Sartorelli, Isabela Gomes, Marcos Nascimento, Mariel Safdie e Sun Yue, sou grata por ter dividido com vocês o desafio de “fazer pensando e pensar fazendo”. A Clínica Luiz Gama me deu a oportunidade de conhecer pessoas incríveis cuja luta em nome dos direitos humanos é fonte de inspiração permanente. A Alderon Costa, Anderson Lopes, Átila Pinheiro, Daniel de Lucca, Michael Nolan, Padre Julio Lancellotti e Valter Machado agradeço pelas conversas que marcaram tão profundamente a minha visão de direitos humanos.

A todas as pessoas atendidas pela Ouvidoria Comunitária da População de Rua, agradeço por me ensinarem a escutar.

Aos queridos amigos da São Francisco, Luísa Luz e Igor Rolemberg, pelo carinho, pela lealdade e pela parceria.

A Cassia Suguinoshita, Priscila Godoy, Thaissa Favaro, Vivian Tsukamoto e Rodrigo Vergnhanini, agradeço pela presença mesmo quando distante.

A toda a minha família: meu pai, Severino, por sua coragem e perseverança; minha mãe, Lúcia, minha grande professora, que me ensinou a aprender; minha tia e mãedrinha, Lucila, por tanto carinho e generosidade; meu avô, Vicente, cujo senso de humor, a ética e a capacidade de contar histórias me ensinam a viver; e minha avó, Lina, com quem tive pouco tempo de convivência, mas mesmo assim norteia tanta coisa que faço. A Dorotéia, cujos cuidados e carinho foram fundamentais para tudo que consegui até hoje. Muito obrigada.

Ao Jefferson, meu companheiro para a vida, agradeço simplesmente por tudo.

RESUMO

DA CRUZ LIMA, Raquel. **O direito penal dos direitos humanos: paradoxos no discurso punitivo da Corte Interamericana de Direitos Humanos**. 2013. 165 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

O objetivo deste trabalho é analisar decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos que tratem do dever de os Estados investigarem e punirem os responsáveis por violações de direitos humanos. Considera-se que o Sistema Interamericano tem tido um papel de destaque no processo de desenvolvimento de uma norma internacional que determina a responsabilidade criminal individual por violações de direitos humanos.

Mesmo com todas as mudanças políticas ocorridas nos países que aceitam a jurisdição da Corte IDH, esta pesquisa identifica que o direito penal tem sido um tema marcante na jurisprudência interamericana, tanto na apuração da responsabilidade estatal quanto na imposição de medidas de reparação. Mesmo assim, quando se comparam diferentes tipos de casos que lidam com a atuação da justiça criminal, paradoxos e lacunas na visão que a Corte Interamericana tem do direito penal começam a emergir.

Palavras-chave: Direitos humanos. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Dever de punir. Jurisprudência. Direito Penal.

ABSTRACT

DA CRUZ LIMA, Raquel. **The criminal law of human rights: paradoxes in the criminal discourse of the Inter-American Human Rights Court**. 2013. 165 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

The aim of this work is to analyze the decisions of the Inter-American Court of Human Rights dealing with the duty of States to investigate and punish those responsible for human rights violations. It is taking into account that the Inter-American System has had a prominent role in the development of an international standard establishing individual criminal accountability for human rights violations.

Even with all the political changes in the countries that accept the jurisdiction of the IACHR, this research identifies that the criminal law has been a striking matter in the Inter-American jurisprudence, both in the establishment of state responsibility as the imposition of remedial actions. Still, when comparing different types of cases that deal with the criminal justice, paradoxes and gaps in how the Inter-American Court oversees the criminal law begin to emerge.

Keywords: Human Rights. Inter-American Court of Human Rights. Duty to punish. Jurisprudence. Criminal Law.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de casos apresentados à Corte Interamericana de Direitos Humanos por ano	17
Gráfico 2 – Maneiras como a punição aparece na jurisprudência da Corte Interamericana	59
Gráfico 3 – Número de casos selecionados para a análise dentre aqueles que ingressaram na Corte entre 01/07/2001 e 28/06/2010.....	85
Gráfico 4 – Dois sentidos da punição na jurisprudência da Corte IDH.....	94
Gráfico 5 – Fundamentos penais das sentenças condenatórias.....	110
Gráfico 6 – Relação entre a causa de responsabilidade e a medida de reparação de investigar e punir	111
Gráfico 7 – Posição da Comissão, das vítimas e da Corte nos casos contenciosos sobre questões penais	116
Gráfico 8 – Defesa da imposição do dever de investigar e punir como medida de reparação	117
Gráfico 9 – Artigos da CADH cuja violação foi reconhecida pela Corte IDH	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação das condenações dos responsáveis por violações de direitos humanos ocorridas posteriormente a uma ordem da Corte Interamericana	91
Tabela 2 – Distribuição cronológica dos casos que não satisfizeram o critério temático da pesquisa.....	121

ÍNDICE DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art.	Artigo
CADH	Convenção Americana sobre Direitos Humanos
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CtIDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
ESC	Econômicos, sociais e culturais
ONU	Organização das Nações Unidas
OEA	Organização dos Estados Americanos
Par.	Parágrafo
SIDH	Sistema Interamericano de Direitos Humanos
TPI	Tribunal Penal Internacional

SUMÁRIO

1. Introdução	14
2. Metodologia	24
3. A Corte Interamericana de Direitos Humanos contextualizada.....	29
3.1. A criação do Sistema Interamericano de Direitos Humanos	30
3.2. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos e outros tratados interamericanos	32
3.3 A Comissão Interamericana de Direitos Humanos	36
3.4 A Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	41
3.5 Diversificação temática nas demandas analisadas pelo Sistema Interamericano	45
4. O discurso punitivo da Corte Interamericana de Direitos Humanos	51
4.1 O início da jurisprudência contenciosa e o dever de investigar e punir	52
4.2 O dever de punição como causa de responsabilidade e medida de reparação	58
4.2.1. Sentidos do direito de acesso à justiça.....	60
4.2.2. O dever de investigar e punir como medida de satisfação do direito à verdade judicial	78
4.3 A responsabilidade criminal individual em um sistema de responsabilização estatal por violações de direitos humanos.....	85
5. Tensões na relação entre o direito penal e os direitos humanos no Sistema Interamericano	93
5.1 Limites à possibilidade de sancionar	95
5.2 Paradoxos na visão da Corte Interamericana sobre o papel das sanções penais.....	105
6. Considerações finais	115
Referências.....	123
APÊNDICE I: Relação final dos casos analisados	144
APÊNDICE II: Exemplo de fichamento individual	153
APÊNDICE III: Modelo final da análise qualitativa da jurisprudência	157
APÊNDICE IV: Base de dados da análise quantitativa dos casos	159

I took the view that a Human Rights Tribunal such as the Inter-American Human Rights Court is not only meant to settle disputes and cases, but also to explain 'what the law is'.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto (apud TANNER, 2009, p.988)

1. Introdução

O Sistema Interamericano de Direitos Humanos começou a ter a sua arquitetura institucional elaborada após a Segunda Guerra Mundial, pautado pela lógica comum aos sistemas de proteção aos direitos humanos surgidos no diapasão da Carta de São Francisco de 1945: a imposição do dever estatal de respeitar a dignidade humana e garantir direitos básicos a seus jurisdicionados, tanto nacionais quanto estrangeiros (CARVALHO RAMOS, 2012b, p. 26).

Na medida em que se entenda a internacionalização dos direitos humanos como a existência de uma ordem jurídica vigente na qual à violação de alguma de suas regras deve corresponder a responsabilidade de reparar (CARVALHO RAMOS, 2012b, p. 30), as decisões dos mecanismos de monitoramento do cumprimento dos tratados internacionais tornam-se fundamentais àqueles que se propõem a estudar a prática dos direitos humanos no sistema internacional. Os mecanismos coletivos de aferição de responsabilidade internacional do Estado realizam, a um só tempo, três importantes funções que asseguram a transposição da norma de direitos humanos do plano do enunciado abstrato para o balizamento de condutas concretas (i) verificam a compatibilidade entre as condutas internas e as normas internacionais; (ii) corrigem ações ofensivas às obrigações internacionais por meio da determinação de novas condutas; e (iii) interpretam as normas internacionais, esclarecendo seu alcance e sentido (CARVALHO RAMOS, 2001, pp. 53-54)

No caso do Sistema Interamericano, o intérprete original de seus tratados é a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Esta possui competência tanto para decidir casos contenciosos que apurem a responsabilidade de Estados que aceitem sua jurisdição, quanto para emitir opiniões consultivas sobre qualquer tratado de direitos humanos. Assim, a Corte IDH tem o importante papel de assegurar que o viés universalista do Sistema não se limite ao conteúdo de seus tratados, mas seja afirmado, sobretudo, pela interpretação coerente desses textos (VENTURA ROBLES, 2012, p. 143), a qual não poderia ficar

refém dos inevitáveis localismos que emergiriam caso a aplicação dos direitos protegidos pelo Sistema IDH fosse feita exclusivamente por tribunais nacionais (CARVALHO RAMOS, 2012b, p. 31).

A atuação da Corte – como órgão judicial que é – está condicionada à sua provocação que, no caso da competência contenciosa, tem ficado restrita aos casos apresentados pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)¹. Esse fato não aponta simplesmente para um dado institucional, mas ajuda a entender a trajetória de desenvolvimento da jurisprudência da Corte Interamericana.

A Comissão Interamericana foi o primeiro órgão da OEA efetivamente criado para cuidar da promoção dos direitos humanos e o início da sua atuação, em 1960, antecedeu a existência de um tratado vinculante sobre a matéria. A proliferação de regimes militares na América Latina fez com que, em pouco tempo, a CIDH passasse a se dedicar ao enfrentamento das violações de direitos humanos graves e sistemáticas, caracterizadas pela ausência ou ineficiência dos mecanismos nacionais de proteção a direitos (MEDINA QUIROGA, 1990, p. 440). A falta de interesse dos governos locais em participar dos procedimentos perante a Comissão, até mesmo para produzir provas que negassem supostas violações (GONZÁLEZ, 2010, p. 106), contribuiu para que o sistema de casos individuais fosse visto como um mecanismo secundário, comparado com o trabalho de documentação da situação geral dos direitos humanos nos países da OEA e o esforço para pressioná-los politicamente (MEDINA QUIROGA, 1990, p. 442). Tom Farer, ex-presidente e membro da CIDH entre 1976 e 1983, comenta a opção da Comissão por reportar a situação dos Estados, em detrimento do sistema de casos individuais:

The Commission could have concentrated on individual cases, futilely but respectably pursuing an endless paper trail of victims' complaints and official denials, and occasionally issuing as "reports" mere collections of the self-congratulatory, no less than imaginative, self-assessments sent up to its Washington offices by one or another government. Instead, it converted itself into an accusatory agency, a kind of "Hemispheric Grand Jury", storming around Latin America to vacuum up evidence of high crimes and misdemeanors and marshaling it into bills of indictment for delivery to the political organs of the OAS and the court of public opinion. (1997, pp. 511-512, *grifo nosso*)

Os recursos escassos que sempre caracterizaram o orçamento da CIDH (HANASHIRO, p. 52) aprofundaram essa tendência a negligenciar o processamento de casos individuais. Como afirma Medina Quiroga

¹ De acordo com o art. 61 da CADH, os Estados também podem submeter casos à Corte. Essa possibilidade, porém, não tem gerado repercussão prática, de modo que são as demandas encaminhadas pela CIDH que têm pautado a agenda da Corte (PASQUALUCCI, 2013, p.131).

Apparently, the Commission viewed itself more as an international organ with a highly political task to perform than as a technical body whose main task was to participate in the first phase of a quasi-judicial supervision of the observance of human rights. The Commission's past made it ill-prepared to efficiently utilize the additional powers the Convention subsequently granted it (1990, p. 443, *grifo nosso*).

Não é por acaso, portanto, que se passaram oito anos entre a primeira sessão da Corte Interamericana (1979) e a adoção de sua primeira decisão em um caso contencioso (1987). Inicialmente, a Comissão não parecia apta² a encaminhar demandas individuais, preferindo, ao invés disso, provocar a jurisdição consultiva da Corte (CARVALHO RAMOS, 2012b, p. 223)³. Nesse processo, a CIDH precisava reorientar seu método de atuação em face não apenas do novo órgão que se incorporava ao SIDH, mas também das mudanças políticas que estavam em curso em diversos países da região.

Conforme a Comissão começou a incorporar o acesso à Corte à sua rotina, muito do seu padrão de trabalho foi mantido, em especial a preocupação de que os casos não representassem apenas litígios individuais, mas tocassem em problemas que se reportassem a contextos mais amplos de violações de direitos humanos, tanto dentro dos países demandados quanto em toda a região. Naturalmente esta forma de encarar os casos foi definida também pela escassez de recursos⁴ e o consequente baixo número de casos anualmente submetidos à Corte⁵, conforme ilustrado pelo gráfico abaixo:

² Thomas Buergenthal, juiz da Corte IDH entre 1979 e 1991, constatou a inaptidão da CIDH para atuar em casos contenciosos até mesmo em relação à elaboração dos relatórios exigidos pela Convenção Americana, sobretudo na parte relativa ao *fact-finding* (FROST, 1992, p. 180).

³ Para Cançado Trindade, as primeiras opiniões consultivas tiveram um papel importante para iluminar questões importantes do SIDH, como o escopo da proteção conferida pela Convenção Americana e o funcionamento do próprio Sistema (2003b, p. 8).

⁴ A escassez de recursos é um obstáculo que tem marcado o funcionamento do SIDH desde a criação da Comissão até os dias de hoje. Para Nikken, existe uma grave incoerência entre a demanda dos Estados por um suposto fortalecimento do Sistema e a falta de disposição para financiá-lo (2012, p. 129). É ilustrativo desse argumento o fato de nos últimos 5 anos o Brasil ter feito uma única contribuição diretamente à CIDH, no valor de apenas 300 mil dólares. Cf. CIDH, *Cidh agradece contribuição financeira do Brasil*, Comunicado de Imprensa No. 61/08, disponível em: <<http://cidh.oas.org/Comunicados/Port/61.08port.htm>>. Último acesso em: 12 jul. 2013.

⁵ Comentando os desafios gerados pela entrada em vigor do quarto regulamento da CtIDH, Cançado Trindade afirma existir uma tendência irreversível de aumento dos casos contenciosos apresentados pela CIDH (CANÇADO TRINDADE, 2003a, p. 55). Se o gráfico abaixo comprova um incremento importante a partir de 2003, observa-se também que, depois disso, o crescimento não foi constante, preservando uma média de 14 casos por ano.

Gráfico 1 - Número de casos apresentados à Corte Interamericana de Direitos Humanos por ano

Assim, estudar a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos é olhar para um conjunto de sentenças inscritas em uma história de proteção dos direitos humanos que não enxerga cada violação como um problema pontual. Ao invés disso, as violações são encaradas como sintomas de falhas estruturais que, nesta condição, devem ser tratadas.

Essa característica do Sistema não resultou apenas do trabalho histórico da Comissão – que, como filtro das demandas, tem bastante poder sobre o universo de casos enfrentados pela Corte –, mas decorreu igualmente de como a própria Corte concebia o seu papel e das expectativas que as grandes ONGs internacionais tinham em relação ao SIDH⁶.

O CEJIL⁷, por exemplo, uma das ONGs mais ativas no Sistema, tinha como dois dos cinco critérios para determinar o encaminhamento de uma petição individual à CIDH (i) a frequência e a exemplaridade das violações de direitos humanos ocorridas no caso

⁶ A força das ONGs internacionais para influenciar os rumos do sistema foi e continua a ser uma fonte de crítica de alguns Estados. Para Buergenthal e Cassell, a concentração da maior parte dos primeiros casos do SIDH sob a responsabilidade de poucas ONGs internacionais com sede em Washington e a influência destas ONGs sobre a Comissão foram motivos para críticas de muitos Estados, que alegavam ocorrer uma politização das demandas (1998, pp. 550-551).

⁷ Sigla para Centre for Justice and International Law. Para mais <<http://cejil.org/>>

específico em relação a todos os países do continente, além do (ii) potencial do caso para desenvolver questões legais com impacto jurisprudencial sobre distintos órgãos de direitos humanos (HANASHIRO, 2001, p. 63).

Esse ideal de desenvolvimento de questões jurídicas para além dos limites de cada caso tem norteado profundamente a atividade interpretativa da Corte que, para o juiz Antônio Augusto Cançado Trindade, tem como função não apenas resolver um determinado litígio, mas dizer o que é o direito (TANNER, 2009, p.988). Mais do que uma simples declaração, a efetiva proteção dos direitos humanos cobraria dos juízes da Corte Interamericana uma abordagem criativa, isto é, uma abordagem que reconhece o caráter dinâmico do direito e as particularidades do momento histórico do caso ao qual a Convenção Americana sobre Direitos Humanos é aplicada. Foi o que declarou Sonia Picado Sotela, juíza da CtIDH entre 1989 e 1994:

If we are going to believe in the enforcement of human rights, we have to take an attitude that is not very positivist or legalistic, but instead [is in] the spirit of the law in the defense of human rights. In this sense, the judge should believe that a court of human rights is obligated to create jurisprudence [...] I believe that the Court has the obligation to look for openings, because in reality these are new cases and different situations. We should bind ourselves, for example, neither to the civil nor the criminal procedure of any state, but instead should look for openings. (FROST, 1992, p. 185, *grifo nosso*)

Cançado Trindade destaca que nos primeiros anos de criação pretoriana da Corte Interamericana foi estabelecido o dever triplo dos Estados de prevenir, investigar e sancionar as violações de direitos humanos. Nas palavras dele:

I think that the most important developments that we've had in the Inter-American System of Human Rights Protection result from this praetorian creation of the Inter-American Court—in the sense that the advances that we have achieved in our case law are those that resulted from initiatives of reasoning of the Court in its decisions. For example, from the very beginning of the case law of the Court, the Court said that states always have the triple duty of preventing, of investigating, and of sanctioning violations of human rights. Then, during my years at the Court, we strongly upheld, and we continue to uphold, the view that access to justice means not only formal access to justice, but also material access to justice. This is a very creative approach. (TANNER, 2009, p. 1001, *grifo nosso*)

Com efeito, os primeiros casos apreciados pela Corte envolviam graves violações de direitos humanos ocorridas em contextos de terrorismo estatal ou conflitos armados internos, nos quais a fragilidade e a corrupção dos sistemas nacionais de justiça fazia com que dificilmente se observasse qualquer processo de responsabilização e reparação

(ABRAMOVICH, 2009, p.9). É nessa perspectiva que deve ser entendida a interpretação criativa, de que falou Cançado Trindade, dos artigos 1.1 e 2⁸ combinados com outros dispositivos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, concluindo pela existência de um triplo dever estatal de prevenir, investigar e punir as violações de direitos humanos. O trecho abaixo, proveniente da primeira sentença de mérito da Corte, demonstra bem esse entendimento:

[L]a segunda obligación [em relação ao disposto no art. 1.1 da CADH] de los Estados Partes es la de "garantizar" el libre y pleno ejercicio de los derechos reconocidos en la Convención a toda persona sujeta a su jurisdicción. Esta obligación implica el deber de los Estados Partes de organizar todo el aparato gubernamental y, en general, todas las estructuras a través de las cuales se manifiesta el ejercicio del poder público, de manera tal que sean capaces de asegurar jurídicamente el libre y pleno ejercicio de los derechos humanos. Como consecuencia de esta obligación los Estados deben prevenir, investigar y sancionar toda violación de los derechos reconocidos por la Convención y procurar, además, el restablecimiento, si es posible, del derecho conculcado y, en su caso, la reparación de los daños producidos por la violación de los derechos humanos (CtIDH, 1988, par. 166, *grifo nosso*).

Apesar de a forma específica como a Corte articulou os dispositivos da Convenção Americana para defender a existência de um dever de se prevenir, investigar e sancionar as violações de direitos humanos ter sido, de fato, inovadora, essa linha interpretativa está conectada a um movimento mais amplo de associação entre a proteção dos direitos humanos e o dever de persecução criminal. Kathryn Sikkink e Ellen Lutz empregaram o termo "cascata de justiça" para se referir à emergência de uma norma internacional, cada vez mais forte e legítima, sustentando que a conduta de agentes estatais ofensiva aos direitos humanos deve ser apurada (LUTZ; SIKKING, 2001). Sikkink observa, porém, que essa norma não resulta de uma evolução linear do precedente gerado pela criação do Tribunal de Nuremberg, em 1945, culminando na celebração do Estatuto de Roma, em 1998, pois o próprio modelo de responsabilidade estatal difundido pelo aparato de direitos humanos da ONU caminhará lado a lado com a idéia de que agentes governamentais estariam imunes à persecução criminal por violações de direitos humanos (2011, p.14).

⁸ Artigo 1º - Obrigação de respeitar os direitos

1. Os Estados-partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma, por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social.

Artigo 2º - Dever de adotar disposições de direito interno

Se o exercício dos direitos e liberdades mencionados no artigo 1 ainda não estiver garantido por disposições legislativas ou de outra natureza, os Estados-partes comprometem-se a adotar, de acordo com as suas normas constitucionais e com as disposições desta Convenção, as medidas legislativas ou de outra natureza que forem necessárias para tornar efetivos tais direitos e liberdades.

Diante do pressuposto de que a emergência e difusão desta nova norma não foi um movimento espontâneo ocorrido de forma passiva, e sim o resultado da ação de movimentos de direitos humanos, há alguns atores aos quais Sikkink atribui especial relevância para o processo de fortalecimento do dever de punir responsáveis por violações de direitos humanos. Ainda que a pesquisa de Sikkink sobre o desenvolvimento da cascata de justiça dê grande relevo aos processos nacionais de apuração de responsabilidade criminal por graves violações de direitos humanos⁹, ela identificou no Sistema Interamericano a contribuição crucial para que a responsabilização criminal passasse a integrar o horizonte de possibilidades daqueles que lutavam pelo respeito aos direitos humanos na América Latina. Segundo Sikkink, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos foi a primeira entidade a pautar, na Argentina, a necessidade de processos judiciais apurarem as violações de direitos humanos ocorridas. Naturalmente, a autora reconhece que os grupos argentinos de direitos humanos já desejavam a realização de alguma forma de justiça, mas a posição de uma organização internacional respeitada foi fundamental para que considerassem que sua demanda poderia ser concretizada (SIKKINK, 2011, pp. 66-67).

Nesse aspecto, cabe observar que, se é verdade que entre as décadas de 1980 e 1990 o Sistema Interamericano acompanhou e monitorou processos políticos de tratamento do passado autoritário – tanto por meio de visitas *in loco* e preparação de relatórios¹⁰, quanto pela elaboração de opiniões consultivas sobre temas sensíveis à construção da ordem democrática (GONZÁLEZ, 2010, p. 106) –, não se pode identificar aí uma tendência irreversível e linear de defesa da responsabilidade criminal individual para todos os casos de graves violações de direitos humanos. É ilustrativo das descontinuidades internas ao discurso punitivo do Sistema IDH o relatório anual de 1985-1986 da Comissão Interamericana. Nele, a CIDH considera a hipótese de algumas anistias serem legítimas:

Un difícil problema que han debido afrontar las recientes democracias es el de la investigación de las anteriores violaciones de derechos humanos y el de la eventual sanción a los responsables de tales violaciones. La Comisión reconoce que ésta es una materia sensible y extremadamente delicada, en la cual poco es el aporte que ella – así como cualquier otro órgano internacional– puede efectuar. Se trata, por lo tanto, de un asunto cuya respuesta debe emanar de los propios sectores nacionales afectados y donde la urgencia de una reconciliación nacional y de una pacificación social deben armonizarse con las ineludibles exigencias del conocimiento

⁹ Especialmente os ocorridos na Grécia, em 1975, em Portugal, em 1976 e na Argentina, em 1985.

¹⁰ Relatórios que podiam incluir a sugestão da realização de processos judiciais internos de apuração de responsabilidade criminal individual, como foi o caso do relatório de 1974 sobre o Chile (SIKKINK, 2011, p. 66).

de la verdad y la justicia.

Considera la Comisión, por lo tanto, que sólo los órganos democráticos apropiados – usualmente el Parlamento – tras un debate con la participación de todos los sectores representativos, son los únicos llamados a determinar la procedencia de una amnistía o la extensión de ésta, sin que, por otra parte, puedan tener validez jurídica las amnistías decretadas previamente por los propios responsables de las violaciones (CIDH, 1986, *grifo nosso*).

O que se verifica com isto é que a interpretação que identifica na Convenção Americana sobre Direitos Humanos a obrigação estatal de investigar e punir é representativa não apenas de como o próprio Sistema Interamericano tem entendido ser o sentido pelo qual a proteção dos direitos humanos (e a atuação de seus órgãos) deve se guiar, mas também de um crescente movimento de reelaboração da incidência da responsabilidade internacional em matéria de direitos humanos. Por um lado, acompanhar as sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos impondo o dever de investigar e punir os responsáveis por violações à Convenção aponta para parte do conteúdo do direito que juízes como Cançado Trindade criam e para como a Corte concebe seu próprio papel. Por outro, essas sentenças também podem referendar a tese de que o direito internacional não deve mais olhar para os indivíduos apenas como titulares de direitos que criam barreiras ao arbítrio dos agentes estatais, mas como os próprios responsáveis pela implementação destes direitos e que, no caso de afrontá-los, devem ser responsabilizados individual e criminalmente (BUERGENTHAL, 1997, p. 719).

Diante destes elementos, foi definido como objeto desta pesquisa o estudo de decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos que ajudem a compreender como ela tem desenvolvido a interpretação relativa à obrigação de os Estados investigarem e sancionarem violações de direitos humanos. Assim, o primeiro objetivo é o de reunir e sistematizar as principais situações nas quais a Corte confia no direito penal como o instrumento de que os Estados devem se valer para respeitar os compromissos assumidos no Sistema Interamericano em relação à garantia dos direitos humanos.

Acredita-se que investigar as sentenças que lidam com este tema apontará para os caminhos pelos quais a Corte tem optado interpretar a CADH, como possivelmente a hipótese de que, na visão do Sistema Interamericano, a proteção dos direitos humanos depende, cada vez mais, da utilização de instrumentos do direito penal. Trabalhando com sentenças emitidas ao longo de dez anos será possível averiguar se a diversificação das demandas apresentadas à Corte impactou seu entendimento sobre o dever de punir ou se, pelo contrário, o recurso ao direito penal é uma medida persistente na jurisprudência da

Corte, independentemente das circunstâncias concretas de cada demanda.

Há, também, um objetivo de diagnosticar de forma mais ampla a visão da Corte Interamericana sobre o direito penal. Por esse motivo, casos que analisem o funcionamento da justiça penal – sem que necessariamente imponham um dever de investigação e sanção – serão, igualmente, identificados e sistematizados, com vistas a identificar semelhanças e divergências no discurso penal da Corte em cada uma dessas situações.

A opção por pesquisar o desenvolvimento da doutrina do dever de investigar e punir reconduz ao modo como a Corte Interamericana entendeu, desde seus primeiros anos de atividade, ser sua obrigação adotar uma interpretação criativa dos tratados de direitos humanos. O tema deste trabalho corresponde a um recorte estratégico da criação pretoriana deste tribunal e permite que se olhe, quase que dotado de uma lente de aumento, para os caminhos trilhados por um órgão que, como disse a juíza Sonia Picado, optou seguir pelas aberturas. Neste sentido, falar sobre o dever de investigar e punir não é apenas tratar das interações entre direitos humanos e direito penal, mas reconstruir uma história de inovações jurisprudenciais, privilegiando o que, para Cançado Trindade, teria sido um dos primeiros resultados do exercício da Corte Interamericana de dizer o que é o direito: a interpretação criativa dos artigos 1.1 e 2.

Considerando os pressupostos indicados, o primeiro capítulo seguinte à apresentação da metodologia da pesquisa dedica-se a contextualizar o Sistema Interamericano de Direitos Humanos e, assim, compreender suas particularidades e o modo como a jurisprudência da Corte se desenvolveu ao longo de mais de 20 anos de atuação. Em seguida, passa-se para a análise do discurso punitivo da Corte, dividindo-o em dois eixos: o dever de investigar e punir como uma medida de acesso à justiça e como forma de efetivação do direito à verdade.

O capítulo seguinte, localizado no quinto tópico desta dissertação, tem como objetivo identificar as tensões e paradoxos que podem emergir comparação entre a posição da Corte nos casos em que o dever de investigar e punir deu causa à responsabilidade internacional do Estado e aqueles em que a violação à Convenção Americana foi identificada na efetiva atuação do sistema de justiça criminal. As considerações finais, por sua vez, lançam algumas hipóteses sobre a centralidade da justiça criminal na jurisprudência interamericana e, igualmente, sobre perspectivas possíveis quanto a posicionamentos futuros da Corte IDH.

Por fim, é importante ressaltar mais uma vez que a perspectiva adotada por esta pesquisa é a de que o enfoque no discurso punitivo da Corte Interamericana não somente

dá destaque para um ator que pode ser considerado pioneiro no desenvolvimento da regra da responsabilização individual criminal por graves violações de direitos humanos nos tribunais nacionais da América Latina, mas também rejeita o pressuposto de que, se de fato há um discurso mais amplo no direito internacional dos direitos humanos demandando criminalização, ele resulta de um processo passivo de “contágio” entre a prática dos diversos órgãos internacionais (SIKKINK, 2011, p.19). Além disso, a análise da construção do discurso punitivo da Corte pode revelar que ele mesmo não é contínuo e que pode se apresentar de formas diferentes dependendo de conjunturas estruturais e da articulação dos atores envolvidos em cada um dos casos contenciosos. Assim, ao mesmo tempo em que se valoriza a agência, reconhece-se a responsabilização criminal individual por violações de direitos humanos como uma norma em emergência. O papel de destaque da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos nesse processo atualmente em curso exige, exatamente por isso, pesquisa e reflexão.

2. Metodologia

Sendo este um trabalho eminentemente voltado ao estudo das decisões de um tribunal, os primeiros esclarecimentos que precisam ser feitos dizem respeito ao método de pesquisa da jurisprudência e à forma de análise de cada um dos casos.

As sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos estão todas publicadas *online*, porém o mecanismo de busca de casos por palavras-chave disponível em seu próprio site¹¹ é ainda bastante incipiente¹², não oferecendo resultados precisos para uma pesquisa preocupada com uma rigorosa análise jurisprudencial. Por essa razão, a escolha dos casos que ingressaram nesse estudo exigiu a leitura, ainda que pouco aprofundada, de todas as sentenças que poderiam satisfazer os critérios de seleção que foram desenvolvidos.

Com a intenção de viabilizar que todos os casos selecionados pudessem ser propriamente analisados¹³, optou-se por restringir as sentenças da Corte IDH que seriam estudadas com base em dois tipos de critérios: um temporal e outro temático. Primeiramente, definiu-se que os casos analisados deveriam ter começado a tramitar na Corte a partir da entrada em vigor de seu quarto regulamento, isto é, de 1º de julho de 2001, quando foi reconhecida a autonomia das vítimas e de seus representantes para formular argumentos em todas as fases processuais de forma independente¹⁴. Não se pretende sugerir que a criação da obrigação de investigar e punir ocorreu depois de 2001; isso nem seria possível quando se verifica que o paradigmático caso Barrios Altos, sobre a incompatibilidade de leis de anistia com a Convenção Americana, foi sentenciado sob a vigência do terceiro regulamento da Corte. Este recorte temporal permitiu que as sentenças analisadas refletissem uma maior pluralidade de posicionamentos¹⁵ sobre as razões de se

¹¹ Disponível em: <<http://corteidh.or.cr>>. Último acesso 15.07.2012.

¹² Foi lançado em outubro de 2013 um mecanismo de busca avançada de jurisprudência da Corte IDH, resultante de parceria com a Suprema Corte de Justicia de la Nación do México (Disponível em: <<http://www.bjdh.org.mx/BJDH/>>. Último acesso: 11.11.2013). Durante o processo de levantamento de casos para esta dissertação, porém, o único meio de pesquisa era o site da própria Corte.

¹³ A dificuldade para eventualmente trabalhar com todas as sentenças publicadas pela Corte até o início desta pesquisa fica patente quando se considera que boa parte das decisões conta com mais de cem páginas.

¹⁴ Observamos que a ordem em que as sentenças são publicadas não corresponde à ordem em que as petições foram apresentadas pela Comissão Interamericana, o que reforça a necessidade de se ter sido feita ao menos uma breve leitura de todos os casos que poderiam integrar a pesquisa. Como exemplo pode-se mencionar que enquanto o 87º caso julgado pela Corte contempla o marco temporal aqui proposto, o mesmo não se pode dizer do 100º caso.

¹⁵ Afinal, os interesses e as posições adotadas pelas vítimas e pela Comissão nem sempre coincidem (HANASHIRO, 2001, p. 49).

reivindicar medidas punitivas em nome do respeito aos direitos humanos.

A data final da pesquisa jurisprudencial foi fixada no dia 14 de dezembro de 2011, gerando um total de 101 casos contenciosos selecionados com base exclusivamente no recorte temporal. A este conjunto de pouco mais de uma centena de casos foi aplicado o critério temático de seleção, com a intenção de identificar sentenças que contivessem discussões sobre a aplicação do direito penal e a existência de um dever de punir. Para oferecer um referencial mais amplo sobre a percepção do dever de punir, optou-se por incluir casos em que a aplicação de sanções fosse mobilizada nas falas da Comissão ou das vítimas, ainda que a Corte não tenha se pronunciado sobre ela. Isso exigiu que, ao invés da simples leitura dos pontos resolvidos nas sentenças¹⁶, fosse feita uma avaliação, ainda que preliminar, das sentenças completas.

Aplicados os dois critérios de seleção, restaram 82 casos (apêndice I), os quais correspondiam, essencialmente, às seguintes situações:

- (i) A ausência de adequada investigação e punição ensejou a responsabilidade internacional do Estado;
- (ii) A reparação das vítimas exigiu, entre outras medidas, a investigação e sanção dos responsáveis pelas violações;
- (iii) A qualificação de uma conduta como crime e/ou a pena aplicada era incompatível com o regime da Convenção Americana;
- (iv) A violação de direitos humanos ocorreu durante o cumprimento de uma pena, notadamente em prisões.

Cada caso recebeu três formas de registro: a primeira, que representava o primeiro contato com o caso, foi o destaque na própria sentença de elementos importantes para entender a demanda, as particularidades do caso e a presença de intersecções entre direito penal e direitos humanos. Nesse primeiro contato foi adotada a proposta de Rodriguez Rescia de leitura estruturada das sentenças (2009, p. 18), correspondente, em geral, à seguinte ordem¹⁷:

¹⁶ Nos quais fica determinada a posição final da Corte sobre cada violação de direito alegada, bem como as medidas de reparação que deverão ser adotadas pelo Estado.

¹⁷ A numeração aqui indicada é aquela citada por Rodriguez Rescia, mas é possível que ela varie dependendo dos elementos que sejam incluídos na sentença, como exceções preliminares e medidas provisórias. Mesmo assim, os pontos analisados são os mesmos: apresentação da demanda, os aspectos decididos, os fatos provados, a análise de cada direito, com atenção especial aos artigos 1.1, 2, 8º e 25, e as medidas de reparação solicitadas pelas partes e acolhidas pela Corte.

- (i) Cabeçalho e introdução da sentença: explicação resumida dos fatos e da demanda;
- (i) Parte VII – parte resolutiva: indicação dos direitos violados e medidas de reparação estabelecidas;
- (ii) Parte V – fatos provados: fatos que a Corte considera que foram demonstrados;
- (iii) Parte VI – parte valorativa: análise dos direitos violados leitura da parte I¹⁸;
- (iv) Reparações.

Considerando a amplitude do universo de casos selecionados, a leitura de votos dissidentes ou concorrentes foi feita em caráter excepcional, apenas se o dever de punir estivesse no cerne da argumentação separada de algum juiz da Corte ou aparecesse como referência para outras decisões interamericanas.

Em seguida, conforme exemplifica o apêndice II, os casos foram individualmente fichados de forma esquemática, contemplando-se os pedidos feitos pela CIDH, as principais considerações sobre os dispositivos normativos em questão e os pedidos de reparação, mantendo a referência aos trechos mais importantes em espanhol. Como será visto no capítulo quatro, a preferência por esclarecer o conteúdo das decisões e evidenciar a formação de um discurso, conforme a orientação metodológica da *sentencia lata* (COURTIS, 2006, pp. 130-131), levou a priorizar o registro do tipo de medida penalizante que era proposta e os argumentos da própria Corte, das vítimas e da Comissão. Por fim, para propiciar uma avaliação comparativa entre os casos, os aspectos mais importantes foram inseridos em planilha, como exemplifica o apêndice III.

Em virtude do número significativo de casos trabalhados, optou-se por incluir uma avaliação quantitativa da forma como a Corte tem decidido sobre a imposição de medidas criminais no âmbito da proteção de direitos humanos. Com esse intuito, foi identificada a presença ou não de argumentos sobre cada uma das quatro situações já mencionadas, não excludentes entre si: (i) o descumprimento do dever de investigar e punir como causa de responsabilidade internacional, (ii) a imposição do dever de investigar e punir como medida de reparação, (iii) a violação aos direitos humanos na forma de criminalizar ou

¹⁸ Cabe observar que se optou pela leitura dos casos em espanhol por ser este o único idioma oficial da OEA para o qual todos os casos julgados estão disponíveis.

sancionar uma conduta¹⁹, e (iv) a violação aos direitos humanos no cumprimento da pena de privação de liberdade^{20 21}.

Dentro de cada categoria, foi destacada a posição de três atores: da própria Corte, da Comissão e das vítimas, visando a que emergissem as convergências e divergências entre o posicionamento de cada uma dessas partes em relação ao dever de investigar e punir e, conseqüentemente, a eventual proeminência de algum ator em reivindicar a aplicação do direito penal. Deve ser feita a observação de que a única fonte utilizada para essa análise foram as sentenças da Corte, de modo que os argumentos da CIDH e das vítimas não foram analisados tais quais foram expostos, mas como a própria Corte optou por narrá-los.

Em algumas sentenças, de que é exemplo o Massacre de Plán de Sánchez (CtIDH, 2004a) a aceitação de responsabilidade por parte do Estado pelos fatos do caso fez com que a Corte abdicasse da exposição dos argumentos específicos das vítimas e da Comissão. Considerou-se que nesses casos, geralmente ligados às mais graves e sistemáticas violações de direitos humanos, era remota a chance de o Estado ter reconhecido uma violação que não tivesse sido alegada tanto por vítimas quanto pela CIDH. Desse modo, no quadro de análise quantitativa²², o padrão utilizado para esses casos foi atribuir às vítimas e à CIDH a mesma posição aceita pelo Estado.

Além de números absolutos sobre a frequência de cada tipo de discussão, buscou-se avaliar como os temas se relacionam entre si; por exemplo, se em todos os casos em que a falha na investigação e sanção esteve na base da responsabilidade do Estado, o dever de investigar e punir era defendido pelas três partes como medida de reparação necessária. Ou então, se mesmo nos casos em que a violação de direitos humanos nasceu da atuação da justiça criminal, defendeu-se a aplicação de medidas penais como forma de efetivação dos direitos previstos na CADH.

Finalmente, é importante tecer um breve comentário metodológico sobre o tipo de literatura que foi privilegiada por esta pesquisa. Trata-se, eminentemente, de um trabalho de análise jurisprudencial, que procura compreender as sentenças não tanto como um mecanismo para a resolução do caso concreto, mas como uma manifestação do papel que

¹⁹ Há dois casos de sanções administrativas que foram incluídos nessa categoria, por também se relacionarem à apuração de responsabilidade individual: Vélez Lóor (CtIDH, 2010h) e López Mendoza (CtIDH, 2011i)

²⁰ No quadro com o resultado da análise (Apêndice IV), essas categorias foram reduzidas às seguintes expressões: (i) causa de resp, (ii) reparação, (iii) previsão legal, (iv) prisão.

²¹ Nesta quarta categoria também estão incluídas longas prisões processuais, de que é exemplo o caso Acosta Calderón (CtIDH, 2005j)

²² No quadro da análise quantitativa, a presença do tema referido na argumentação de cada parte está indicada apenas com sim (S) ou não (N).

um tribunal internacional específico tem advogado para si mesmo²³. A utilização do dever de investigar e punir como um tema estratégico para visualizar as escolhas interpretativas da Corte Interamericana de Direitos Humanos condicionou a seleção bibliográfica, a qual se voltou muito mais aos trabalhos diretamente relacionados ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos do que aos ensaios teóricos sobre os pontos de contato entre direitos humanos e direito penal. Dentro dos debates sobre o SIDH, os textos escritos por autores diretamente envolvidos na sua construção ganharam relevo: são escritos de membros da Comissão, representantes de governos na OEA, juízes e advogados da Corte. Essa escolha exigiu um olhar apurado para evitar a adesão acrítica a alguns posicionamentos ligados a agendas políticas de um momento histórico específico, mas também apurou a percepção sobre como o SIDH foi construindo a si mesmo, por meio de suas decisões.

²³ Não deixa de ser relevante para a análise dos casos avaliar informações sobre as condições que ensejaram a demanda e o tipo de violação de direitos humanos que estava sendo discutido. A afirmação de que as sentenças não são analisadas como forma de resolução do caso concreto significa que os impactos específicos que a sentença teve para as vítimas não foram investigados. O que mais nos interessa é saber qual foi a leitura que a Corte Interamericana fez da situação que lhe foi apresentada.

3. A Corte Interamericana de Direitos Humanos contextualizada

O Sistema Interamericano de Direitos Humanos é um sistema regional de proteção aos direitos humanos, do mesmo modo que o europeu e o africano. Os sistemas regionais têm como finalidade principal complementar a proteção representada pelo sistema global, possibilitando implementar garantias mais abrangentes, por meio de instituições e instrumentos jurídicos dotados de maior poder coercitivo, em comparação às garantias contidas no âmbito das Nações Unidas.

No princípio, a própria ONU questionou a legitimidade dos sistemas regionais, uma vez que sua existência, pensava-se, tornava relativo o princípio da universalidade dos direitos humanos. Hoje, este antagonismo entre os sistemas global e regionais foi superado (ONU, 1993, item I.37), sendo os benefícios de se contar com arranjos protetivos locais amplamente aceitos, face à possibilidade de maior efetividade que estes mecanismos e decisões podem gozar, em razão da maior homogeneidade cultural e institucional dos membros de um dado conjunto regional (HEYNS; PADILLA; ZWAAK, 2006, p. 161).

Enquanto no plano global os instrumentos jurídicos refletem padrões normativos mínimos – tendo como norma primeira a Declaração Universal dos Direitos Humanos –, no nível regional pode-se ir além, adicionando novos direitos, incrementando outros, além de levar em conta as diferenças peculiares de uma mesma região ou entre uma região e outra (DONNELLY, 2007, p.95), possuindo uma flexibilidade inexistente no sistema global. Como não há conflito entre os dois sistemas *a priori*, cabe ao indivíduo cujo direito foi violado escolher o aparato que lhe for mais favorável, visto que é possível haver identidade na tutela de direitos em instrumentos jurídicos globais e regionais²⁴.

O objetivo deste capítulo é apresentar o contexto responsável por delinear a identidade e a atuação prática do Sistema Interamericano, permitindo que se vislumbrem suas singularidades. Com a intenção de inserir a jurisprudência sobre o dever de investigar e punir dentro desse quadro, os tópicos a seguir abordarão elementos históricos (3.1) e institucionais (3.2, 3.3 e 3.4) do SIDH, além de apresentar um panorama geral de como a atividade da Corte Interamericana tem se desenvolvido (3.5).

²⁴ Por exemplo, o direito a não ser submetido à tortura é previsto no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos da ONU (art. 7º) e na Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes (art. 5º), no âmbito global, e, regionalmente, na Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura (GOMES E PIOVESAN, 2000, p. 25).

3.1. A criação do Sistema Interamericano de Direitos Humanos

Desde meados do século XIX, defendeu-se a aproximação entre os países americanos. Primeiramente sob os ideais do pan-americanismo de Simon Bolívar e em seguida buscando a alternativa à influência colonizadora europeia propugnada pela Doutrina Monroe, encontros intergovernamentais ocorreram com certa frequência na região²⁵. Assim, em 1910, no âmbito da Quarta Conferência Internacional Americana, realizada em Buenos Aires, os esforços para institucionalizar os debates no seio da região ensejaram a criação da União Pan-Americana (HANASHIRO, 2001, p. 26). A partir do arcabouço da União Pan-Americana, essa relação de relativa proximidade e a prática reiterada de encontros reuniram os elementos necessários à criação da Organização dos Estados Americanos, em 1948, seguindo a tendência no plano global de associação da comunidade internacional em organizações que buscassem as condições para a paz.

As antigas colônias americanas emergiram como Estados independentes adotando constituições nacionais marcadas por um vocabulário de direitos. Esse pano de fundo aliado à formação iluminista de muitos líderes americanos produziu um contexto favorável à adoção do primeiro documento internacional sobre direitos humanos: a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem. O marco inicial do Sistema Interamericano de Direitos Humanos está, portanto, na aprovação da Declaração em 1948, em Bogotá, pela Nona Conferência Internacional Americana, ocorrida cerca de oito meses antes da aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, pela Assembleia Geral da ONU (SHAVER, 2010, p. 642).

Já nesta mesma Conferência debateu-se a criação de um tratado sobre direitos humanos, mas os Estados optaram, tal qual ocorreria no Sistema ONU, por não assumirem obrigações vinculantes. Pela força de que gozava a doutrina da não intervenção²⁶, o resultado máximo deste debate foi a adoção de uma resolução recomendando a criação de uma corte regional para proteger os direitos do homem, a depender de futuros estudos

²⁵ Entre os encontros, cabe destacar o Congresso do Panamá (1826); a I Conferência Internacional Americana, realizada em Washington (1889-1890); a II Conferência, na Cidade do México (1901-1902); a III Conferência, no Rio de Janeiro (1906); a IV Conferência, em Buenos Aires (1910); a V Conferência, em Santiago (1923); a VI Conferência, em Havana (1928); a VII Conferência, em Montevideu (1933); a Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz, realizada em Buenos Aires (1936); e a VIII Conferência, em Lima (1938).

²⁶ Para Goldman, a contradição entre a proteção dos direitos humanos e a doutrina da não intervenção marcou as conferências interamericanas e quase sempre quando ela era expressamente levada ao debate a questão acabava resolvida em favor da doutrina da não intervenção (2009, p.857).

(SANDIFER, 1965, pp. 508-511) ²⁷.

Ainda que o Preâmbulo da Carta da OEA apontasse para os direitos humanos como um dos seus princípios norteadores, por mais de dez anos não houve qualquer mecanismo especificamente voltado à promoção, tampouco à proteção, daqueles direitos proclamados na Declaração Americana. Só em 1959, com a tensão da revolução cubana e os atritos do governo do ditador dominicano Rafael Trujillo com os países vizinhos, alguns problemas políticos começaram a ser discutidos em termos de violações de direitos humanos, propiciando a aprovação, pela Assembleia Geral da Organização, da resolução que criava a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (FORSYTHE, 1991, pp. 81-82).

Tendo inicialmente o papel bastante restrito de promover os direitos da pessoa humana na região, a Comissão foi instada a tomar posições diante das violações verificadas no continente, passando a poder analisar denúncias de indivíduos, em 1965²⁸, e a constar formalmente como órgão na Carta da OEA, em 1967, por meio do Protocolo de Buenos Aires.

O Protocolo de Buenos Aires foi elaborado em um momento de desconfiança e insatisfação com os organismos da OEA e as três conferências durante as quais ele foi debatido ocorreram em uma atmosfera que sugeria um arrefecimento do pan-americanismo (MANGER, 1968, p. 2). Mesmo assim, o Protocolo alcançou resultados importantes para o fortalecimento do SIDH, como a previsão de que se elaborasse um projeto de Convenção Americana sobre Direitos Humanos, o que acabou efetivamente se realizando em 1969, por intermédio da convocação de uma Conferência especializada sobre a matéria.

Assim, com a Convenção Americana, o Sistema Interamericano de Direitos Humanos se consolidaria em seus atuais contornos, constituindo uma sistemática dual, com regramentos jurídicos, órgãos e procedimentos de proteção distintos. Mesmo o âmbito de aplicação é diverso, de acordo com a aceitação ou não da Convenção Americana pelos Estados, conforme se verá no tópico 3.3.

²⁷ Para o Comitê Interamericano de Juristas, a criação de uma Corte causaria mudanças radicais no sistema constitucional dos países americanos e também por isso, era necessário que um documento vinculante sobre direitos humanos a precedesse (GOLDMAN, 2009, p. 860).

²⁸ Por meio do Protocolo de Rio de Janeiro (1965).

3.2. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos e outros tratados interamericanos

Como indicado no tópico anterior, depois de ter passado anos com uma postura indecisa sobre os direitos humanos, o Conselho da OEA votou, em 12 de fevereiro de 1969, por convocar uma conferência interamericana sobre direitos humanos, na qual deveria ser formulada uma convenção regional definitiva, baseada em projeto elaborado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (LANDRY, 1974-1975, p.397). A Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos ocorreu no mesmo ano, em San José da Costa Rica, e a ela compareceram representantes de 19 dos 23 países membros da OEA, além de três especialistas europeus na matéria, que atuaram como consultores: René Cassin, Arthur H. Robertson e Giorgio Pallieri (LANDRY, 1974-1975, p. 398).

O fato de muitos desses agentes terem sido enviados por governos que chegavam ao poder por meios inconstitucionais provavelmente contribuiu para que o texto da CADH ganhasse um viés mais realista e protegesse os direitos nela previstos de uma forma menos ampla do que alguns atores presentes à Conferência desejavam (LANDRY, 1974-1975, p.399). Na verdade, segundo Carvalho Ramos, os Estados que elaboraram e firmaram a Convenção Americana na Conferência de San José da Costa Rica eram ditaduras que utilizavam o discurso dos direitos humanos e da democracia para transmitir uma aparência de normalidade política e, assim, legitimar seus regimes (2012b, p. 202). Mesmo assim, é possível sustentar que a Convenção Americana criou instrumentos muitos mais efetivos para a consecução de seus objetivos do que, alguns anos antes, os Pactos Internacionais de Direitos Humanos da ONU haviam conseguido alcançar (ALVES, 1997, p. 276).

A comparação com a efetividade da proteção no sistema universal não é fortuita, já que um dos fatos que contribuiu para adiar a adoção de um tratado americano sobre direitos humanos foi exatamente a elaboração dos dois Pactos da ONU. No final de 1967, Costa Rica, Colômbia, Honduras, El Salvador, Uruguai e Equador já haviam assinado pelo menos um dos dois textos, levando a OEA a debater se seria feita a opção por um único sistema universal de regulação dos direitos humanos ou, ao invés disso, deveria ser buscada a coexistência e coordenação de tratados regionais e globais versando sobre os mesmos direitos. Dos doze Estados que se manifestaram sobre a matéria, apenas o Brasil e a Argentina não consideraram recomendável continuar elaborando um tratado americano

diante dos resultados obtidos no âmbito das Nações Unidas (GOLDMAN, 2009, p. 864). Depois de estudos, o Secretariado da CIDH posicionou-se favoravelmente à convenção regional, nos seguintes termos:

The need for, and the desirability of, a regional convention for the Americas are based on the existence of a body of American international law built up in accordance with the specific requirements of the countries of this hemisphere. That need and desirability also follow from the close relationship that exists between human rights and regional economic development and integration, in accordance with the statements of the Chiefs of State made at the meeting in Punta del Este.

Consequently the Inter-American Convention on the Protection of Human Rights should be autonomous rather than complementary to the United Nations covenants, although it should indeed be coordinated with those covenants. (1968 apud GOLDMAN, 2009, p. 865, *grifo nosso*)

A Convenção que emergiu deste debate foi um documento que ampliou muito o escopo previsto na Declaração Americana e conjugou enunciação de direitos e mecanismos de proteção. Composta por um preâmbulo e oitenta e dois artigos, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos desenvolve-se em três partes e onze capítulos.

A Parte I, “Deveres dos Estados e Direitos Protegidos”, traz a especificação dos direitos já previstos na Declaração Americana, contendo também uma redação mais pormenorizada dos artigos correspondentes do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. Para Landry, a Convenção protegeu direitos a partir de cinco conceitos básicos: vida, dignidade, liberdade pessoal, direito a um recurso e direito a participar no governo, todos derivados da filosofia política de Hobbes, Locke, Montesquieu e Rousseau (1974-1975, pp. 402-403). Ele ainda afirma que os direitos políticos receberam uma proteção mais limitada quando comparados aos direitos civis, o que demonstraria a existência de uma hierarquia entre os direitos previstos na CADH que, para o autor, estariam escalonados da seguinte maneira:

The Convention recognizes a hierarchy of rights and places the right to life in the highest category of rights which may not be suspended. Dignity is accorded a higher status than personal liberty. The right to redress, particularly in cases involving the more fundamental rights of life and dignity, is also afforded a higher status than the right to personal liberty. In what seems an inconsistency, political rights are also given a higher status than personal liberty (LANDRY, 1974-1975, p. 410).

Só a aplicação prática da Convenção, principalmente em casos contenciosos, está apta a confirmar essa tese de uma hierarquia na proteção de direitos no Sistema Interamericano²⁹. De todo modo, não deixa de ser interessante observar que a mera técnica

²⁹ O que ainda demoraria mais de 10 anos em relação à argumentação desenvolvida por Walter Landry.

de redação dos autores da CADH confirmaria a ideia de hierarquização, ao menos entre os direitos civis e políticos e os direitos econômicos, sociais e culturais. Enquanto os direitos civis estão enumerados sob o capítulo II, denominado “direitos civis e políticos”, e o título de cada artigo corresponde ao próprio direito (por exemplo, artigo 4º “direito à vida” e artigo 5º “direito à integridade pessoal”), o capítulo III, chamado “direitos econômicos, sociais e culturais”, contém um único artigo, cuja denominação é “desenvolvimento progressivo”, sugerindo que em relação aos DESC não seriam criadas obrigações diretas para respeitá-las, mas apenas uma cláusula geral para desenvolvê-los na medida do possível³⁰.

A Parte II da CADH trata dos mecanismos de proteção dos direitos humanos no Sistema Interamericano. Seus Capítulos Sexto, Sétimo e Oitavo estabelecem como órgãos competentes do sistema para “conhecer dos assuntos relacionados com o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados-partes” a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. É fundamentalmente por conta desses dois órgãos de implementação que alguns autores passaram a considerar o Sistema Interamericano o segundo regime regional mais desenvolvido de proteção aos direitos e liberdades fundamentais, logo após o europeu (ALVES, 1997, p. 279)³¹.

As disposições gerais e transitórias da Convenção estão na terceira e última parte, prevendo condições para assinatura, ratificação, reserva, emenda, protocolo e renúncia à Convenção, além de dispor sobre o funcionamento inicial da Comissão e Corte Interamericana.

A simples leitura da Convenção Americana sobre Direitos Humanos revela muitas semelhanças com a Convenção Europeia dos Direitos do Homem; de fato, no momento da assinatura do Pacto de San José o Sistema Europeu era uma importante inspiração (FARER, 1997, p. 514). Não por acaso existem semelhanças marcantes na estrutura institucional, como a presença de uma comissão que funciona como um órgão de filtragem

³⁰ Artigo 26. Desenvolvimento progressivo

Os Estados Partes comprometem-se a adotar providências, tanto no âmbito interno como mediante cooperação internacional, especialmente econômica e técnica, a fim de conseguir progressivamente a plena efetividade dos direitos que decorrem das normas econômicas, sociais e sobre educação, ciência e cultura, constantes da Carta da Organização dos Estados Americanos, reformada pelo Protocolo de Buenos Aires, na medida dos recursos disponíveis, por via legislativa ou por outros meios apropriados.

³¹ Apesar de ser uma análise bastante frequente, este trabalho não compreende a produção do Sistema Interamericano como sendo inferior à do Sistema Europeu. Ao invés de estabelecer relações de hierarquia entre os dois sistemas, considera-se aqui que a jurisprudência do SIDH deve ser analisada tendo em vista o contexto específico das Américas que influenciaram a criação dos mecanismos de proteção aos direitos humanos, sem juízos evolucionistas sobre estes mecanismos serem mais modernos ou arcaicos do que os que existem na Europa.

e tem poderes investigativos e *quasi* judiciais, e de uma Corte, com competência contenciosa e consultiva (BUERGENTHAL, 1981, p. 157). O reconhecimento das semelhanças, contudo, não afasta a maneira como as feições do Sistema Interamericano foram sendo definidas pelo seu contexto específico de atuação:

The development of the inter-american system followed a different path from that of its European counterpart. Although the institutional structure is superficially very similar and the normative provisions are in most respects very similar, the conditions under which the two systems developed were radically different. Within the Council of Europe, military and other authoritarian governments have been rare and short-lived, while in Latin America they were close to being the norm until the changes that started in the 1980s (STEINER; ALSTON, 2000, p. 869, *grifo nosso*).

De fato, pouco depois da celebração da Convenção, a presença de governos autoritários na América Latina se acentuou, fazendo com que fossem poucas as ratificações que o tratado recebeu nos seus primeiros anos. Tanto foi assim que sua entrada em vigor ocorreu apenas em 18.07.1978. Atualmente, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos possui 25 ratificações, sendo que 22 Estados aceitaram a jurisdição da Corte Interamericana³². O Brasil ratificou a Convenção Americana em 25.09.1992 e aceitou a jurisprudence da Corte IDH em 12.10.1998.

Cabe mencionar, ainda, outros tratados de direitos humanos adotados no âmbito das Américas, quais sejam:

(i) Protocolo Adicional à Convenção Americana em matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de San Salvador): Adotado em 17.11.1988, em San Salvador, em El Salvador, no XVIII Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA. Em vigor desde 16.11.1999, contando com onze ratificações. O Brasil aderiu ao Protocolo em 21.08.1996;

(ii) Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos relativo à abolição da pena de morte: Adotado em 08.06.1990, em Assunção, no Paraguai, no XX Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA. Em vigor desde 28.08.1991, conta atualmente com oito ratificações, inclusive a brasileira, em 13.08.1996³³;

(iii) Convenção Interamericana para Prevenir e Sancionar a Tortura:

³² Apesar das 25 ratificações, Trinidad y Tobago e Venezuela denunciaram a Convenção Americana em 1998 e 2012, respectivamente, de modo que novos casos que aleguem responsabilidade desses Estados por violações de direitos humanos cometidas posteriormente à denúncia não poderão ser submetidos à apreciação da Corte pela CIDH.

³³ Nos termos do artigo 2.1, o Brasil se reservou o direito de aplicar a pena de morte em tempos de guerra, de acordo com o Direito Internacional, por delitos sumamente graves de caráter militar.

Adotada em 09.12.1985, em Cartagena das Índias, na Colômbia, no XV Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA. Em vigor desde 28.02.1987, possuindo 17 Estados-partes. O Brasil ratificou a Convenção em 20.07.1989;

(iv) Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas: Adotada em 09.06.1994, em Belém do Pará, no Brasil, no XXIV Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA. Em vigor desde 28.03.1996, foi ratificada por nove Estados. O Brasil ainda não a ratificou;

(v) Convenção Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará): Adotada em 09.06.1994, em Belém do Pará, no Brasil, no XXIV Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA. Em vigor desde 05.03.1995, contando com 28 ratificações. O Brasil aderiu à Convenção em 27.11.1995;

(vi) Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiências: Adotada em 07.06.1999, na Cidade da Guatemala, na Guatemala, no XXIX Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA. Em vigor desde 14.09.2007, contando com 17 ratificações, inclusive a brasileira, em 15.08.2001.

3.3 A Comissão Interamericana de Direitos Humanos

A entrada em vigor da CADH, em 1978, criou uma sistemática dual para a proteção dos direitos humanos na América: para os Estados Partes, a fonte primária de obrigações passou a ser a Convenção, enquanto os demais Estados comprometiam-se apenas com as previsões mais genéricas da Carta da OEA e da Declaração Americana (GOLDMAN, 2009, p. 866). Institucionalmente, a convivência de duas sistemáticas em um só sistema regional materializou-se na diversidade de papéis desempenhados pela Comissão Interamericana, cujo funcionamento passamos agora a tratar.

A Comissão Interamericana, sediada em Washington D.C., nos Estados Unidos³⁴,

³⁴ A transferência da sede da Comissão de Washington, em razão da não ratificação da CADH pelos Estados Unidos, é um dos pontos defendidos por alguns Estados que debatem reformas para o Sistema Interamericano. O Brasil não está na linha de frente de defesa dessa proposta, mas também não se opõe a ela. Cf.: FELIPE, Leandra. Maioria dos países da OEA pede saída da sede da Comissão de Direitos Humanos de Washington. *Agência Brasil*, 14 mai. 2013. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-05-14>>

foi criada pela Quinta Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores, realizada em Santiago do Chile, em 1959. Seu Estatuto foi adotado pela Quinta Reunião de Consulta do Conselho da OEA, em 1960, estabelecendo-a como entidade autônoma e cuja função era de promover o respeito pelos direitos previstos na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (GOLDMAN, 2009, 868).

A Comissão – desde sua criação – é composta por sete membros, atuantes em sua capacidade individual e de reconhecidas qualidade moral e competência em matéria de direitos humanos, eleitos pela Assembleia Geral da OEA, com a participação de todos os Estados Partes dessa Organização; os membros da CIDH não são, portanto, delegados governamentais e devem representar, em seu conjunto, todos os membros da Organização dos Estados Americanos (ALVES, 1997, p. 280). O mandato dos membros da Comissão é de quatro anos, com possibilidade de uma reeleição. Uma vez que a Comissão é um órgão que não possui caráter judicial, e sim de promoção e proteção dos direitos humanos nas Américas, seus membros não precisam ser juristas. A Comissão não é um órgão permanente, reunindo-se em duas sessões regulares por ano, cada uma delas com duração de duas semanas, com sessões especiais caso necessário (SHAVER, 2010, p. 646).

O trabalho da Comissão pode ser dividido em três grandes áreas: (i) monitorar os Estados americanos; (ii) apurar violações de direitos humanos a partir de comunicações individuais; (iii) promover o conhecimento e a cultura de direitos humanos (HUNNEUS, 2013b, p. 117). Dentre as funções específicas da Comissão, estipuladas no art. 18 de seu Estatuto, estão estimular a consciência dos direitos humanos nos povos da América, formular recomendações aos governos para que adotem medidas progressivas, preparar estudos ou informes que considere convenientes para o desempenho de suas funções, solicitar informes aos governos sobre as medidas adotadas em matéria de direitos humanos e servir como órgão de assistência à OEA em matéria de direitos humanos.

Ainda que, em linhas gerais, os objetivos da Comissão tenham sido sempre ligados à proteção e ao respeito aos direitos humanos, tanto a forma de desempenhar suas funções quanto sua fundamentação normativa sofreram diversas alterações nestes mais de 50 anos de trabalho, muitas vezes por iniciativa da própria CIDH. A Comissão que foi criada em 1959 era um órgão de poderes tão limitados que sinalizava mais a incipiência da proteção dos direitos humanos na América do que um real compromisso com a matéria. A maneira como a própria missão da CIDH atestava sua fragilidade era clara para Thomas

Buergenthal:

The Commission was designated an "autonomous entity" of the OAS, no doubt because this was as good a name as any for a body which was not provided for in the OAS Charter or any other treaty, was established by a simple conference resolution, and qualified neither as an organ of the OAS Council nor as a so-called "specialized organization" of the OAS. Moreover, the human rights the promotion and observance of which the Commission was to ensure were proclaimed in the American Declaration of the Rights and Duties of Man, an instrument not deemed to create binding legal obligations for OAS member states. Consequently, an aura of make-believe attached to the inter-American human rights system, denying it the political authority that flows from constitutional legitimacy (1975, p. 833, *grifo nosso*).

Logo na sua primeira sessão em 1960, a Comissão assumiu o papel de interpretar os poderes que lhe tinham sido conferidos e concluiu que, implícita ao seu amplo mandato de promoção dos direitos humanos, estava a possibilidade de receber petições de indivíduos ou grupos que alegassem violações. Essas petições não poderiam iniciar procedimentos de responsabilização estatal, mas serviriam como fonte de informação sobre a situação dos países³⁵. Interpretando o artigo 9b³⁶ a Comissão concluiu que poderia fazer recomendações para cada um dos países individualmente, bem como para todos de forma geral. Dessa maneira, a CIDH afirmou a sua autoridade para estudar a situação dos direitos humanos nos Estados americanos, emitir recomendações e publicar relatórios (BUERGENTHAL, 1975, p. 830).

A agenda da CIDH foi muito influenciada pelos conflitos desencadeados durante a Guerra Fria; nesse contexto, por exemplo, foram elaborados diversos relatórios sobre a situação dos direitos humanos em Cuba³⁷. Em 1965, depois da intervenção americana na República Dominicana e do envio da Força Interamericana de Paz, o Secretário Geral da OEA solicitou que a Comissão fosse a Santo Domingo para investigar alegações de violações de direitos humanos (GOLDMAN, 2009, p. 869). O desempenho prático na República Dominicana da função de reportar em campo a situação de violações de direitos assinalou a gênese das visitas *in loco*, que acabaram sendo fundamentais para aumentar a visibilidade, a credibilidade e o prestígio da CIDH na região (GOLDMAN, 2009, p. 873).

A reforma na Carta da OEA promovida pelo Protocolo de Buenos Aires, de 1967,

³⁵ Esse poder foi depois reconhecido expressamente na reforma feita ao Estatuto em 1966 (GOLDMAN, 2009, p. 868).

³⁶ (b) To make recommendations to the governments of the member states in general, if it considers such action advisable, for the adoption of progressive measures in favor of human rights within the framework of their domestic legislation and, in accordance with their constitutional precepts, appropriate measures to further the faithful observance of those rights;

³⁷ Foram sete relatórios entre 1962 e 1983.

deu respaldo a muitas das práticas que a Comissão vinha adotando, ao torná-la um órgão principal da OEA e definir suas funções nos seguintes termos:

There shall be an Inter-American Commission on Human Rights, whose principal function shall be to promote the observance and protection of human rights and to serve as a consultative organ of the organization in these matters. An inter-American convention on human rights shall determine the structure, competence, and procedure of this Commission, as well as those of other organs responsible for these matters. (BUERGENTHAL, 1975, p. 834).

Tão logo a Convenção Americana entrou em vigor, houve uma breve tentativa de utilizar os dispositivos reformados da Carta da OEA para tentar enfraquecer o trabalho da CIDH. Estados como Argentina, Chile, El Salvador, Guatemala, Uruguai e Paraguai não eram partes do tratado e começaram a questionar a competência da Comissão para continuar monitorando a situação do respeito aos direitos humanos naqueles países. O argumento era de que a Convenção Americana criava uma Corte e uma Comissão e ambas possuíam jurisdição apenas em relação aos Estados que ratificassem o Pacto de San José. Alertados sobre o risco dessa alegação, os membros da Comissão redigiram o rascunho de um novo estatuto esclarecendo que a CADH apenas adicionara novos poderes ao órgão já existente, o qual foi aprovado com surpreendente facilidade na Assembleia Geral da OEA (FARER, 1997, p. 522).

Superado este episódio, ficou consolidado o funcionamento do Sistema Interamericano por dois eixos: um formado pelos mecanismos desenvolvidos sob a Carta da OEA, a qual prevê o poder de a CIDH supervisionar a situação dos direitos humanos em todos os territórios dos países membros da OEA; e outro composto pelos mecanismos criados pela CADH, a qual autoriza a Comissão e a Corte a receber casos individuais que aleguem violação de direitos humanos cometidas por Estados Partes na Convenção (MEDINA QUIROGA, 1990, p. 439).

Hoje, o acesso ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos se dá pelo recebimento de petição individual pelo secretariado da Comissão Interamericana (GOMES; PIOVESAN, 2000, pp. 51-80). Qualquer pessoa, de forma individual ou coletiva, ou entidade não governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados membros da OEA, poderá apresentar petição perante a Comissão, relatando supostas violações de direito próprio ou de terceiras pessoas, tendo por base quaisquer instrumentos normativos no âmbito interamericano aplicáveis ao Estado demandado (CIDH, 2009, art. 23). A Comissão poderá mesmo iniciar uma petição *motu proprio*, caso considere haver os requisitos necessários para esse fim (CIDH, 2009, art. 24).

A primeira medida tomada pela Comissão, ao receber uma petição, consiste na submissão da demanda a um procedimento de admissibilidade (OEA, 1969, art. 46), em conformidade com requisitos pré-definidos (CIDH, 2009, art. 28), entre eles a presença na petição do nome, nacionalidade e assinatura do(s) denunciante(s), endereço de recebimento de correspondência da Comissão, uma relação do fato ou situação denunciada, com especificação do lugar e data das violações alegadas, o cumprimento do prazo de seis meses, contado a partir da notificação da presumida vítima sobre o esgotamento dos recursos no plano interno (CtIDH, 1990).

Caso a demanda seja admitida, o processo perante a Comissão seguirá três etapas bem estabelecidas (OEA, 1969, arts. 48-51), quais sejam: a) investigação dos fatos a partir das informações apresentadas pelas partes; b) solução amistosa, caso tal seja possível no caso concreto; e c) emissão de relatório (CtIDH, 1997b); contendo os fatos e as conclusões da Comissão sobre a demanda.

Transcorrido o prazo de três meses da emissão do relatório, caso o Estado não tenha tomado as medidas adequadas para resolver a questão (OEA, 1969, art. 51.3), a Comissão pode adotar uma das seguintes medidas: a) incluir suas conclusões sobre o caso em relatório anual encaminhado à Assembleia Geral da OEA (CIDH, 2009, arts. 58-59), caso o Estado não tenha ratificado a Convenção Americana ou não tenha aceitado a jurisdição da Corte IDH; ou b) encaminhar o caso à Corte Interamericana, caso o Estado tenha ratificado a Convenção Americana e aceitado a jurisdição da Corte IDH (CIDH, 2009, art. 45.1). Importante ressaltar que, em caso de resposta não satisfatória (sendo este entendimento discricionário da Comissão) por parte de Estado que tenha aceitado a jurisdição da Corte IDH, o envio a este órgão pela Comissão é obrigatório, salvo decisão em contrário fundamentada de maioria absoluta de seus membros (PASQUALUCCI, 2013, p.112).

Outra forma de atuação que a Comissão Interamericana continua utilizando é a elaboração de relatórios sobre países (OEA, 1969, art. 41.c; CIDH, 2009, art. 60). Esses relatórios consistem em análise geral que se faz sobre a situação dos direitos humanos em um determinado Estado. A coleta de dados para a elaboração do relatório se dá pelos seguintes meios (RODRIGUEZ RESCIA, 1997, p. 9): a) petição de informe ao Estado ou a outras instituições governamentais; b) audiência com testemunhas e especialistas; c) comunicações individuais; d) observações *in loco* (depois de pedido de permissão da Comissão ao Estado); e) entrevistas públicas ou privadas com pessoas, grupos ou instituições; f) visitas a prisões e entrevistas com detentos em particular; e g) mediações

para resolução de casos específicos. O Brasil foi objeto de relatório pela Comissão Interamericana em 1997 (CIDH, 1997).

A Comissão Interamericana tem mantido uma média de cerca de 1.350 novas demandas recebidas por ano (CIDH, 2012, p. 59), entre 2002 e 2012, além de média de 874 decisões sobre abertura de novas verificações de violações de direitos humanos no mesmo período (CIDH, 2012, p. 59). Em 2012, havia um total de 7.208 petições pendentes de estudo inicial (CIDH, 2013, p. 58). Das petições em trâmite de admissibilidade e mérito, o Peru é o país com o maior número de demandas (323), seguido por Colômbia (256) e Argentina (232). O Brasil aparecia como o sexto colocado, com 96 demandas pendentes (CIDH, 2013, p. 59). Esses dados, contudo, não podem ser lidos como um ranking sobre os países com a mais grave situação de violações de direitos humanos. Se a gravidade do contexto de cada país certamente influencia no número de casos que tramitam perante a Comissão, o mesmo deve ser dito sobre a existência de ONGs locais fortes e bem articuladas com ONGs internacionais com expertise (e recursos) para o processamento perante o Sistema. Entre essas duas variáveis existe, na verdade, uma relação paradoxal, já que quanto mais democráticos são os Estados nacionais, mais fácil o acesso de seus jurisdicionados ao Sistema. Assim, é difícil afirmar apenas pelo mecanismo de petições individuais qual a situação dos direitos humanos no continente (HANASHIRO, 2001, pp. 64-65).

3.4 A Corte Interamericana de Direitos Humanos

Organismo judicial internacional, a Corte IDH tem jurisdição vinculada à aceitação expressa dos Estados que ratificaram a Convenção Americana (OEA, 1969, art. 62). Mais: a Convenção trazia como cláusula de vigência o depósito de onze ratificações, o que só veio a ocorrer em 1978, como que por acidente, quando o governo de Granada inadvertidamente depositou o 11º instrumento de ratificação, alheio ao fato de que, com isso, se estava instaurando o órgão (HANASHIRO, 2001, p.43). Desde então, até o início de 2013 a Corte IDH tinha promulgado cerca de 250 sentenças sobre casos contenciosos e emitido 20 opiniões consultivas.

É interessante observar que o momento em que ocorreu a instalação da CtIDH comprova que, no Sistema Interamericano, a aceitação de mecanismos de proteção aos

direitos humanos por parte de governos não democráticos ocorreu como uma verdadeira auto armadilha para os Estados, que não previam os custos envolvidos nessa ação e descartavam qualquer hipótese de efetividade do SIDH no monitoramento de políticas nacionais contrárias ao respeito aos direitos humanos (SIKKINK, 2011, p.239)³⁸.

A Corte Interamericana está sediada na cidade de San José, na Costa Rica, sendo composta por sete juízes de nacionalidade dos Estados membros da OEA, eleitos a título pessoal por maioria absoluta dos votos dos Estados Partes da Convenção Americana, a partir de uma lista candidatos proposta pelos mesmos Estados. O mandato é de seis anos, cabendo uma reeleição. Os juízes devem ser juristas da mais alta autoridade moral, de reconhecida competência em matéria de DH e que reúnam as condições necessárias para o exercício das mais altas funções jurisdicionais, sem limite de idade (OEA, 1969, art. 52).

A Corte IDH exerce dois tipos de competência: a) contenciosa, relativa à resolução de casos concretos mediante sentenças; e b) consultiva, por meio da emissão de opiniões abstratas sobre instrumentos jurídicos internacionais de direitos humanos aplicáveis aos Estados americanos. Essas funções se distinguem pela matéria analisada e pelas regras que regem os respectivos processos. Ao exercer sua competência contenciosa, a Corte Interamericana analisa uma demanda específica, estabelecendo a veracidade dos fatos denunciados e decidindo se estes constituem uma violação à Convenção Americana. O exercício da competência consultiva é distinto em conteúdo e alcance. Primeiro, ao analisar uma petição de opinião consultiva, o Tribunal interpreta o direito internacional, não fatos específicos. Em consequência, não há fatos a demonstrar. Segundo, enquanto a competência contenciosa abrange apenas os Estados que tenham ratificado a Convenção Americana e aceitado a jurisdição da Corte IDH, quaisquer órgãos da OEA podem solicitar opiniões consultivas, embora solicitações que não provenham da Comissão Interamericana requeiram justificativa quanto à maneira como essa consulta se relaciona à sua esfera de competência (OEA, 1969, art. 64; CtIDH, 2009a, art. 70.3).

Ainda é possível que a Corte imponha obrigações a um Estado sem que haja um caso contencioso em trâmite. Em situações de extrema gravidade e urgência em que existam riscos de dano irreparável a um direito, a Corte pode outorgar medidas provisórias (PASQUALUCCI, 2005, p. 37). Elas são usadas, sobretudo, para proteger o direito à vida e à integridade física, muito frequentemente em situações de privação de liberdade. Nestas condições, aliás, eram os quatro casos brasileiros em que a Corte acolheu o pedido de

³⁸ Em 1978, quando a Corte foi estabelecida, havia apenas quatro democracias na América Latina: Colômbia, Costa Rica, República Dominicana e Venezuela. (SHAYER, 2010, p. 666)

medidas provisórias: Prisão Urso Branco (CtIDH, 2005o), a unidade da FEBEM do Complexo Tatuapé (CtIDH, 2005p), Penitenciária de Araraquara (CtIDH, 2006k) e a Unidade de Internação Socioeducativa de Cariacica (CtIDH, 2011c).

A competência consultiva da Corte Interamericana abrange não só a interpretação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos como também a de quaisquer outros tratados concernentes à proteção dos direitos humanos aplicáveis a um Estado Parte do Sistema Interamericano (CtIDH, 1982). Esta ampla interpretação pode estender a competência consultiva da Corte a tratados que tenham sido subscritos em âmbitos distintos do interamericano, de que é exemplo o sistema das Nações Unidas. A competência consultiva é particularmente interessante quando um Estado solicita parecer sobre a compatibilidade entre suas leis internas e a Convenção Americana, fazendo com que a Corte realize o controle de convencionalidade interamericano (CtIDH, 1984; CtIDH, 1991). Durante o processo consultivo, ademais, a Corte geralmente convida todos os Estados e órgãos legitimados para que apresentem observações escritas sobre o assunto que será resolvido.

Até hoje, a maioria das opiniões consultivas emitidas pela Corte foram solicitadas pelos Estados, treze interpretaram a Convenção Americana, quatro interpretaram outros tratados de direitos humanos e quatro analisaram a compatibilidade de legislações nacionais com o sistema de proteção regional (CtIDH, 2009b, p.80)³⁹.

O procedimento contencioso pode ser iniciado por iniciativa da Comissão Interamericana ou por um Estado Parte da Convenção Americana (OEA, 1969, CADH, art. 61.1). A submissão de uma demanda pela Comissão ocorre por meio do encaminhamento do seu relatório final para o caso⁴⁰, o qual deve permitir que a Corte tome conhecimento sobre as seguintes informações: a) nomes dos Delegados; b) nomes e demais dados de contato dos representantes das supostas vítimas; c) motivação para a apresentação do caso perante a Corte IDH; d) cópia da totalidade do expediente ante a Comissão; e) as provas recebidas; f) designação dos peritos, sempre que a suposta violação afetar de forma relevante a ordem pública interamericana dos direitos humanos; e g) as pretensões, inclusive no que tange a reparações (CtIDH, 2009a, art. 35). A CIDH deve esclarecer ainda quais fatos tratados no relatório estão sendo submetidos à consideração da Corte.

³⁹ São, ao todo, 20 opiniões consultivas publicadas até 2013 e os temas indicados não são excludentes entre si.

⁴⁰ Conhecido como relatório do artigo 50, em referência ao dispositivo da CADH que trata do relatório que deve ser elaborado pela CIDH, contendo fatos e conclusões sobre os casos que não tiverem alcançado uma solução amistosa.

Sendo o Estado a apresentar a demanda, o escrito da comunicação estatal conterá: a) nomes dos Agentes e Agentes assistentes; b) nomes e demais dados de contato dos representantes das supostas vítimas; c) motivos que levaram o Estado a apresentar o caso perante a Corte IDH; d) totalidade do expediente no trâmite na Comissão; e) oferecimento de provas; e f) individualização dos declarantes e o objeto de suas declarações (CtIDH, 2009a, art. 42).

O procedimento perante a Corte tem uma fase escrita (demanda e contestação) e outra oral (audiência). Na fase escrita, o Estado demandado possui dois meses para expor sua posição⁴¹, a partir da data da notificação da apresentação do caso (CtIDH, 2009a, art. 41). É possível que o prazo de dois meses seja alterado discricionariamente pela presidência da Corte, caso haja pluralidade de supostas vítimas ou representantes sem acordo no que tange ao interveniente comum (CtIDH, 2009a, art. 25.2). A contestação escrita é um momento importante para a defesa do Estado, pois se trata da circunstância em que pode questionar a competência do tribunal e admissibilidade da demanda, apresentando exceções preliminares (CtIDH, 2009a, art. 42).

Na fase oral, a pertinência e as datas das audiências são determinadas pelo Presidente da Corte IDH (CtIDH, 2009a, art. 45), o qual também dirige os debates, determina a ordem dos discursos das pessoas que poderão intervir e toma medidas para a melhor realização do procedimento (CtIDH, 2009a, art. 51). Dentro do prazo determinado pela Presidência, as supostas vítimas e o Estado podem apresentar suas alegações finais por escrito (CtIDH, 2009a, art. 56).

Logo após a promulgação da sentença de mérito, caso seja declarada a responsabilidade do Estado, e na hipótese de que a Corte IDH não tenha disposto especificamente sobre reparações, abre-se novo procedimento para cuidar desse aspecto (CtIDH, 2009a, art. 66). A sentença da Corte é definitiva e inapelável, sendo possível, entretanto, pleito por esclarecimento da sentença, por meio de um pedido de interpretação (CtIDH, 2009a, art. 68). Por meio de relatórios e audiências, a Corte ainda monitora a cumprimento das medidas de reparação ordenadas até que as considere satisfatoriamente cumpridas, garantindo, assim, que suas decisões não pareçam ilusórias ou meramente declaratórias (PASQUALUCCI, 2013, p. 303).

⁴¹ Documento conhecido como ESAP – escrito de solicitações, argumentos e provas.

3.5 Diversificação temática nas demandas analisadas pelo Sistema Interamericano

Os primeiros anos de atividade do SIDH já organizado a partir da CADH coincidiram com o contexto de sistemáticas e massivas violações de direitos humanos ligadas a terrorismo de Estado ou a violentos conflitos armados internos. Em muitos momentos, o déficit democrático que havia internamente nos Estados esteve refletido na própria composição dos órgãos do SIDH. Apesar de a CADH estabelecer entre os critérios para a escolha dos membros da CIDH⁴² e da Corte⁴³ a afinidade com a temática dos direitos humanos, o processo de votação dos Estados nem sempre primou pela busca das melhores credenciais, como exemplificou a eleição em 1991 do juiz nicaraguense Alejandro Montiel Argüello (BUERGENTHAL; CASSELL, 1998, p. 545). Assim, não é difícil entender quantos obstáculos existiam para que o SIDH conseguisse desenvolver ações efetivas de proteção dos direitos humanos.

Mesmo nos momentos em que os membros da CIDH não estavam diretamente ligados aos regimes autoritários⁴⁴, a asfixia política no interior dos Estados tornava até inadequada a submissão de casos individuais à Comissão, dado que os Estados não participavam de forma alguma da litigância⁴⁵. Na verdade, o simples requisito de que antes de recorrer ao sistema internacional as vítimas esgotassem os recursos nacionais revela a dificuldade para conciliar as exigências do sistema de petições individuais e o contexto de profunda fragilidade institucional dos Estados entre os anos 70 e 80 (PARRA VERA, 2012, p.6).

Aliada aos obstáculos para a apuração de responsabilidade em casos individuais, a sistematicidade das violações cometidas e a necessidade de confrontá-las de forma mais coletiva levaram a CIDH a adotar os informes como principal instrumento para a proteção de direitos humanos. Na preparação de seus relatórios, a CIDH utilizava extensivamente de visitas *in loco*, que contribuíam para chamar atenção da opinião pública, aumentar a

⁴² Artigo 34 - A Comissão Interamericana de Direitos Humanos compor-se-á de sete membros, que deverão ser pessoas de alta autoridade moral e de reconhecido saber em matéria de direitos humanos.

⁴³ Artigo 52 - 1. A Corte compor-se-á de sete juízes, nacionais dos Estados-membros da Organização, eleitos a título pessoal dentre juristas da mais alta autoridade moral, de reconhecida competência em matéria de direitos humanos, que reúnam as condições requeridas para o exercício das mais elevadas funções judiciais, de acordo com a lei do Estado do qual sejam nacionais, ou do Estado que os propuser como candidatos.

⁴⁴ Nos anos 1970, a presença de regimes militares na OEA era tão intensa que um membro da Comissão se referia a ela como um “clube de cavalheiros anticomunistas” (SIKKINK, 2011, p.64).

⁴⁵ Apenas como referencial, entre 1986 e 1995, ou seja, em um contexto institucional já mais favorável, os Estados não participaram de qualquer procedimento em 122 dos 218 casos que tramitaram perante a Comissão (BUERGENTHAL; CASSELL, 1998, p. 550).

visibilidade das vítimas e expor o Estado no âmbito internacional, a despeito de não atribuir responsabilidade pelas violações nem exigir medidas de compensação para as vítimas (GONZÁLEZ, 2010, p.106).

Entre as décadas de 1980 e 1990, no período de transição pós-ditatorial, mesmo com o acompanhamento dos processos políticos de tratamento do passado autoritário pelos órgãos do SIDH, ainda se dava primazia a mecanismos que não confrontavam as práticas estatais diretamente. Nesse sentido devem ser entendidas as primeiras opiniões consultivas da Corte, que protegeram a liberdade de imprensa (CtIDH, 1986), o *habeas corpus* (CtIDH, 1987a) e as garantias judiciais (CtIDH, 1987b), levando ao desenvolvimento de uma doutrina básica sobre a relação entre direitos humanos, garantias processuais, Estado de direito e democracia (PASQUALUCCI, 2002)⁴⁶.

O recebimento pela CtIDH de seus primeiros casos contenciosos coincidiu com o início do processo de redemocratização da América Latina, no final dos anos 1980. As primeiras alegações de violações à CADH com as quais a CtIDH se confrontou diziam respeito a crimes cometidos em um contexto ditatorial, em que muitas das violações estavam associadas à existência de um sistema nacional de justiça devastado ou corrupto (ABRAMOVICH, 2009, p.9). A fragilidade institucional para remediar internamente violações de direitos humanos também explica que o sistema internacional fosse visto como o último recurso ao qual as vítimas de violações de direitos humanos podiam recorrer.

Na etapa de transição, foi importante discutir o espaço institucional ocupado pelas forças armadas e, nessa matéria, a Corte determinou o controle civil sobre as forças armadas e em questões de segurança nacional, além de limitar a competência da justiça militar (ABRAMOVICH, 2011, p. 223).

Desaparecimentos forçados foi tema dos primeiros casos contenciosos da Corte, levando-a a desenvolver de forma pioneira uma tese jurídica pela qual os Estados pudessem ser responsabilizados nessas situações, além de começar a se referir a um dever de investigar e punir as violações de direitos humanos como medida de reparação. Conforme será propriamente analisado no próximo capítulo, o enfrentamento ao terrorismo de Estado do regime de Alberto Fujimori, no Peru, foi marcante na jurisprudência da

⁴⁶ Deve-se observar que o predomínio da jurisdição consultiva em relação à contenciosa nos primeiros anos de atividade da CtIDH foi motivo de preocupação para alguns acadêmicos, que viam nessa situação um possível de fragilização da CADH já que mesmo diante de inúmeros casos de graves violações os Estados não eram responsabilizados internacionalmente e não se garantia a eficácia do texto pactuado (HANASHIRO, 2001, p.57).

Corte, e atingiu ápice com a sentença de mérito do caso Barrios Altos, em que o dever de punir derivado da CADH foi interpretado como um óbice à aprovação de leis de anistia.

A consolidação na América Latina de democracias representativas foi acompanhada de melhorias nos sistemas eleitorais e de superação da violência política, ao mesmo tempo em que persistiam deficiências institucionais e níveis alarmantes de desigualdade e exclusão. Com isso, o SIDH começou a ser buscado para estabelecer princípios e parâmetros ligados a demandas por igualdade de grupos tradicionalmente marginalizados (ABRAMOVICH, 2009, pp. 10-12). Nessa perspectiva, a atuação da Corte era visada principalmente para influenciar as condições estruturais em que se fundavam as novas democracias.

A proteção dos direitos dos povos indígenas e tribais pela Corte Interamericana ilustra bem esse tipo de caso que começou a chegar ao sistema reivindicando direitos de igualdade e formulando demandas por redistribuição de recursos. Partindo do caso Awas Tingni (CtIDH, 2001c), a Corte assumiu o papel de desenvolver a proteção dos direitos dos povos indígenas tanto regional quanto globalmente, reafirmando seu direito à propriedade sob o regime da CADH em relação às terras tradicionalmente possuídas (ANAYA; CAMPBELL, 2008). Principalmente na sentença do caso do Povo Saramaka vs. Suriname (CtIDH, 2007j), a Corte aproveitou a oportunidade para avaliar as falhas na proteção ao direito à propriedade de descendentes de escravos para estabelecer linhas gerais que deveriam ser seguidas em qualquer política estatal que afetasse a propriedade comunitária, como o direito dos povos à consulta e o dever de se obter consentimento desses povos quando projetos de grande escala afetassem o gozo de seus direitos (PASQUALUCCI, 2006a). Na prática, a Corte estabeleceu critérios rigorosos para a realização de projetos estatais que afetem povos indígenas e tribais, como ficou comprovado na medida cautelar outorgada pela Comissão Interamericana ordenando a suspensão do licenciamento da usina hidrelétrica de Belo Monte (CIDH, 2011).

Associado às demandas de grupos minoritários, o tema da administração da justiça incorporou às preocupações com a independência e a imparcialidade dos tribunais as garantias do devido processo legal na tutela jurisdicional de direitos sociais. O acesso igualitário à justiça e a existência de padrões estruturais de violações são temas que compõem a agenda da Corte e que, como o próximo capítulo deve enfrentar, criaram um novo contexto para o desenvolvimento da jurisprudência sobre o dever de os Estados investigarem e punirem as graves violações de direitos humanos. Nos três principais casos sobre direitos das mulheres, por exemplo (CtIDH, 2009n, 2010e, 2010f), seguiu-se a

interpretação da CIDH adotada no caso Maria da Penha (CIDH, 2001) e conclui-se que a persecução criminal dos agressores de mulheres era uma medida fundamental para assegurar os direitos deste grupo (TRAMONTANA, 2011).

É importante comentar que a diversificação da agenda temática da Corte Interamericana acontece de forma paralela à diversificação dos atores que litigam perante o SIDH. Aliando-se às organizações de direitos humanos internacionais que peticionam ao Sistema desde o seu estabelecimento – dentre os quais deve ser destacado o CEJIL –, organizações sociais locais e com capacidade de mobilização tem participado dos litígios no SIDH e feito da esfera internacional mais uma dimensão para promoção de diálogo e pressão sobre governos e a opinião pública (CAVALLARO; BREWER, 2008a). Buscando impulsionar agendas nacionais, alguns agentes estatais com atuação ligada aos direitos humanos, como defensores públicos, tem procurado o Sistema Interamericano para superar pontos de resistência a algumas mudanças em legislações e políticas públicas dentro dos próprios governos (ABRAMOVICH, 2009, p. 16).

Além das mudanças na conjuntura política e da diversificação dos atores que litigam no Sistema, muito do desenvolvimento temático dos casos é tributário da interpretação expansiva da Convenção Americana, tanto em relação à apuração da responsabilidade estatal quanto na imposição de medidas reparatórias. Quanto ao método de interpretação, além da visão pessoal de alguns juízes de que falamos na introdução deste trabalho, o art. 29 da CADH⁴⁷ tem sido invocado para apontar que os órgãos do Sistema IDH devem promover uma interpretação evolutiva dos tratados internacionais de direitos humanos, considerando-os instrumentos vivos, cuja interpretação deve acompanhar a evolução dos tempos e as condições de vida atuais (CtIDH, 1999a, par .114).

Uma das principais consequências desta forma como a Corte interpreta a Convenção e demais tratados pertinentes ao Sistema é a rejeição a métodos que procurem olhar para a intenção original dos Estados ao redigir determinado dispositivo. Exemplificativa deste argumento foi a conclusão da Corte no caso Fertilização *in Vitro*

⁴⁷ Artigo 29. Normas de interpretação

Nenhuma disposição desta Convenção pode ser interpretada no sentido de:

- a. permitir a qualquer dos Estados Partes, grupo ou pessoa, suprimir o gozo e exercício dos direitos e liberdades reconhecidos na Convenção ou limitá-los em maior medida do que a nela prevista;
- b. limitar o gozo e exercício de qualquer direito ou liberdade que possam ser reconhecidos de acordo com as leis de qualquer dos Estados Partes ou de acordo com outra convenção em que seja parte um dos referidos Estados;
- c. excluir outros direitos e garantias que são inerentes ao ser humano ou que decorrem da forma democrática representativa de governo; e
- d. excluir ou limitar o efeito que possam produzir a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e outros atos internacionais da mesma natureza.

(CtIDH, 2012e), sinalizando que a previsão do art. 4º de que a proteção da vida começa, em geral, na concepção⁴⁸, não significa que proteção ao embrião seja absoluta. Ademais, para a Corte, a concepção poderia ser entendida como o momento em que o embrião é implantado no útero. Nesse sentido, não apenas é incompatível proteger a vida por meio da proibição de procedimentos de fertilização *in vitro*, como também os Estados devem assegurar o direito a recorrer aos recursos científicos necessários para fazer valer os direitos reprodutivos decorrentes dos direitos à família e à vida privada.

Quanto às reparações, as sentenças da Corte Interamericana as desenvolveram de forma vigorosa e inovadora, tornando a jurisprudência interamericana bastante peculiar quando comparada com a europeia. No Sistema Europeu, o atual artigo 41 da Convenção Europeia de Direitos Humanos estabeleceu um modelo em que as sentenças têm efeito declaratório e apenas constata a violação da Convenção que o Estado requerido cometeu. Caso seja constatada a impossibilidade de o direito interno do país de reparar a violação ocorrida, a Corte determina que se pague uma satisfação equitativa à vítima, na forma de uma reparação exclusivamente pecuniária (CARVALHO RAMOS, 2012b, pp.171-172). Isso significa que o estabelecimento de um dever de processar criminalmente um indivíduo ou anular uma decisão judicial não faz parte do repertório de medidas de reparação empregado rotineiramente pela Corte Europeia em suas sentenças e que uma pesquisa como a que aqui se propõe teria um escopo muito mais limitado⁴⁹.

Já o artigo 63 da CADH, além de prever a reparação das consequências das violações de direitos humanos ocorridas, ainda assegura à vítima o gozo do direito ou liberdade violados. Isso significa que o estabelecimento de obrigações positivas e também simbólicas é constante na jurisprudência interamericana desde os primeiros casos contenciosos. Exemplificativo disso é a sentença de reparações do caso *Aloeboetoe vs. Suriname* (CtIDH, 1993). Nesse caso, a Corte determinou que as violações ao direito à vida e a integridade pessoal de que membros do povo Saramaca foram vítimas ofendiam todo o grupo étnico e, por isso, o Suriname deveria facilitar o acesso aos serviços públicos para toda a comunidade, devendo reabrir a escola e a instalar um posto médico nas proximidades do local habitado (CARVALHO RAMOS, 2001, pp. 162-168). O caso

⁴⁸ Artigo 4º - Direito à vida

1. Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente.

⁴⁹ É preciso reconhecer que nos últimos anos a Corte Europeia tem passado por mudanças estruturais, dentre as quais está a interpretação da Convenção Europeia que considera a obrigação do Estado responsável por violações de Direitos Humanos como não sendo apenas a de compensar pecuniariamente os danos ocorridos, mas também a adoção de medidas aptas a restaurar os direitos protegidos (CARVALHO RAMOS, 2012b, p.177).

também mostra a maneira particular de a Corte IDH atribuir compensações pecuniárias, já que a falha do Estado em manter registros civis levou a Corte a dispensar a exigência de documentação oficial para comprovar a filiação e a identidade dos beneficiários das reparações (CtIDH, 1993, par. 64), aplicando, ao contrário, as práticas costumeiras de casamento dos Saramaca para identificar os familiares que receberiam as reparações (PASQUALUCCI, 2006a, p. 289).

Como já fica sugerido pelo caso Aloeboetoe, as medidas de reparação outorgadas pela Corte não se limitam às vítimas diretas do fato e, muitas vezes, se destinam a toda a sociedade. É o que se vê no caso Caballero-Delgado vs. Colômbia, em que a CIDH solicitou que o Estado reconhecesse publicamente as violações e pedisse desculpas aos familiares da vítima e à sociedade como um todo (CtIDH, 1997a, par. 21). Esse posicionamento da Corte Interamericana sobre a extensão dos efeitos da sentença condenatória ajudará a entender, no próximo capítulo, a relação estabelecida entre o dever de punir e o direito à verdade de toda a sociedade⁵⁰.

⁵⁰ Cabe observar que as medidas de reparação que se voltam para toda a sociedade não estão livres de contestações. A previsão de inscrição dos nomes das vítimas da violência na Penitenciária Castro Castro no já existente monumento “El Ojo que Llorá” – dedicado às vítimas do conflito armado no Peru, entre os anos 1980 e 2000 – ensejou duras críticas e grandes dificuldades de cumprimento interno do julgado da Corte (CtIDH, 2006s). Isso porque muitos entendiam que os indivíduos detidos na Penitenciária Castro Castro eram terroristas condenados e, portanto, responsáveis pelo terror político que teria vitimado as pessoas cuja memória o monumento deveria honrar (CAVALLARO; BREWER, 2008a, pp. 824-825).

4. O discurso punitivo da Corte Interamericana de Direitos Humanos

Este capítulo tem o objetivo de apresentar o modo como a Corte Interamericana vem discutindo na sua jurisprudência o dever estatal de investigar e punir os responsáveis por violações de direitos humanos. Sob a expressão “discursivo punitivo” pretendemos nos referir a elementos tradicionais do direito penal, notadamente a criminalização de condutas e a aplicação de penas, que são manipulados e ressignificados pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, à medida que se incorporam ao vocabulário do direito internacional dos direitos humanos.

Antes de nos dedicarmos às sentenças que integraram o universo de análise apresentado no capítulo 2, será feita uma breve exposição de alguns dos casos iniciais da jurisprudência da Corte IDH que interpretaram o dever de investigar e punir. Afinal, como mencionamos na introdução, esse tema começou a ser explorado logo na primeira sentença de mérito da Corte e é importante que o recorte metodológico adotado por esta pesquisa não prejudique a percepção quanto à amplitude do debate sobre o dever de investigar e punir⁵¹.

Em seguida, passaremos à análise daqueles casos selecionados que revelam uma posição da Corte favorável à utilização da justiça criminal para a proteção dos direitos humanos, esclarecendo as diversas ações estatais das quais depende a efetividade do direito de acesso à justiça ou associando aos processos penais a satisfação do direito à verdade. Para cada uma das grandes situações identificadas como mobilizadoras de discussões sobre a necessidade de procedimentos criminais, procuraremos expor a lógica da argumentação jurídica da Corte e os fundamentos normativos mobilizados.

Ao fim do capítulo, os resultados encontrados serão sistematizados e alguns dos sentidos da presença de elementos penais na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos devem ser ponderados.

⁵¹ Com frequência, a própria Corte faz referência às suas primeiras sentenças para demonstrar que pronunciamentos mais recentes estão alicerçados em posições há muito tempo consolidadas. Um exemplo disso é o voto separado do juiz Sergio García Ramírez no caso Anzualdo Castro, indicando que já no caso Velásquez Rodríguez foram definidas as características do desaparecimento forçado de pessoas (CtIDH, 2009k).

4.1 O início da jurisprudência contenciosa e o dever de investigar e punir

Logo na primeira sentença de mérito publicada pela Corte Interamericana, em 1988, relativa a um desaparecimento forçado ocorrido em Honduras, o dever de investigar e punir as violações de direitos humanos apareceu como resultado da interpretação do artigo 1.1 da Convenção Americana. Iniciava-se naquele momento, no famoso caso Velásquez Rodríguez (CtIDH, 1988), a construção de uma tese jurídica que atribuía ao Estado responsabilidade internacional não apenas por situações em que ele diretamente tivesse privado um indivíduo de um direito protegido pela Convenção – como a vida e a integridade física –, mas também quando desrespeitasse o dever de investigar e sancionar os responsáveis diretos pela violação.

Por se tratar da primeira sentença de mérito, foi dedicada especial atenção ao art. 1.1, cláusula entendida como síntese das obrigações contraídas pelo Estado em relação a cada um dos direitos protegidos na CADH, de tal modo que a lesão a algum direito sempre envolverá uma ofensa ao disposto no 1.1. É curioso notar que a despeito da centralidade deste dispositivo para a apuração da responsabilidade internacional do Estado, a CIDH não havia alegado expressamente esta violação, levando a Corte a fundamentar sua análise na aplicação do princípio geral de direito *iura novit curiae* (CtIDH, 1988, par. 162-163).

Segundo a Corte, o artigo 1.1 atribuiu aos Estados Partes dois tipos de compromissos: (i) respeitar e garantir os direitos, e (ii) assegurar seu exercício livre e pleno a todos os seus jurisdicionados. Referindo-se à segunda dimensão, especificamente em relação à necessária aptidão de todas as estruturas e instituições pelas quais se manifesta o poder estatal para garantir o livre e pleno exercício de direitos, a Corte fez a primeira consideração sobre o dever de investigar e punir como uma obrigação derivada do artigo 1.1:

Como consecuencia de esta obligación [de organizar todo el aparato gubernamental y, en general, todas las estructuras a través de las cuales se manifiesta el ejercicio del poder público, de manera tal que sean capaces de asegurar jurídicamente el libre y pleno ejercicio de los derechos humanos] los Estados deben prevenir, investigar y sancionar toda violación de los derechos reconocidos por la Convención y procurar, además, el restablecimiento, si es posible, del derecho conculcado y, en su caso, la reparación de los daños producidos por la violación de los derechos humanos (CtIDH, 1988, par. 166, *grifo nosso*).

Esclarecendo o conteúdo desta obrigação, definiu-se que o dever jurídico do Estado é de prevenir razoavelmente as violações, investigar seriamente, empregando todos os

meios a seu alcance, as violações cometidas em sua jurisdição com o objetivo de identificar os responsáveis, impor as sanções cabíveis e assegurar às vítimas uma reparação adequada (CtIDH, 1988, par. 174). Tanto o dever de prevenção quanto o de investigação são obrigações de meio e a mera ocorrência de uma violação de direitos humanos é insuficiente para atribuir ao Estado responsabilidade estatal. É a maneira concreta como os Estados conduzem essas atividades que aponta para o respeito ou não a tais deveres:

[...] La [obligación] de investigar es, como la de prevenir, una obligación de medio o comportamiento que no es incumplida por el solo hecho de que la investigación no produzca un resultado satisfactorio. Sin embargo, debe emprenderse con seriedad y no como una simple formalidad condenada de antemano a ser infructuosa. Debe tener un sentido y ser asumida por el Estado como un deber jurídico propio y no como una simple gestión de intereses particulares, que dependa de la iniciativa procesal de la víctima o de sus familiares o de la aportación privada de elementos probatorios, sin que la autoridad pública busque efectivamente la verdad. Esta apreciación es válida cualquiera sea el agente al cual pueda eventualmente atribuirse la violación, aun los particulares, pues, si sus hechos no son investigados con seriedad, resultarían, en cierto modo, auxiliados por el poder público, lo que comprometería la responsabilidad internacional del Estado. (CtIDH, 1988, par. 177, *grifo nosso*)

A citação deste trecho deixa claro que o caso Velásquez Rodríguez esclareceu que em um processo internacional de apuração de responsabilidade por violação de direitos humanos não é suficiente que se demonstre a não realização da violação por parte de agentes estatais. Adicionalmente, deve ficar comprovado que o Estado agiu com a devida diligência para prevenir o dano e, posteriormente à violação, adotou medidas para punir os responsáveis e reparar as vítimas (CARVALHO RAMOS, 2001, pp. 142-143).

A exposição do desenvolvimento da jurisprudência interamericana deve demonstrar que o caso Velásquez Rodríguez, contudo, foi apenas um esboço do conteúdo que seria atribuído ao dever de investigar e punir. Comprova essa afirmação o fato de a Corte não ter incluído expressamente o dever de investigar e punir como uma medida de reparação para os familiares do senhor Manfredo Rodríguez, apesar de mencioná-lo como um dever derivado do artigo 1.1 e que subsiste ao Estado até o seu pleno cumprimento (CtIDH, 1989c, par. 35). Além disso, a obrigação de esclarecer os fatos relacionados à violação de direitos humanos apareceu formulada de um modo mais restrito, tratando especialmente do desaparecimento forçado:

El deber de investigar hechos de este género subsiste mientras se mantenga la incertidumbre sobre la suerte final de la persona desaparecida. Incluso en el supuesto de que circunstancias legítimas del orden jurídico interno no permitieran aplicar las sanciones

correspondientes a quienes sean individualmente responsables de delitos de esta naturaleza, el derecho de los familiares de la víctima de conocer cuál fue el destino de ésta y, en su caso, dónde se encuentran sus restos, representa una justa expectativa que el Estado debe satisfacer con los medios a su alcance (CtIDH, 1988, par. 181, *grifo nosso*).

Casos seguintes, como “Niños de la Calle” (CtIDH, 1999b), voltaram a insistir na importância da obrigação de investigar e punir como medida de efetivação dos direitos previstos na CADH, passando a destacar a relação entre a obrigação de punir e o direito a um recurso efetivo e à proteção judicial. Segundo a Corte, a Guatemala violara os artigos 8.1 e 25 da CADH⁵² na medida em que as autoridades competentes deixaram de realizar atividades investigativas fundamentais para identificar os responsáveis pelo assassinato dos meninos Henry Giovanni Contreras, Federico Clemente Figueroa Túnchez, Julio Roberto Caal Sandoval, Jovito Josué Juárez Cifuentes e Anstrum Aman Villagrán Morales, na Cidade da Guatemala, em um contexto de execuções extrajudiciais perpetradas por agentes de segurança contra meninos em situação de rua.

Antes de iniciar o juízo sobre as ações e omissões do Estado terem ou não violado a Convenção Americana, a Corte se voltou a uma posição fixada pela Corte Europeia, sobre a possibilidade de um tribunal internacional examinar todos os processos internos pertinentes, desde a formação do acervo probatório até as sentenças prolatadas nacionalmente (CtIDH, 1999b, par. 222). Com isso, a Corte não sugeriu que o seu papel fosse o de mais uma instância recursal, mas apenas que o exercício de sua competência contenciosa exigia que as condutas de todos os agentes estatais fossem avaliadas face às obrigações internacionais, inclusive a dos agentes do sistema de justiça.

Em relação ao assassinato dos meninos em situação de rua, a Corte identificou, por exemplo, que as autópsias tinham sido incompletas e atécnicas, as impressões digitais nos

⁵² Artigo 8. Garantias judiciais

1. Toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou para que se determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza.

Artigo 25. Proteção judicial

1. Toda pessoa tem direito a um recurso simples e rápido ou a qualquer outro recurso efetivo, perante os juízes ou tribunais competentes, que a proteja contra atos que violem seus direitos fundamentais reconhecidos pela constituição, pela lei ou pela presente Convenção, mesmo quando tal violação seja cometida por pessoas que estejam atuando no exercício de suas funções oficiais.

2. Os Estados Partes comprometem-se:

- a. a assegurar que a autoridade competente prevista pelo sistema legal do Estado decida sobre os direitos de toda pessoa que interpuser tal recurso;
- b. a desenvolver as possibilidades de recurso judicial; e
- c. a assegurar o cumprimento, pelas autoridades competentes, de toda decisão em que se tenha considerado procedente o recurso.

corpos não tinham sido colhidas, não se buscara o reconhecimento pessoal de um dos acusados e vários testemunhos importantes foram rejeitados sem justificativa razoável (CtIDH, 1999b, par. 231-232). Em virtude de elementos como estes, a Corte pôde responsabilizar o Estado pelo descumprimento do dever de investigar e punir.

A absolvição dos únicos indivíduos efetivamente denunciados pelas execuções consolidou o cenário de total impunidade, a qual configurava em si uma violação aos direitos humanos, nos termos do art. 1.1:

[...] es evidente que los responsables de tales hechos se encuentran en la impunidad, porque no han sido identificados ni sancionados mediante actos judiciales que hayan sido ejecutados. Esta sola consideración basta para concluir que el Estado ha violado el artículo 1.1 de la Convención, pues no ha castigado a los autores de los correspondientes delitos. Al respecto, no viene al caso discutir si las personas acusadas en los procesos internos debieron o no ser absueltas. Lo importantes es que, con independencia de si fueron o no ellas las responsables de los ilícitos, el Estado ha debido identificar y castigar a quienes en realidad lo fueron, y no lo hizo (CtIDH, 1999b, par. 228, *grifo nosso*).

O dever de investigar e punir, entendido como uma garantia de todos os direitos protegidos na CADH, foi reiterado em diversas ocasiões pela Corte até que, no caso *Barrios Altos vs. Peru*, de 2001, sua abrangência atingiu um ponto sensível: a aplicação de leis de anistia a indivíduos responsáveis por graves violações de direitos humanos.

O nome deste caso é uma referência ao bairro de Lima em que ocorreu, no dia 3 de novembro de 1991, a invasão de uma festa e o conseqüente assassinato de 15 pessoas, que ainda deixou outras quatro gravemente feridas. Posteriormente, identificou-se que o massacre fazia parte de uma série de práticas estatais de extermínio conduzidas por membros do Exército peruano, em nome da política do Presidente Alberto Fujimori de estabilização nacional por meio do combate aos “subversivos”. Todavia, a aprovação de duas leis de anistia em 1995⁵³, impedindo a responsabilização de membros do Exército, da polícia e de civis por violações de direitos humanos cometidas entre 1980 e 1995, deixaram impunes os envolvidos nas ações em Barrios Altos (CtIDH, 2001b).

⁵³ Em julho de 95, a Corte Superior de Justiça de Lima decidiu que as leis 26479 e 26492 não contrariavam a Constituição nem os tratados internacionais de direitos humanos e que, pelo princípio da separação de poderes, os juízes não poderiam condenar os envolvidos no massacre de Barrios Altos deixando de aplicar uma lei adotada pelo Congresso (CtIDH, 2001a, par. 2n).

No âmbito do Sistema IDH, o Peru acabou reconhecendo sua responsabilidade internacional pelos fatos relacionados ao caso⁵⁴, dando à Corte oportunidade para discorrer sobre a incompatibilidade de leis de autoanistia com os arts. 1.1, 2º, 8º e 25 da CADH⁵⁵ e firmar um forte precedente. Ficou estabelecido que :

La Corte estima necesario enfatizar que, a la luz de las obligaciones generales consagradas en los artículos 1.1 y 2 de la Convención Americana, los Estados Partes tienen el deber de tomar las providencias de toda índole para que nadie sea sustraído de la protección judicial y del ejercicio del derecho a un recurso sencillo y eficaz, en los términos de los artículos 8 y 25 de la Convención. Es por ello que los Estados Partes en la Convención que adopten leyes que tengan este efecto, como lo son las leyes de autoamnistía, incurrir en una violación de los artículos 8 y 25 en concordancia con los artículos 1.1 y 2 de la Convención. Las leyes de autoamnistía conducen a la indefensión de las víctimas y a la perpetuación de la impunidad, por lo que son manifiestamente incompatibles con la letra y el espíritu de la Convención Americana. Este tipo de leyes impide la identificación de los individuos responsables de violaciones a derechos humanos, ya que se obstaculiza la investigación y el acceso a la justicia e impide a las víctimas y a sus familiares conocer la verdad y recibir la reparación correspondiente (2001b, par. 43, *grifo nosso*).

Seguindo a tendência de criar precedentes aplicáveis a outras situações enfrentadas nas Américas, a Corte não limitou as considerações sobre a incompatibilidade entre impunidade e proteção de direitos humanos especificamente às leis de autoanistia, como pode se ver no trecho abaixo:

Esta Corte considera que son inadmisibles las disposiciones de amnistía, las disposiciones de prescripción y el establecimiento de excluyentes de responsabilidad que pretendan impedir la investigación y sanción de los responsables de las violaciones graves de los derechos humanos tales como la tortura, las ejecuciones sumarias, extralegales o arbitrarias y las desapariciones forzadas, todas ellas prohibidas por contravenir derechos inderogables reconocidos por el Derecho Internacional de los Derechos Humanos (2001b, par. 41, *grifo nosso*).

A Corte fez, portanto, uma afirmação bastante ampla declarando inadmissível qualquer disposição de anistia, prescrição ou estabelecimento de excludentes de responsabilidade que impeçam a investigação e a sanção dos responsáveis por graves

⁵⁴ Inicialmente, porém, o Peru adotou postura muito pouco cooperativa com o SIDH, devolvendo o caso e negando a própria competência da Corte para julgá-lo. Houve até mesmo uma resolução legislativa do Congresso Peruano retirando a Declaração de Reconhecimento da Cláusula Facultativa de Jurisdição Obrigatória (CtIDH, 2001b, par. 25).

⁵⁵ Artigo 2. Dever de adotar disposições de direito interno

Se o exercício dos direitos e liberdades mencionados no artigo 1 ainda não estiver garantido por disposições legislativas ou de outra natureza, os Estados Partes comprometem-se a adotar, de acordo com as suas normas constitucionais e com as disposições desta Convenção, as medidas legislativas ou de outra natureza que forem necessárias para tornar efetivos tais direitos e liberdades.

violações dos direitos inderrogáveis reconhecidos no direito internacional dos direitos humanos.

Além das cláusulas gerais sobre o dever de respeitar os direitos protegidos e adotar medidas de direito interno para tanto, a Corte assinalou que as garantias do devido processo legal inscritas nos artigos 8º e 25 da CADH não admitem quaisquer óbices ao dever de investigar e punir os responsáveis por graves violações e exigem o estabelecimento judicial dos fatos e das circunstâncias ligadas à violação de um direito fundamental. Constatado o caráter violatório das leis de anistia frente à CADH, a Corte concluiu que estas leis não possuíam efeitos jurídicos e, assim, não poderiam constituir obstáculo para a investigação dos fatos do caso e para a responsabilização dos indivíduos (2001b, par. 44).

Pouco tempo depois de Barrios Altos, uma nova sentença foi vista como um paradigma da força que a Corte parecia disposta a atribuir ao dever de investigar e punir violações de direitos humanos (PASTOR, 2005; BASCH, 2007; MALARINO, 2010). O caso Bulacio contra a Argentina tratava da detenção ilegal de uma criança, Walter Bulacio, que, em função de diversos ferimentos causados por agressões policiais, falecera ainda detido. O processo contra um agente policial, que acabou não sendo condenado depois da prescrição da ação penal (que já durava mais de 10 anos), ensejou a análise do respeito aos artigos 8º e 25 da CADH. Foi neste exercício interpretativo que a Corte voltou a tratar dos óbices à apuração penal de violações de direitos humanos, como se vê abaixo:

[...] [E]ste Tribunal ha señalado que son inadmisibles las disposiciones de prescripción o cualquier obstáculo de derecho interno mediante el cual se pretenda impedir la investigación y sanción de los responsables de las violaciones de derechos humanos. La Corte considera que las obligaciones generales consagradas en los artículos 1.1 y 2 de la Convención Americana requieren de los Estados Partes la pronta adopción de providencias de toda índole para que nadie sea sustraído del derecho a la protección judicial, consagrada en el artículo 25 de la Convención Americana.

De acuerdo con las obligaciones convencionales asumidas por los Estados, ninguna disposición o instituto de derecho interno, entre ellos la prescripción, podría oponerse al cumplimiento de las decisiones de la Corte en cuanto a la investigación y sanción de los responsables de las violaciones de los derechos humanos. Si así no fuera, los derechos consagrados en la Convención Americana estarían desprovistos de una protección efectiva (CtIDH, 2003c, par. 116-117, *grifo nosso*)

Autores como Felipe Basch viram no caso Bulacio uma extensão, para além das graves e sistemáticas violações de direitos humanos, do escopo das violações para as quais não seriam admitidos obstáculos ao dever de investigar e punir, como vinha sendo

determinado até então (2007, p. 207). Para ele, essa formulação ampla do direito das vítimas à investigação e à punição dos responsáveis por ofender direitos consagrados na CADH deveria ser ponderada criticamente, em razão dos impactos sobre os direitos dos réus em processos criminais (BASCH, 2007, p. 213). A concordância ou não com este diagnóstico será discutida com mais atenção no próximo capítulo e, por hora, é suficiente considerar o caso Bulacio como um dos mais relevantes antecedentes das decisões que passaremos a analisar.

Naturalmente, há muitos outros casos anteriores à entrada em vigor do quarto Regulamento da Corte que tratam o dever de investigar e punir como uma causa para a responsabilização dos Estados. Mesmo sem um exame detalhado, os casos citados são suficientes para assinalar a origem e a persistência deste tema na jurisprudência da CtIDH. Sobretudo nos primeiros casos, quando era fundamental para a Corte Interamericana se atribuir uma identidade e um modo de funcionamento, o dever de investigar e punir teve um papel importante para esclarecer a amplitude dos compromissos assumidos pelos Estados que ratificaram a Convenção Americana sobre Direitos Humanos e a proteção substantiva a cada direito – e não meramente formal – que seria cobraria dos Estados.

4.2 O dever de punição como causa de responsabilidade e medida de reparação

Esta pesquisa está alicerçada na análise de 82 casos publicados ao longo de oito anos pela Corte Interamericana de Direitos Humanos avaliando a relação entre processos criminais e a garantia dos direitos protegidos na Convenção Americana. Neste tópico, trataremos dos casos em que a Corte cobrou dos Estados eficiência no funcionamento da justiça criminal, ao menos como causa para atribuir responsabilidade internacional ou como medida para reparar as violações identificadas. Como está representado no gráfico abaixo, estes casos correspondem à grande maioria dos que foram analisados (totalizam 61 os que se encaixam em pelo menos uma dessas categorias), demonstrando que na jurisprudência interamericana é mais comum a demanda pela intervenção do direito penal para proteger os direitos humanos do que as violações à CADH nascerem da atuação efetiva do direito penal – ao tipificar condutas, atribuir penas ou encarcerar pessoas, por exemplo.

Gráfico 2 – Maneiras como a punição aparece na jurisprudência da Corte Interamericana

As duas grandes facetas da punição no Sistema Interamericano de Direitos Humanos foram reunidas em tópicos amplos – “sentidos do direito de acesso à justiça”, tratando das circunstâncias que demonstram descumprimento ao dever de investigar e punir – e “investigar e punir como medida de satisfação do direito à verdade judicial”, que aponta para as expectativas da Corte IDH quando confia no direito penal para reparar as vítimas pelas violações sofridas.

No que tange ao acesso à justiça, deve-se ter em vista que quando o caso Velásquez Rodríguez interpretou a cláusula geral do artigo 1.1, afirmando que derivam da Convenção Americana sobre Direitos Humanos obrigações de os Estados prevenirem, investigarem e sancionarem as violações de direitos humanos, ficou pendente esclarecer quais seriam as ações penais que assegurariam a proteção dos direitos humanos. Acompanhando o desenvolvimento da jurisprudência, é possível verificar que, na análise do caso concreto, a Corte atribuiu aos Estados diversos compromissos específicos, derivados do dever geral de investigar e punir as violações a direitos protegidos na CADH. Geralmente identificadas na interpretação das garantias do devido processo, mas também tratadas entre as medidas de reparação, essas obrigações têm tanto uma dimensão negativa, ligada à vedação de barreiras para o funcionamento da justiça penal, quanto positiva, como é o caso do dever de tipificar condutas e de promover a cooperação jurídica internacional.

Avançando em relação às resoluções da sentença do caso Velásquez Rodríguez, constata-se que a Corte abraçou o caráter reparatório do dever de investigar e punir, principalmente para as violações cometidas em contexto de deficiência da justiça criminal: dos 59 casos em que a falta de investigação e sanção esteve na base da decisão de

responsabilizar o Estado, apenas dois claramente excluíram medidas criminais dos meios de reparação. A persistência dessa medida faz com que a segunda parte da exposição dos casos procure esclarecer a que a Corte se refere quando dispõe que as vítimas devem ser reparadas por meio da investigação e punição dos responsáveis pelas violações de direitos humanos.

Para o estudo dos dois aspectos do dever de investigar e punir, optou-se por privilegiar a exposição mais detalhada de alguns poucos casos considerados paradigmáticos⁵⁶, incluindo apenas a indicação de outras sentenças em que o mesmo posicionamento se faz presente. O balanço mais amplo dos resultados da pesquisa está exposto por meio de gráficos.

4.2.1. Sentidos do direito de acesso à justiça

O primeiro entre os casos selecionados que abordam o dever de investigar e punir tanto como causa de responsabilidade internacional quanto como medida de reparação, o caso Juan Humberto Sánchez vs. Honduras, destacou os procedimentos de investigação que precisam ser adotados pelo Estado quando ocorre uma violação de direitos humanos. As circunstâncias que envolveram a detenção arbitrária do Sr. Sánchez e a sua posterior execução extrajudicial perpetrada por agentes militares não foram objeto de investigações sérias e imparciais que permitissem a identificação dos responsáveis. Depois de nove anos dos fatos, as autoridades hondurenhas sequer tinham tomado o depoimento das principais testemunhas, que poderiam ter ajudado a esclarecer o caso (CtIDH, 2003b, par. 114).

Diante desse quadro, a Corte afirmou que não é suficiente que existam recursos formalmente disponíveis se eles não são capazes dar respostas às violações de direitos humanos; isto é, se eles não são efetivos. O direito a recorrer aos juízes ou tribunais competentes para que amparem, com rapidez, os direitos fundamentais é um dos pilares fundamentais não apenas da CADH, mas do Estado de Direito em uma sociedade democrática (CtIDH, 2003b, par. 121). No caso do desaparecimento do Sr. Sánchez, a

⁵⁶ A maioria dos casos que são descritos de modo mais detalhado corresponde àqueles que a própria Corte costuma se referir nas notas de rodapé que indicam os fundamentos jurisprudenciais e convencionais de suas posições.

inefetividade dos recursos ficou patente pela demora na apreciação do recurso de habeas corpus, o qual poderia ter indicado o local em que ele fora detido.

Depois de encontrado o corpo do Sr. Sánchez e constatado o assassinato, as autoridades judiciais falharam em identificar e sancionar os responsáveis pelos crimes. A investigação foi marcada pela falta de diligências fundamentais, como a realização de autópsia e a produção de fotografias registrando as condições em que o corpo fora encontrado (CtIDH, 2003b, par.126). Para a Corte, em casos de execuções extrajudiciais o Estado deve realizar uma investigação séria, imparcial e efetiva do ocorrido, nos seguintes termos:

En este sentido el Protocolo de Naciones Unidas para la Investigación Legal de las Ejecuciones Extrajudiciales, Arbitrarias y Sumarias o Protocolo de Minnesota ha sentado algunos lineamientos básicos para llevar a cabo las investigaciones correspondientes y determinar si las ejecuciones han sido extrajudiciales, sumarias y arbitrarias. El Protocolo ha señalado como requisitos mínimos de la investigación: la identificación de la víctima, la recolección y preservación de pruebas relacionadas con la muerte con el fin de ayudar en el potencial procesamiento de los responsables, la identificación de posibles testigos y la obtención de sus declaraciones en relación con la muerte, la determinación de la causa, manera, lugar y tiempo de la muerte, así como cualquier patrón o práctica que pueda haber provocado la muerte, la distinción entre muerte natural, suicidio y homicidio, la identificación y aprehensión de la o las personas involucradas en la muerte y la presentación de los presuntos perpetradores ante un tribunal competente establecido por ley. En este caso no se cumplieron dichos parámetros. La Corte observa que en casos de ejecuciones extrajudiciales es fundamental que las autoridades competentes deban realizar un exhaustiva investigación de la escena, examinar el cuerpo de la víctima y llevar a cabo, por expertos profesionales, una autopsia para determinar las causas del deceso cuando esto sea posible o llevar a cabo una prueba igualmente rigurosa, dentro de las circunstancias del caso. En el caso en estudio, la Corte destaca que las autoridades por diferentes motivos no tomaron las medidas necesarias para preservar la prueba que había en la escena del crimen y realizar una autopsia que permitiera hacer una investigación seria y efectiva de lo sucedido, para a la postre sancionar a los responsables (CtIDH, 2003b, par. 127-128, *grifo nosso*).

O trecho citado demonstra que o dever de investigar e punir não é uma obrigação genericamente imposta aos Estados, mas que, na verdade, exige a adoção de diversos procedimentos específicos. Interessante observar nesse caso a prática da Corte Interamericana de apurar a evolução do sentido das disposições da Convenção Americana sobre Direitos Humanos – em consonância com a interpretação evolutiva a que ela tanto se refere – por meio de documentos de *soft law*, geralmente externos ao SIDH (NEUMAN, 2008), como é o caso do Protocolo de Minnesota. No mesmo caso, a CtIDH referiu-se aos Princípios sobre a Efetiva Prevenção e Investigação de Execuções Extrajudiciais,

Arbitrárias ou Sumárias⁵⁷ para reafirmar a necessidade de existirem procedimentos efetivos para investigar seriamente e com profundidade as circunstâncias nas quais podem ocorrer violações ao direito à vida (CtIDH, 2003b, par. 133).

A referência a procedimentos específicos de investigação, apoiando-se em documentos não vinculantes elaborados no âmbito das Nações Unidas, reapareceu posteriormente em casos sobre tortura (CtIDH, 2005l, par. 100; CtIDH, 2006g, par. 200; CtIDH, 2006p, par. 91; CtIDH, 2008k, par.92; CtIDH, 2010h, par. 236; CtIDH, 2010i, par. 107-135)⁵⁸ e violência contra a mulher (CtIDH, 2009n, par. 318 e 502; CtIDH, 2010e, par. 256; CtIDH, 2010f, par. 242)⁵⁹. As medidas que os Estados devem adotar ao investigar as violações de direitos humanos foram analisadas tanto para apurar a responsabilidade internacional quanto para determinar medidas de reparação, destinadas a garantir a não repetição dos fatos dos casos.

De fato, a investigação efetiva é um dever jurídico próprio e constitui um elemento central e condicionante para a proteção dos direitos humanos. Independentemente de terem sido agentes estatais ou particulares que diretamente ofenderam a integridade pessoal ou a vida – por exemplo – de uma pessoa, qualquer deficiência nas investigações compromete a responsabilidade estatal, posto que faz com que, de certo modo, as violações tenham sido auxiliadas pelo Estado (CtIDH, 2006a, par. 145).

O significado da efetividade dos processos pode ser ilustrado pelo caso da Comunidade Moiwana contra o Suriname, que tratou do dever de investigar e punir em relação às garantias do devido processo insculpidas na CADH nos artigos 8º e 25. Moiwana é o nome da aldeia em que viviam membros do povo N'djuka⁶⁰, onde ocorreu, em 29 de novembro de 1986, uma operação militar na qual agentes do Estado e seus colaboradores mataram 39 pessoas, entre elas mulheres, crianças e idosos. A propriedade

⁵⁷ Adotado pelo Conselho Econômico Social, por meio da Resolução 1989/65, de 24 de maio de 1989.

⁵⁸ Para os quais a Corte busca fundamentação no Manual para a Investigação e Documentação Eficazes de Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos e Degradantes, conhecido como Protocolo de Istambul, publicado em 2001 pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/Documents/Publications/training8Rev1en.pdf>>. Último acesso: 08.08.13.

⁵⁹ Referindo-se novamente ao Protocolo de Istambul e também às Diretrizes para o Cuidado Médico-Legal para Vítimas de Violência Sexual, da Organização Mundial da Saúde, de 2003. Disponível em: <<http://whqlibdoc.who.int/publications/2004/924154628X.pdf>>. Último acesso: 08.08.13.

⁶⁰ Durante o séc. XVII muitas pessoas de origem africana foram levadas para região em que atualmente está localizado o Estado do Suriname para trabalhar como escravas na agricultura. Muitas delas conseguiram escapar para as áreas de floresta tropical na parte leste do Estado, onde estabeleceram comunidades novas e autônomas. Estas pessoas passaram a ser conhecidas como Bush Negroes ou Maroons, dos quais emergiram seis diferentes grupos: N'djuka, Matawai, Saramaka, Kwinti, Paamaka e Boni ou Aluku. Os N'djuka se diferenciam de outros povos maroons por terem idioma e história próprios, bem como tradições religiosas e culturais. A aldeia Moiwana foi fundada no fim do século XIX e está localizado no leste do Suriname, na região da estrada entre Paramaribo e Albina. A comunidade N'djuka possui forte vínculo com sua terra tradicional, à qual está relacionada sua integridade e identidade cultural (CtIDH, 2005e).

da comunidade foi queimada e destruída, e os sobreviventes foram obrigados a deixar a terra, sem ao menos realizar os ritos funerários requeridos por suas tradições. A aldeia teve que ser abandonado e os sobreviventes dissiparam-se entre campos de refugiados na Guiana Francesa, grandes cidades do interior do Suriname e na capital, Paramaribo.

Depois de quase vinte anos, o Estado do Suriname não tinha julgado nenhum dos possíveis envolvidos no ataque de 86 e os membros da Comunidade tampouco haviam recebido qualquer tipo de reparação. Identificaram-se diversos obstáculos ao adequado funcionamento da justiça, como o assassinato do investigador responsável pelo caso, a liberação forçada de um dos suspeitos detidos e a morte de uma pessoa que confessara ter liderado o ataque à aldeia. Todos que tentavam pressionar as autoridades pelo andamento das investigações também foram vítimas de ameaças e perseguições.

A alegação do Estado de que eram as vítimas que deveriam ter iniciado ações nas cortes nacionais para obterem reparação pelas violações sofridas foi prontamente rechaçada pela Corte Interamericana, que afirmou o dever de o Estado iniciar, *ex officio* e sem demora, uma investigação séria, imparcial e efetiva, independentemente do oferecimento de provas por parte das vítimas (CtIDH, 2005e, par. 145-146). Estas, porém, devem gozar de amplas oportunidades para participar do processo e ser ouvidas, tanto no momento de esclarecimento dos fatos quanto no de sancionar os responsáveis (CtIDH, 2005e, par. 145-147).

O dever do Estado de iniciar investigações *ex officio* e, ao mesmo tempo, assegurar a participação das vítimas em todas as fases processuais é uma obrigação constantemente reconhecida pela Corte, em casos de execuções extrajudiciais (2006j, par. 79; 2010c, par. 117) – a exemplo dos Massacres de Mapiripán (2005n, par. 219), do Povo Bello (2006a, par. 143), de Ituango (2006h, par. 298), La Rochela (2007a, par. 194) e dos Dois Erres (2009s, par. 141) –, desaparecimentos forçados (2005r, par. 80; 2010i, par. 108; 2011h, par. 135) e outras graves violações de direitos humanos (2008j, par. 155), como tortura (2006g, par. 92) e maus tratos (2006i, par. 148).

O caso Moiwana tem ainda uma particularidade importante sobre as razões para a determinação da obrigação de o Estado investigar e punir as violações de direitos humanos: a centralidade da justiça na cosmogonia N'djuka:

[L]a justicia y la “responsabilidad colectiva” son principios centrales en la sociedad N'djuka tradicional. Si un miembro de la comunidad es ofendido, sus familiares – que serían todos los miembros de linaje maternal – están obligados a buscar justicia para la ofensa cometida. Si ese familiar ha muerto, los N'djuka creen que su espíritu no podrá descansar en paz hasta que se haga justicia. Mientras que la ofensa siga

sin sanción, el espíritu de la víctima – y posiblemente otros espíritus ancestrales – pueden atormentar a sus familiares vivos. (CtIDH, 2005e, par. 94-95)

Enquanto se mantivesse a impunidade e os responsáveis pelos crimes em Moiwana continuassem sem castigo, os quilombolas sobreviventes vivenciariam grande sofrimento e angústia causados pela certeza de serem atormentados pelos espíritos enfurecidos dos falecidos. Para a Corte, essa situação violava o direito à integridade pessoal (art. 5º) e também afetava o gozo do direito à propriedade (art. 21). Ainda que existissem mais motivos por que os N'djuka não tivessem retornado para suas terras tradicionais, a falta de investigação dos fatos ocorridos em 1986 certamente contribuía decisivamente para que muitos deles continuassem na condição de deslocados: “[S]ólo cuando se haga justicia serán capaces de aplacar los espíritus enfurecidos de sus familiares fallecidos, purificar su tierra y regresar allí sin ansiedad por la posibilidad de sufrir mayores hostilidades (CtIDH, 2005e, par. 86.43)”.

O funcionamento adequado da justiça criminal tanto na investigação quanto na atribuição de responsabilidade não pode ocorrer na hipótese de existirem barreiras legais que formalmente impeçam o acesso à justiça dos que buscam o esclarecimento de violações de direitos humanos. O caso Moiwana também retomou o tema das leis de anistia, já tratado no caso Barrios Altos, porém em um contexto peculiar. O Suriname aprovou em 1989 uma lei de anistia em relação aos crimes cometidos entre 1º de janeiro de 1985 e 20 de agosto de 1992, excluindo do seu escopo os crimes contra a humanidade, conforme estivessem definidos pelo direito internacional. A organização Moiwana ‘86 tentou impedir a aprovação da lei por meio de recursos judiciais, mas não obteve sucesso. A lei de anistia não chegou, diretamente, a impedir a sanção dos responsáveis pelos fatos ocorridos na Comunidade, pois sequer as investigações haviam sido efetivamente realizadas. Mesmo assim, as vítimas e a CIDH questionaram a vigência desta lei em face da Convenção Americana, argumentando que promovia o clima de impunidade prevalente no Suriname e, como medida de reparação, deveria ser revogada.

Na análise de mérito, a Corte mencionou a Lei de Anistia, mas ao invés de avaliá-la concretamente, retomou a afirmação sobre nenhuma disposição interna poder ser utilizada para barrar nacionalmente o cumprimento de suas decisões:

Como el Tribunal ha afirmado en repetidas ocasiones, ninguna ley o disposición interna – incluyendo leyes de amnistía y plazos de prescripción – podría oponerse al cumplimiento de las decisiones de la Corte en cuanto a la investigación y sanción de los responsables de las violaciones de los derechos humanos. Si no fuera así, los derechos

consagrados en la Convención Americana estarían desprovistos de protección efectiva. Este entendimiento de la Corte es conforme a la letra y al espíritu de la Convención, así como a los principios generales del derecho internacional. Posee especial preeminencia entre dichos principios el de *pacta sunt Servando* [sic], el cual requiere que se asegure un efecto útil de las disposiciones de un tratado en el plano del derecho interno de un Estado Parte (CtIDH, 2005e, par. 167).

A Corte manteve o mesmo tom na decisão sobre as medidas de reparação, e, sem abordar a Lei de Anistia de 1989, reproduziu o disposto em outros casos sobre a proibição de obstáculos à satisfação do dever de investigar e punir os responsáveis pelas violações:

Además, tal como se señaló en un capítulo anterior, ninguna ley ni disposición de derecho interno – incluyendo leyes de amnistía y plazos de prescripción – puede impedir a un Estado cumplir la orden de la Corte de investigar y sancionar a los responsables de violaciones de derechos humanos. En particular, las disposiciones de amnistía, las reglas de prescripción y el establecimiento de excluyentes de responsabilidad que pretendan impedir la investigación y sanción de los responsables de las violaciones graves de los derechos humanos – como las del presente caso, ejecuciones sumarias, extrajudiciales o arbitrarias – son inadmisibles, ya que dichas violaciones contravienen derechos inderogables reconocidos por el Derecho Internacional de los Derechos Humanos (CtIDH, 2005e, par. 206, *grifo nosso*).

Nos casos em que leis de anistia constituíram óbices decisivos para a persecução penal, a Corte tratou do tema não mais como um mero exemplo dos mecanismos que impedem a responsabilização criminal individual, mas retomou o posicionamento firmado no caso Barrios Altos sobre a contrariedade dessas leis ao regime internacional de proteção aos direitos humanos (CtIDH, 2003d; 2004a; 2004l; 2005a; 2006o; 2006u; 2009s; 2011h).

A conclusão da Corte Interamericana de que as leis de anistia do Brasil e do Uruguai também eram incompatíveis com a Convenção Americana deixou claro que, independentemente do procedimento pelo qual essas leis forem aprovadas, a criação de óbices legais para o cumprimento do dever de investigar e punir graves e sistemáticas violações de direitos humanos jamais é aceita.

O caso Gomes Lund é bastante didático ao reunir diversos argumentos sobre o dever de investigar e punir que a Corte invocou ao longo da sua jurisprudência: o dever de investigar e punir como uma norma que deriva do artigo 1.1 da CADH, a obrigação estatal de iniciar investigações sérias e imparciais *ex officio*, o direito das vítimas de participar de todas as etapas processuais e a posição de órgãos dos sistemas regionais e universal

contrária às leis que anistiem graves violações⁶¹ (CtIDH, 2010i, par. 137-160). O esforço dos representantes do governo brasileiro para afastar os precedentes interamericanos apontando para a decisão final do Supremo Tribunal Federal⁶² e para o fato de não se tratar de uma autoanistia não prosperaram, de modo que a Corte deu seguimento ao seu posicionamento histórico.

Em relação ao caráter negociado da lei, a Corte fez a seguinte consideração:

En cuanto a lo alegado por las partes respecto de si se trató de una amnistía, una autoamnistía o un “acuerdo político”, la Corte observa, como se desprende del criterio reiterado en el presente caso (supra párr. 171), que la incompatibilidad respecto de la Convención incluye a las amnistías de graves violaciones de derechos humanos y no se restringe sólo a las denominadas “autoamnistías”. Asimismo, como ha sido señalado anteriormente, el Tribunal más que al proceso de adopción y a la autoridad que emitió la Ley de Amnistía, atiende a su ratio legis: dejar impunes graves violaciones al derecho internacional cometidas por el régimen militar. La incompatibilidad de las leyes de amnistía con la Convención Americana en casos de graves violaciones de derechos humanos no deriva de una cuestión formal, como su origen, sino del aspecto material en cuanto violan los derechos consagrados en los artículos 8 y 25, en relación con los artículos 1.1 y 2 de la Convención (CtIDH, 2010i, par. 175).

A decisão do Supremo Tribunal Federal que confirmou a validade da interpretação da lei de anistia ignorou as obrigações internacionais a que o Brasil estava sujeito. Nesse sentido, a Corte IDH recordou que todos os órgãos judiciais estão obrigados a realizar o controle de convencionalidade *ex officio* e uma decisão da mais alta instância judicial não exime o Estado do dever de respeitar de boa fé as obrigações internacionais (CtIDH, 2010i, par. 177). Assim, a Corte concluiu que a aplicação da lei de anistia carecia de efeitos jurídicos em relação às graves violações de direitos humanos e, nesse aspecto, considerou o Brasil responsável por violar o artigo 2º, em relação ao 8.1, 25 e 1.1 (CtIDH, 2010i, par. 180).

O foco da Corte nos efeitos da lei de anistia, independentemente do processo formal pelo qual ela foi aprovada, atingiu seu ápice no caso Gelman vs. Uruguai (CtIDH, 2011b), que enfrentou o desaparecimento forçado de uma jovem grávida, que teve sua filha subtraída e entregue ilicitamente à família de um policial uruguaio. O fato de, pelo menos por algum tempo, a investigação e sanção do desaparecimento María Claudia García e da

⁶¹ Especificamente, a Corte cita decisões do Comitê de Direitos Humanos, do Comitê contra a Tortura e da extinta Comissão de Direitos Humanos, no âmbito das Nações Unidas, além da Corte Europeia de Direitos Humanos e da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, no âmbito regional.

⁶² Uma análise crítica da decisão do voto de cada Ministro do Supremo Tribunal Federal na ADPF 153 em relação à jurisprudência da Corte Interamericana pode ser encontrada em Carvalho Ramos (2012a).

subtração de María Macarena Gelman terem sido impedidas pela vigência e aplicação da Lei de Caducidade da Pretensão Punitiva do Estado foi considerado ofensivo à Convenção Americana, a despeito de a lei ter sido aprovada em um contexto democrático e com respaldo eleitoral:

El hecho de que la Ley de Caducidad haya sido aprobada en un régimen democrático y aún ratificada o respaldada por la ciudadanía en dos ocasiones no le concede, automáticamente ni por sí sola, legitimidad ante el Derecho Internacional. La participación de la ciudadanía con respecto a dicha Ley, utilizando procedimientos de ejercicio directo de la democracia –recurso de referéndum (párrafo 2º del artículo 79 de la Constitución del Uruguay)- en 1989 y –plebiscito (literal A del artículo 331 de la Constitución del Uruguay) sobre un proyecto de reforma constitucional por el que se habrían declarado nulos los artículos 1 a 4 de la Ley- el 25 de octubre del año 2009, se debe considerar, entonces, como hecho atribuible al Estado y generador, por tanto, de la responsabilidad internacional de aquél (CtIDH, 2011b, par. 238).

Não são todos os casos em que o dever de investigar e punir foi causa para a responsabilidade internacional do Estado que as barreiras institucionais eram tamanhas a ponto de terem inexistido ações investigativas ou processos judiciais. Em algumas circunstâncias, processos criminais foram iniciados, mas o dever de investigar e punir foi desrespeitado pelo uso de instrumentos legais que os protelavam. O uso excessivo de recursos legais culminando na impunidade dos autores das violações é um problema identificado pela Corte já no caso Bulacio, no qual se concluiu pela vedação de qualquer obstáculo à justiça penal em toda violação de direitos humanos (CtIDH, 2003c, par. 114-115).

O primeiro caso publicado em seguida – já dentro do marco temporal desta pesquisa – tratou da execução extrajudicial politicamente motivada da antropóloga Myrna Mack Chang, estudiosa e crítica dos deslocamentos forçados causados pelo conflito armado interno na Guatemala e pela falta de medidas governamentais para minimizar o problema (CtIDH, 2003d, par. 134). Mesmo com a sanção de um dos autores materiais do crime, o dever de investigar e punir não tinha sido satisfeito pelo fato de os autores intelectuais continuarem impunes por terem se valido da interposição de recursos que atrasavam a resolução do caso:

los procesados han interpuesto al menos doce recursos de amparo, tal como se estableció en el capítulo de hechos probados, todos los cuales fueron declarados improcedentes por las autoridades judiciales respectivas. Asimismo, la Corte observa, tal como lo señalaron la Comisión y los representantes de los familiares de la víctima, que éstas acciones de amparo paralizaron el proceso por más de tres años. Las autoridades judiciales no dieron trámite con la debida diligencia a las

acciones de amparo, con el fin de que este fuese un recurso rápido y eficaz, y más bien permitieron que se convirtiera en un recurso dilatorio del procedimiento, toda vez que puede ser conocido hasta por cuatro diferentes instancias (CtIDH, 2003d, par. 204).

A despeito da legalidade do recurso de amparo, cabia aos juízes, na condição de autoridade competente para dirigir o processo e zelar por sua duração razoável, reduzir o uso desproporcional de recursos judiciais que pudessem ter efeitos dilatórios e frustrantes sobre a devida proteção judicial dos direitos humanos (CtIDH, 2003d, par. 207-210).

Situação semelhante ocorreu em outro caso guatemalteco, o Massacre dos Dois Erres, no qual a defesa dos indivíduos imputados pelo massacre de 251 pessoas empregou abusivamente pelo menos 33 recursos de amparo. Essa interposição indiscriminada era facilitada pela “Ley de Amparo”, de 1986, que previa que o recurso não poderia ser rechaçado a menos que fosse manifestamente improcedente, além de não obrigar os juízes a analisarem previamente os requisitos de admissibilidade (2009s, par. 109). Nesse caso, considerou-se que as disposições legais que regulavam o amparo concorreram para que, depois de 27 anos dos fatos, o processo ainda se encontrasse na primeira etapa processual.

A decisão no Massacre dos Dois Erres não pretendia negar a aptidão do recurso de amparo – uma garantia que não pode ser suspensa nem mesmo em estado de emergência (CtIDH, 1987b) – para a proteção dos direitos humanos. Contudo, a regulamentação pela legislação interna conduziu ao seu uso abusivo, violando não só as garantias do devido processo, mas a obrigação derivada do art. 2º de os Estados adequarem seu direito interno às disposições da Convenção Americana (CtIDH, 2009s, par. 121-122).

Nesses dois casos, a Corte esclareceu o papel dos juízes na condução dos processos criminais e na garantia da resolução do processo em tempo razoável. O uso de instrumentos legais que dilatem a solução do caso não é, contudo, exclusividade dos réus, como sinalizou o caso Ibsen Cárdenas e Ibsen Peña, no qual a falha no processamento dos responsáveis por dois desaparecimentos forçados ocorridos em 71 e 73, no marco da ditadura militar boliviana, teve como causa o excesso de vezes que juízes se declararam incompetentes combinado à inexistência de mecanismos aptos a apurar a legalidade destas declarações. Por mais importante que seja o julgamento pelo juiz natural, incompetente e imparcial, o total de 111 recusas em conhecer um único processo criminal sugeriu que as regras processuais penais estavam eivadas de obstáculos à investigação e sanção dos envolvidos nos desaparecimentos demonstrando que a Bolívia violara tanto o artigo 8.1 quanto ao 2º da CADH (CtIDH, 2010g, par. 190).

Entre os processos iniciados que logram alcançar uma solução final, estavam marcados por irregularidades que perpetuavam a impunidade. Para tratar desses casos a Corte IDH recorreu a instrumentos do direito internacional penal, notadamente o Estatuto de Roma, o Estatuto do Tribunal Internacional para Ruanda e o Estatuto do Tribunal Internacional para a ex-Iugoslávia, acrescentando à apreciação do direito de acesso à justiça o conceito de coisa julgada fraudulenta.

No caso *Carpio Nicolle* (CtIDH, 2004I), relativo a execuções extrajudiciais e violações à integridade pessoal por um grupo armado paramilitar na Guatemala, o Estado reconheceu sua responsabilidade sobre as violações ocorridas e a noção de coisa julgada fraudulenta foi abordada na parte da sentença dedicada às medidas de reparação. A Corte considerou provado que a impunidade do caso decorreu da existência de obstáculos permanentes à investigação, os quais comprovaram a incapacidade do sistema de justiça para se manter independente e imparcial frente a pressões dirigidas a seus integrantes (CtIDH, 2004I, par. 131-133). Por essa razão, entre as medidas de reparação estava o dever de:

[A]doptar medidas concretas dirigidas a fortalecer su capacidad investigativa. En este sentido, habrá que dotar a las entidades encargadas de la prevención e investigación de las ejecuciones extrajudiciales de suficientes recursos humanos, económicos, logísticos y científicos para que puedan realizar el procesamiento adecuado de toda prueba, científica y de otra índole, con la finalidad de esclarecer los hechos delictivos. Dicho procesamiento debe contemplar las normas internacionales pertinentes en la materia, tales como las previstas en el Manual de las Naciones Unidas sobre la prevención e investigación eficaces de las ejecuciones extralegales, arbitrarias o sumarias (CtIDH, 2004I, par. 135, *grifo nosso*).

A Corte pôde aplicar a noção de fraudulência também a casos de intervenção da jurisdição militar na apuração de violações de direitos humanos. Wilson Gutiérrez Soler foi detido arbitrariamente e sofreu torturas para que confessasse a autoria de um crime, pelo qual foi posteriormente absolvido. A obtenção de reparação pelas violações sofridas encontrou barreiras na atuação da justiça penal militar, perante a qual a denúncia do Sr. Soler foi desclassificada sem qualquer fundamentação. A Colômbia reconheceu sua responsabilidade pelos fatos e a Corte reafirmou a exigência, derivada tanto do art. 1.1 da CADH quanto da Convenção Interamericana contra a Tortura, de os Estados adotarem medidas efetivas para prevenir e sancionar atos de tortura na sua jurisdição (CtIDH, 2005I).

Entre as medidas de reparação, foi incluído o dever de identificar, julgar e sancionar os responsáveis pelos fatos do caso e manter a investigação em tribunais penais ordinários. Como feito em outros casos já citados, a Corte destacou os procedimentos de investigação que deveriam ser adotados e ordenou que o Estado levasse em consideração as referências internacionais sobre registro e interpretação de provas de atos de tortura, especialmente as diretrizes definidas no Protocolo de Istambul (CtIDH, 2005l, par. 100).

Em voto seu separado, o juiz Sergio Garcia Ramírez teceu considerações sobre a ideia de coisa julgada fraudulenta empregada na sentença, tomando o cuidado para alertar que esta noção não deve ser aplicável a qualquer caso, sob o risco de igualar situações heterogêneas. De qualquer forma, a possibilidade de desconstituição da coisa julgada é como que inerente à jurisdição internacional de direitos humanos e internacional penal, posto que ambas não poderiam atuar com eficácia caso as decisões finais dos órgãos nacionais fossem, de fato, inatacáveis em qualquer circunstância. Mesmo o valor da segurança jurídica não justifica que o instituto da coisa julgada possa proteger atuações ilegais ou ilegítimas dos julgadores, ou qualquer outra ofensa às garantias do devido processo. O processo viciado não é um verdadeiro processo e a sentença que dele resulta não é genuína. García Ramírez recomenda que se reflita cautelosamente sobre as situações em que se deve manter ou retirar de uma sentença a eficácia da coisa julgada, já que é uma poderosa garantia individual (par. 18-22).

A noção de coisa julgada fraudulenta ficou mais bem delineada no caso *Almonacid Arellano contra o Chile*, também relativo a execuções extrajudiciais. Novamente na seção das medidas de reparação, a Corte recorreu a este conceito e apontou algumas situações às quais ele é aplicável. São elas: (i) quando a resposta do tribunal que não sancionou o responsável pela violação tinha o propósito de furtá-lo de sua responsabilidade penal; (ii) quando o procedimento não foi instruído de forma independente e imparcial conforme as garantias do devido processo; (iii) quando não houve intenção real de submeter o responsável à ação da justiça (2006o, par. 154).

Diante da descoberta de fatos novos que possam auxiliar no esclarecimento de crimes contra a humanidade, o Estado não pode invocar o princípio do *ne bin in idem* – que, para a Corte, não se caracteriza como um direito absoluto – para se furtar de reabrir investigações cujo encerramento decorria de uma coisa julgada fraudulenta; isso mesmo para os casos com sentença absolutória transitada em julgado (2006o, par. 154). No caso *La Cantuta contra o Peru*, a Corte pareceu expandir as conclusões do caso *Almonacid*, posto que a referência à não aplicação dos princípios da coisa julgada e do *non bis in idem*

não se restringiu aos crimes contra a humanidade, falando em violações de direitos humanos, constitutivas de infração ao direito internacional (2006u, par. 153).

O dever de investigar e punir também se desdobra em compromissos de cooperação jurídica internacional, como foi esclarecido no caso *Goiburú vs. Paraguai* (CtIDH, 2006n). Este caso tratou do desaparecimento forçado de quatro pessoas – Agustín Goiburú Gimenez, Carlos José Mancuello Bareiro e os irmãos Rodolfo e Benjamin Ramirez Villalba – ocorrido no marco das graves violações de direitos humanos do regime militar do General Alfredo Stroessner, e no bojo da Operação Condor. Houve iniciativas para que o desaparecimento do Sr. Goiburú fosse adequadamente investigado e punido, mas a partir do momento em que ficou definida a necessidade de altos oficiais participarem do processo, notadamente o próprio General Alfredo Stroessner e seu Ministro do Interior Sabino Montanaro, o processo não mais avançou em decorrência do asilo conferido a ambos, respectivamente no Brasil e em Honduras.

A Corte Interamericana declarou que a realização plena da justiça em uma situação como essa requereria que o Estado houvesse solicitado com a devida e tempestiva diligência a extradição dos processados. Pelos termos do art. 1.1 da CADH, o Paraguai estava obrigado a adotar todas as medidas necessárias, de caráter judicial e diplomático, para julgar e sancionar todos os responsáveis pelas violações cometidas, inclusive por meio das solicitações de extradição cabíveis (CtIDH, 2006n, par. 130). A mera inexistência de tratados de extradição – como ocorria com Honduras, onde Montanaro obtivera asilo – não constitui uma base ou justificativa suficiente para deixar de perscrutar uma solicitação dessa natureza.

Fazendo menção ao contexto de violação sistemática aos direitos humanos e à necessidade de erradicação da impunidade que se apresenta à comunidade internacional como um dever de cooperação interestatal, a Corte Interamericana declarou, pela primeira vez, seu entendimento sobre o papel da extradição na proteção dos direitos humanos no Sistema Interamericano:

[L]a extradición se presenta como un importante instrumento para estos fines por lo que la Corte considera pertinente declarar que los Estados Partes en la Convención deben colaborar entre sí para erradicar la impunidad de las violaciones cometidas en este caso, mediante el juzgamiento y, en su caso, sanción de sus responsables. Además, en virtud de los principios mencionados, un Estado no puede otorgar protección directa o indirecta a los procesados por crímenes contra los derechos humanos mediante la aplicación indebida de figuras legales que atenten contra las obligaciones internacionales pertinentes. En consecuencia, el mecanismo de garantía colectiva establecido bajo la

Convención Americana, en conjunto con las obligaciones internacionales regionales y universales en la materia, vinculan a los Estados de la región a colaborar de buena fe en ese sentido, ya sea mediante la extradición o el juzgamiento en su territorio de los responsables de los hechos del presente caso (CtIDH, 2006n, par. 132, *grifo nosso*).

O já citado caso La Cantuta ofereceu oportunidade também para a Corte reiterar e aprofundar o debate sobre extradição. O caso alude às violações dos direitos de reconhecimento da personalidade jurídica, à vida, à integridade pessoal, à liberdade pessoal, às garantias judiciais e à proteção judicial, em prejuízo de um professor e nove estudantes (além de seus familiares), sequestrados enquanto se encontravam na Universidad Nacional de Educación “Enrique Guzmán y Valle” – La Cantuta, Lima, na madrugada de 18.07.1992. A ação, que teria contado com a participação do Exército do Peru, inscrevia-se em um quadro de abusos cometidos pelas forças militares peruanas sob o governo de Alberto Fujimori (1990-2000), assim como de práticas sistemáticas de violações de direitos humanos, incluindo desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais (CtIDH, 2006u).

Com relação à alegação de violação do dever de investigar, julgar e sancionar os responsáveis pelas violações, a responsabilização do então ex-presidente Fujimori – tido pelas vítimas como o autor intelectual dos crimes perpetrados na presente situação – dependia de sua extradição do Chile, país onde se encontrava desde o início de 2006 e com o qual o Peru havia tratado de extradição desde 1932.

Embora não tenha obtido sucesso no intento de extraditar Fujimori até a data da sentença⁶³, a Corte Interamericana considerou que o Estado do Peru teve uma conduta condizente com suas obrigações internacionais no que se refere ao processo de extradição, pois fizera diversos pedidos ao Japão, entre novembro de 2000 e novembro 2005 (com fundamentados, inclusive, ao caso La Cantuta), e mais 12 solicitações ao Chile no início de 2006, tão logo Fujimori chegou àquele país (2006u, par. 159)⁶⁴. Na decisão do caso, a Corte IDH aproveitou para caracterizar o dever de investigar e punir como uma norma de

⁶³ A extradição só viria a ocorrer em setembro de 2007. Cf. BBC News, “Chile court extradites Fujimori”, 22.09.2007, disponível em <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/7006689.stm>>. Último acesso: 23.06.2011.

⁶⁴ Apesar de os casos Goiburú e La Cantuta afirmarem o dever de os Estados efetivarem a cooperação jurídica internacional, na supervisão do cumprimento da sentença do caso Massacre de Mapiripán (CtIDH, 2005n), a Corte apurou que o instituto da extradição tinha sido empregado com a finalidade oposta: a de evitar a responsabilização por violações de direitos humanos. Um dos comandantes do grupo responsável pelo massacre foi extraditado para os Estados Unidos pelo crime de tráfico de drogas. Para a Corte, essa extradição foi um meio utilizado pelo governo para impedir que se apurasse a verdade sobre os fatos do caso, já que a imputação pelas graves violações de direitos humanos deveria prevalecer sobre o tráfico de entorpecentes (PARRA VERA, 2012, p. 11).

jus cogens, com ênfase na necessidade de erradicar a impunidade como um dever de cooperação interestatal:

Según ha sido reiteradamente señalado, los hechos del presente caso han infringido normas inderogables de derecho internacional (*ius cogens*). En los términos del artículo 1.1 de la Convención Americana, los Estados están obligados a investigar las violaciones de derechos humanos y a juzgar y sancionar a los responsables. Ante la naturaleza y gravedad de los hechos, más aun tratándose de un contexto de violación sistemática de derechos humanos, la necesidad de erradicar la impunidad se presenta ante la comunidad internacional como un deber de cooperación interestatal para estos efectos. El acceso a la justicia constituye una norma imperativa de Derecho Internacional y, como tal, genera obligaciones erga omnes para los Estados de adoptar las medidas que sean necesarias para no dejar en la impunidad esas violaciones, ya sea ejerciendo su jurisdicción para aplicar su derecho interno y el Derecho Internacional para juzgar y, en su caso, sancionar a los responsables de hechos de esa índole, o colaborando con otros Estados que lo hagan o procuren hacerlo. La Corte recuerda que, bajo el mecanismo de garantía colectiva establecido en la Convención Americana, en conjunto con las obligaciones internacionales regionales y universales en la materia, los Estados Parte en la Convención deben colaborar entre sí en ese sentido (2006u, par. 160, *grifo nosso*).

O acesso à justiça do qual depende o cumprimento do dever de investigar e punir não se realiza plenamente pela existência de um aparato institucional apto a processar denúncias criminais efetivamente, mas depende também da forma como as normas nacionais classificam as condutas ofensivas à Convenção Americana. Nesse sentido, uma faceta importante do discurso punitivo da Corte é a obrigação de criação de novos tipos penais em nome da garantia dos direitos humanos. No já citado caso Juan Humberto Sánchez, os representantes das vítimas afirmaram que o art. 2º da CADH tinha sido violado pela ausência de um tipo penal de desaparecimento forçado no código penal hondurenho (CtIDH, 2003b, par. 138). Essa alegação não foi tratada pela Corte no mérito⁶⁵, voltou a ser reivindicada pelas vítimas como medida de reparação (CtIDH, 2003b, par. 179a) e, novamente, foi negligenciada pela Corte.

Casos seguintes, porém, enfrentaram diretamente a demanda pela criação de tipos penais específicos para prevenir e combater algumas violações de direitos humanos. Em 1992, o senhor Santiago Gómez Palomino foi levado ilegalmente por um grupo de homens e mulheres que invadiram a sua residência em Lima, no Peru, e mesmo depois de um ano procurando pistas, a família de Santiago não obtivera informações sobre o seu paradeiro. Denúncias sobre o desaparecimento forçado foram feitas, mas foram incapazes de

⁶⁵ Que não se manifestou sobre supostas violações ao artigo 2º.

identificar os responsáveis pela violação ou localizar os restos mortais do Sr. Palomino (CtIDH, 2005r, par. 54).

Nessa situação de desaparecimento, o dever de os Estados adequarem o direito interno às disposições da CADH, derivado do artigo 2º, foi interpretado como primordial para a erradicação desse tipo de violação. O desaparecimento forçado é caracterizado por violações múltiplas e continuadas, envolvendo a privação arbitrária da liberdade, a ofensa à integridade e à segurança pessoal, e o risco do cometimento de delitos conexos. Por essa razão, a proteção conferida pela criminalização do sequestro, da tortura ou do homicídio é insuficiente (CtIDH, 2005r, par. 92). Assim, com base na Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas⁶⁶, a Corte afirmou o dever de os Estados tipificarem de forma autônoma o crime de desaparecimento (CtIDH, 2005r, par. 96). A obrigação de tipificar condutas nos termos exigidos pelos tratados internacionais foi tanto causa de responsabilidade internacional do Peru quanto medida de reparação a ser oferecida às vítimas⁶⁷.

A tipificação autônoma do desaparecimento forçado e sua adequação aos parâmetros internacionais sobre a matéria foi reafirmada nos casos Blanco Romero (CtIDH, 2005t, par. 105) Heliodoro Portugal (CtIDH, 2008j, par. 183), Tiu Tojín (CtIDH, 2008n, par. 85), Anzualdo Castro (CtIDH, 2009k, par. 167) Radilla Pacheco (CtIDH, 2009r, par. 318), Contreras (CtIDH, 2011h, par. 219) e Gomes Lund (2011i, par. 287), que esclareceram que a investigação de casos de desaparecimento forçado sob a figura do homicídio ou do sequestro cria a possibilidade de que os crimes sejam considerados prescritos. Ademais, é possível que a tipificação seja posterior ao desaparecimento, posto que se tratando de um delito cuja consumação se prolonga no tempo, a nova lei pode ser aplicada à situação iniciada anteriormente, sem que com isso se violem os princípios da legalidade e da retroatividade (CtIDH, 2008n, par. 87).

A morte de uma criança que deu entrada em um hospital com meningite bacteriana e faleceu, supostamente, por falhas no tratamento que recebeu, levou à Corte Interamericana a avaliar o dever de criação de tipos penais em circunstâncias que não correspondem a graves violações de direitos humanos. Tanto as vítimas quanto a Comissão

⁶⁶ Adotada em Belém do Pará, Brasil, em 9 jun. de 1994, no vigésimo quarto período ordinário de sessões da Assembleia Geral da OEA.

⁶⁷ No caso, o artigo 320 do Código Penal peruano previa o crime de desaparecimento forçado, mas a Corte entendeu que a redação do tipo não se adequa inteiramente às exigências internacionais, principalmente pela redação do tipo que exigia criminalizava apenas os desaparecimentos forçados “devidamente comprovados”. O Peru foi responsabilizado também pela inaptidão do seu direito interno em reprimir o desaparecimento e, como medida de reparação, foi obrigado a reformar, em um prazo razoável, a legislação penal (CtIDH, 2005r, par. 148).

reivindicaram legislação penal específica sobre a responsabilidade médica, mas a Corte considerou que, ainda que a elaboração de normas penais seja importante para prevenir e sancionar a violação de direitos, no caso da má prática médica o próprio Estado deveria decidir a melhor forma de regulamentar a punição. Diferentemente do que ocorre com a tortura, o genocídio e o desaparecimento forçado, não existem regras internacionais sobre a criminalização do erro médico e o crime de homicídio estava apto a lidar com as supostas violações ocorridas no caso:

En el presente caso, se aduce la inexistencia o la deficiencia de normas sobre mala praxis médica. Desde luego, los Estados deben adoptar las medidas necesarias, entre ellas, la emisión de normas penales y el establecimiento de un sistema de justicia para evitar y sancionar la vulneración de derechos fundamentales, como la vida y la integridad personal. [...]

La mala praxis médica suele ser considerada dentro de los tipos penales de lesiones u homicidio. No parece indispensable instituir tipos específicos sobre aquélla si basta con las figuras generales y existen reglas pertinentes para la consideración judicial de la gravedad del delito, las circunstancias en que éste fue cometido y la culpabilidad del agente. Sin embargo, corresponde al propio Estado decidir la mejor forma de resolver, en este campo, las necesidades de la punición, puesto que no existe acuerdo vinculante acerca de la formulación del tipo, como los hay en otros casos en que los elementos esenciales de la figura penal e inclusive la precisión de tipos autónomos se hallan previstos en instrumentos internacionales, así por ejemplo, genocidio, tortura, desaparición forzada, etc (CtIDH, 2007i, par. 135-136, *grifo nosso*).

Essa posição deixa claro que nem toda violação que afete o direito à vida e a integridade física é interpretada da mesma maneira pela Corte. Em diversos casos, parte do acervo probatório dirige-se especificamente ao contexto em que as violações ocorrem, com a finalidade de demonstrar a existência de práticas sistemáticas de desrespeito aos direitos humanos (CtIDH 2003d; 2004l; 2005c; 2006u; 2007e; 2008n; 2009s; 2010i; 2011b), as quais justificam as exigências da Corte sobre a satisfação do dever de investigar e punir, independentemente de qualquer óbice interno.

Paradigmática dessa interpretação foi como a Corte considerou que a execução extrajudicial do senhor Luis Alfredo Almonacid Arellano (2006o) ocorreu em um contexto de graves violações de direitos humanos, de modo que deveria ser tratado como crime contra a humanidade:

Como se desprende del capítulo de Hechos Probados, desde el 11 de septiembre de 1973 hasta el 10 de marzo de 1990 gobernó en Chile un dictadura militar que dentro de una política de Estado encaminada a causar miedo, atacó masiva y sistemáticamente a sectores de la población civil considerados como opositores al régimen, mediante una serie de graves violaciones a los derechos humanos y al derecho internacional,

entre las que se cuentan al menos 3.197 víctimas de ejecuciones sumarias y desapariciones forzadas, y 33.221 detenidos, de quienes una inmensa mayoría fue víctima de tortura. De igual forma, la Corte tuvo por probado que la época más violenta de todo este período represivo correspondió a los primeros meses del gobierno de facto. Cerca del 57% de todas las muertes y desapariciones, y el 61% de las detenciones ocurrieron en los primeros meses de la dictadura. **La ejecución del señor Almonacid Arellano precisamente se produjo en esa época.**

En vista de lo anterior, la Corte considera que existe suficiente evidencia para razonablemente sostener que la ejecución extrajudicial cometida por agentes estatales en perjuicio del señor Almonacid Arellano, quien era militante del Partido Comunista, candidato a regidor del mismo partido, secretario provincial de la Central Unitaria de Trabajadores y dirigente gremial del Magisterio (SUTE), todo lo cual era considerado como una amenaza por su doctrina, cometida dentro de un patrón sistemático y generalizado contra la población civil, es un crimen de lesa humanidad. (2006o, par. 103-104, *grifo nosso*)

Não se trata do número de vítimas afetadas, mas da revelação de que o caso singular ilustra um padrão de violações. No caso Almonacid, a caracterização como crime contra a humanidade levou a Corte a estender a fundamentação do dever de investigar a documentos internacionais de direito humanitário e direito internacional penal – como as Convenções de Genebra e resoluções da ONU para a implantação de tribunais internacionais (CtIDH, 2006o, par. 105-110). A argumentação que recorre ao *corpus iuris* internacional não é acidental quando o que se discute são crimes contra a humanidade. Estes casos tratam de ilícitos internacionais, imprescritíveis independentemente do momento em que tenham sido cometidos, por força de uma norma imperativa (*jus cogens*), que não nasce com a Convenção Americana, apesar de nela estar reconhecida (CtIDH, 2006o, par. 153).

Assim, ainda que o caso Barrios Altos já tivesse considerado as execuções extrajudiciais como graves violações de direitos humanos, insuscetíveis, portanto, de terem seus responsáveis anistiados, a Corte entendeu que o caso Almonacid se referia a um crime contra a humanidade e que, do mesmo modo, não poderia receber anistia por violar uma série de direitos inderrogáveis reconhecidos na Convenção Americana.

Na jurisprudência recente da Corte, o caráter imperativo de uma norma violada não é apenas o que justifica o dever de o Estado investigar e punir as violações de direitos humanos, mas é também próprio o status atribuído a esta obrigação, derivada inicialmente da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Os casos Ríos (CtIDH, 2009d) e Perozo (CtIDH, 2009e), relativos aos atos de hostilidade e às agressões físicas e verbais contra jornalistas e funcionários dos canais de televisão venezuelanos RCTV e Globovisión,

respectivamente, trataram de como os Estados investigam, processam e sancionam os responsáveis por violar direitos em contexto diverso ao de crimes contra a humanidade. Inicialmente, porém, a Corte teceu considerações gerais sobre o dever de investigar e punir com base em outros casos.

Para a Corte, o dever de investigar é um meio de proteção a direitos substantivos nascido tanto das normas imperativas do direito internacional dos direitos humanos quanto da legislação interna, que estabelece a investigação *ex officio* de certas condutas ilícitas. Há situações em que a gravidade dos fatos e a natureza dos direitos violados atribuem ao dever de investigação o caráter de *jus cogens*, justificando o posicionamento da Corte de não admitir nenhum obstáculo à justiça penal nos casos de tortura, desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais, conforme já foi exposto. Essa conclusão, sobre o dever de investigar ser uma regra de *jus cogens*, apareceu tanto no caso Ríos como no Perozo, como se vê abaixo:

La investigación de la violación de determinado derecho sustantivo puede ser un medio para amparar, proteger o garantizar ese derecho. La obligación de investigar “adquiere particular intensidad e importancia ante la gravedad de los delitos cometidos y la naturaleza de los derechos lesionados”, incluso hasta alcanzar esa obligación, en algunos casos, el carácter de *jus cogens*. En casos de ejecuciones extrajudiciales, desapariciones forzadas, tortura y otras graves violaciones a los derechos humanos, el Tribunal ha considerado que la realización de una investigación *ex officio*, sin dilación, seria, imparcial y efectiva, es un elemento fundamental y condicionante para la protección de ciertos derechos afectados por esas situaciones, como la libertad personal, la integridad personal y la vida. Se considera que en esos casos la impunidad no será erradicada sin la determinación de las responsabilidades generales – del Estado – e individuales – penales y de otra índole de sus agentes o de particulares –, complementarias entre sí. Por la naturaleza y gravedad de los hechos, más aún si existe un contexto de violación sistemática de derechos humanos, los Estados se hallan obligados a realizar una investigación con las características señaladas, de acuerdo con los requerimientos del debido proceso. El incumplimiento genera, en tales supuestos, responsabilidad internacional del Estado (CtIDH, 2009d, par. 283; CtIDH, 2009e, par. 298).

Como deve ser cumprido o dever de investigar em casos de violação à liberdade de expressão será tratado propriamente no próximo capítulo. Por hora, é suficiente constatar a força normativa atribuída ao dever de investigação, especialmente no contexto de graves e sistemáticas violações de direitos humanos. Defender que o dever de investigação é uma regra de *jus cogens* não se volta apenas ao direito interno dos Estados Partes da Convenção Americana e à proibição de que suas normas nacionais, por exemplo, anistiem os

responsáveis por torturas e desaparecimentos, mas procura estabelecer um paradigma de aplicação universal⁶⁸.

Com base no exposto, conclui-se que o dever de investigar e punir as violações de direitos humanos tem um forte conteúdo de direito de acesso à justiça e cobra dos Estados a disponibilização de recursos efetivos, a participação das vítimas nos processos de identificação e sanção dos responsáveis pelas violações, o cumprimento de parâmetros internacionais de investigação e a extradição dos imputados que tenham buscado escapar da justiça penal em outros Estados. A imperatividade de que se reveste a apreciação judicial dos fatos fez com que, desde os primeiros casos, a Corte Interamericana se opusesse a qualquer mecanismo interno criador de óbices aos processos penais, como excludentes de responsabilidade, prescrição e anistia. Em mais de 20 anos de jurisprudência, o dever de investigar e punir tem sido constantemente retomado e as circunstâncias específicas de cada caso têm servido, principalmente, para detalhar a abrangência desta obrigação.

4.2.2. O dever de investigar e punir como medida de satisfação do direito à verdade judicial

Em inúmeras oportunidades a Corte tem assinalado que os Estados têm o dever de combater a impunidade, definida como “la falta en su conjunto de investigación, persecución, captura, enjuiciamiento y condena de los responsables de las violaciones de los derecho protegidos por la Convención Americana” e que deve ser combatida por todos os meios legais disponíveis, já que propicia a repetição crônica das violações de direitos humanos e a situação vulnerável dos familiares. (CtIDH, 2004e, par. 148; 2005a, par. 60, 2005b, par. 82; 2005e, par. 203; 2005l, par. 95; 2005n, par.237; 2005t, par. 94; 2006g, par. 195; 2006h, par. 299; 2006j, par. 137; 2006m, par. 192; 2006o, par. 111; 2006p, par. 155;

⁶⁸ Para Neuman, a CtIDH muitas vezes utiliza o conceito de *jus cogens* para intensificar o grau de reprovação à violação cometida pelo Estado e também para satisfazer uma aspiração de ser um tribunal que exporta interpretações de regras de direitos humanos. A Corte tem identificado diversas outras normas peremptórias em sua jurisprudência – como a proibição ao tratamento desumano e à discriminação –, o que levou o juiz Cançado Trindade a afirmar que a CtIDH fez mais pela expansão do *jus cogens* do que qualquer outro tribunal internacional contemporâneo (2008, pp. 117-118).

2006s, par. 405, 2008n, par. 69; 2009k, par. 125; 2009r, par. 212; 2009s, par. 234; 2010b, par. 199; 2011f, par. 97; 2011g, par. 133).

A preocupação com a reabilitação das vítimas e com a prevenção de novas violações têm sido sintetizadas no reconhecimento do direito de vítimas e seus familiares terem conhecimento sobre as circunstâncias e as razões ligadas à violação de seus direitos. O direito à verdade não está expressamente previsto na CADH, porém ele tem sido desenvolvido pelo direito internacional dos direitos humanos⁶⁹ e aplicado pela CtIDH em diversas sentenças. Na reparação, o dever de investigar e punir é visto como um mecanismo de garantia do direito à verdade, a qual deve ser esclarecida tanto para atender às demandas das vítimas quanto da sociedade como um todo:

La Corte ha reiterado que toda persona, incluyendo a los familiares de víctimas de graves violaciones de derechos humanos, tiene el derecho a la verdad. En consecuencia, los familiares de las víctimas y la sociedad como un todo deben ser informados de todo lo sucedido con relación a dichas violaciones. Este derecho a la verdad ha venido siendo desarrollado por el Derecho Internacional de los Derechos Humanos; al ser reconocido y ejercido en una situación concreta, ello constituye un medio importante de reparación. Por lo tanto, en este caso da lugar a una expectativa que el Estado debe satisfacer a los familiares de la víctima y a la sociedad guatemalteca.

A la luz de lo anterior, para reparar totalmente este aspecto de las violaciones cometidas, el Estado debe investigar efectivamente los hechos del presente caso, con el fin de identificar, juzgar y sancionar a todos los autores materiales e intelectuales [...]. El resultado del proceso deberá ser públicamente divulgado, para que la sociedad guatemalteca conozca la verdad. (CtIDH, 2003c, par. 274-275, *grifo nosso*)

Essa fórmula sobre o direito à verdade das vítimas e da sociedade presente nas medidas de reparação tem sido renovada, sem alterações substantivas, na maior parte dos casos da Corte julgados até hoje (CtIDH, 2004k, par 98; 2004l, par. 128; 2005a, par. 169, 2005b, par. 107, 2005e, par. 204; 2005l, par. 96; 2005, par. 298). De fato, desde o caso Bámaca Velásquez contra a Guatemala, tem sido reconhecido que o direito à verdade tem duas dimensões: uma individual e outra social. Enquanto a dimensão individual volta-se principalmente aos direitos das vítimas de serem reparadas, a dimensão social tem um forte componente de não repetição, como demonstra o trecho abaixo:

Finalmente, es obligación del Estado, según el deber general establecido en el artículo 1.1 de la Convención, asegurar que estas graves violaciones no se vuelvan a repetir. En consecuencia, debe hacer todas las gestiones necesarias para lograr este fin. Las medidas preventivas y de no

⁶⁹ Nesse sentido, a Corte cita decisões do Comitê de Direitos Humanos da ONU e Relatórios da Subcomissão de prevenção da discriminação e proteção de minorias para atestar o desenvolvimento do direito à verdade no plano universal.

repetición empiezan con la revelación y reconocimiento de las atrocidades del pasado, como lo ordenara esta Corte en la sentencia de fondo. La sociedad tiene el derecho a conocer la verdad en cuanto a tales crímenes con el propósito de que tenga la capacidad de prevenirlos en el futuro (CtIDH, 2002a, par. 77, *grifo nosso*).

A referência ao artigo 1.1 esclarece o caráter duplo do dever de investigar e punir como causa de responsabilidade internacional e medida de reparação. Da mesma maneira como a violação a tal dever também pode ser constatada pelo descumprimento das garantias do devido processo, a Corte afirmou que o direito à verdade deriva dos artigos 8º e 25. Longe de apenas apontar para a fundamentação legal de um direito que não se depreende da mera leitura do texto convencional, a menção a esses dois artigos revela o sentido de verdade que orienta a interpretação da Corte.

Conforme a jurisprudência da Corte avançou e enfrentou novos desafios, foi sendo evidenciado que o direito à verdade não se refere à mera recomposição dos fatos que propicie o conhecimento das condições que envolveram as violações aos direitos humanos, mas a uma narrativa jurídica sobre os mesmos fatos. Sobretudo por meio das situações em que existiram comissões da verdade que apuraram os casos também tratados pela Corte e incluíram-nos em seus relatórios, constata-se que o Sistema Interamericano reconhece a existência de mais de um conceito de verdade e distingue que a verdade que decorre das exigências impostas aos Estados pela Convenção Americana é aquela que emerge de um processo criminal de apuração de responsabilidade individual.

Um bom exemplo é o relatório da Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação, que chilena incluiu uma descrição das circunstâncias da execução do senhor Almonacid Arellano. Isso, porém, não afastou a identificação de violações aos artigos 1.1, 8º e 25 e fez com que, na etapa de reparações, se afirmasse a diferença entre a verdade histórica e a verdade judicial:

la Corte considera pertinente precisar que la “verdad histórica” contenida en los informes de las citadas Comisiones no puede sustituir la obligación del Estado de lograr la verdad a través de los procesos judiciales. En tal sentido, los artículos 1.1, 8 y 25 de la Convención protegen la verdad en su conjunto, por lo que Chile tiene el deber de investigar judicialmente los hechos referentes a la muerte del señor Almonacid Arellano, atribuir responsabilidades y sancionar a todos quienes resulten partícipes (2006o, par. 150, *grifo nosso*).

Verdade ou justiça, um suposto dilema comum a diversos processos de transição⁷⁰, não são opções autônomas igualmente compatíveis com a Convenção Americana, como ficou explícito no caso *Zembrando Vélez vs. Equador*⁷¹. Para a Corte Interamericana, as comissões da verdade não constituem uma alternativa ao processo penal e a verdade que elas estabelecem deve ser vista de forma complementar àquela que deriva das instâncias judiciais (DA CRUZ LIMA, 2012, p. 206):

La Corte estima que el establecimiento de una comisión de la verdad, según el objeto, procedimiento, estructura y fin de su mandato, puede contribuir a la construcción y preservación de la memoria histórica, el esclarecimiento de hechos y la determinación de responsabilidades institucionales, sociales y políticas en determinados períodos históricos de una sociedad. Las verdades históricas que a través de ese mecanismo se logren, no deben ser entendidas como un sustituto del deber del Estado de asegurar la determinación judicial de responsabilidades individuales o estatales por los medios jurisdiccionales correspondientes, ni con la determinación de responsabilidad internacional que corresponda a este Tribunal. Se trata de determinaciones de la verdad que son complementarias entre sí, pues tienen todas un sentido y alcance propios, así como potencialidades y límites particulares, que dependen del contexto en el que surgen y de los casos y circunstancias concretas que analicen (2007d, par. 128, *grifo nosso*).

O caráter de acesso à justiça que a Corte confere ao direito à verdade é bem ilustrado pela resposta da Corte à alegação dos pais de Laura Albán Cornejo, a menina que morreu por um suposto erro médico, de que a demora do hospital em entregar o prontuário médico e revelar a identidade dos clínicos responsáveis pelo tratamento violava seu direito de acesso à informação, consagrado no artigo 13 da Convenção (CtIDH, 2007i, par. 39c)⁷².

⁷⁰ Sikking e Walling (2010) estudaram o uso de mecanismos de transição ao redor do mundo com o intuito de dialogar com a afirmação de vários teóricos das relações internacionais que afirmavam que justiça e verdade seriam valores dicotômicos. Elas concluíram pela falta de suporte empírico a tais teorias, posto que, principalmente em relação à América Latina, justiça e verdade não foram opções mutuamente excludentes e a realização de processos de responsabilização individual não desestabilizou a nova ordem democrática.

⁷¹ O caso *Baldeón García* contempla ponderações similares (CtIDH, 2006g, par. 167).

⁷² Artigo 13. Liberdade de pensamento e de expressão

1. Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha.
2. O exercício do direito previsto no inciso precedente não pode estar sujeito a censura prévia, mas a responsabilidades ulteriores, que devem ser expressamente fixadas pela lei e ser necessárias para assegurar: a.) o respeito aos direitos ou à reputação das demais pessoas; ou b.) a proteção da segurança nacional, da ordem pública, ou da saúde ou da moral públicas.
3. Não se pode restringir o direito de expressão por vias ou meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequências radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de ideias e opiniões.
4. A lei pode submeter os espetáculos públicos a censura prévia, com o objetivo exclusivo de regular o acesso a eles, para proteção moral da infância e da adolescência, sem prejuízo do disposto no inciso 2.

Apesar de ser consolidada a interpretação, no Sistema Interamericano, de que a liberdade de expressão engloba o direito de buscar e receber informações (GROSSMAN, 2007), a Corte indicou que o direito de acessar essas informações estava subsumido ao direito de a família obter esclarecimento sobre os direitos violados e ao estabelecimento responsabilidades, deixando para analisar a matéria no marco das garantias do devido processo legal.

A conclusão do caso Albán Cornejo reforça que, para a CtIDH, o direito à verdade está ligado ao direito de acesso à justiça e a despeito de a sua garantia propiciar o acesso à informação, esta não é sua dimensão precípua. Reitera-se o argumento para o qual a verdade não é uma mera narrativa que aponta convergências e estabelece relações de causalidade, mas sim uma qualificação jurídica desses mesmos fatos, que teriam um tratamento diverso na perspectiva da verdade histórica. Nesse sentido, a satisfação do direito à verdade também depende da tipificação adequada de condutas que as reconheçam em toda a sua complexidade e da inexistência de óbices internos que impeçam a apuração do grau de responsabilidade criminal individual que cada pessoa envolvida com as violações de direitos humanos possa ter.

No caso Anzualdo Castro contra o Peru (CtIDH, 2009k), novamente foram os representantes das vítimas que procuraram estabelecer uma relação entre o direito autônomo dos familiares a conhecer o paradeiro de uma vítima de desaparecimento forçado e as garantias dos artigos 1.1, 8º, 25 e também do artigo 13. Apesar de ter tecido considerações contundentes sobre o sentido social do direito à verdade, reconhecendo o papel das comissões da verdade para promover a construção e preservação da verdade histórica, a Corte rechaçou a violação ao artigo 13, por falta de fundamentação especificamente vinculada a esta alegação⁷³:

El Tribunal considera que el derecho a conocer la verdad tiene como efecto necesario que en una sociedad democrática se conozca la verdad sobre los hechos de graves violaciones de derechos humanos. Esta es una justa expectativa que el Estado debe satisfacer, por un lado, mediante la obligación de investigar las violaciones de derechos humanos y, por el otro, con la divulgación pública de los resultados de los procesos penales e investigativos. Esto exige del Estado la determinación procesal de los patrones de actuación conjunta y de todas las personas que de diversas formas participaron en dichas violaciones y sus correspondientes responsabilidades. Además, en cumplimiento de sus obligaciones de

5. A lei deve proibir toda propaganda a favor da guerra, bem como toda apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitação à discriminação, à hostilidade, ao crime ou à violência.

⁷³ A Corte, porém, não depende inteiramente dos argumentos das partes, posto que pode conhecer violações que se depreendam dos fatos do caso mas que não tenham sido expressamente alegadas, com base no princípio *iura novit curiae*.

garantizar el derecho a conocer la verdad, los Estados pueden establecer comisiones de la verdad, las que contribuyen a la construcción y preservación de la memoria histórica, el esclarecimiento de hechos y la determinación de responsabilidades institucionales, sociales y políticas en determinados períodos históricos de una sociedad.

Respecto de la alegada violación del artículo 13 de la Convención, los representantes se limitaron a señalar que el derecho a la verdad está vinculado “a un rango más amplio de derechos” y citaron varios instrumentos internacionales, informes al respecto y un caso ante la Comisión Interamericana, pero no lo vincularon a los hechos del presente caso. Consecuentemente, los elementos aportados resultan insuficientes para constatar la alegada violación de aquella disposición (CtIDH, 2009k, par. 119-120, *grifo nosso*)

Finalmente, no caso Gomes Lund (CtIDH, 2010i), as vítimas conseguiram associar com sucesso o desrespeito ao direito à verdade à falta de acesso aos documentos relativos às operações militares que, no contexto de combate à Guerrilha do Araguaia, causaram diversas violações de direitos humanos. Diferentemente do que ocorreu no caso peruano, no caso Gomes Lund, os representantes das vítimas provocaram os órgãos públicos competentes visando a acessar informações sobre a Guerrilha do Araguaia e retirar a classificação de confidencial dos documentos pertinentes para conhecer a verdade sobre o caso e localizar os restos mortais de seus familiares. Esses expedientes permitiram a articulação entre o direito à verdade, o dever de investigar e punir e o direito à liberdade de expressão, como se lê abaixo:

[E]ste Tribunal ha determinado que toda persona, incluyendo los familiares de las víctimas de graves violaciones a derechos humanos, tiene el derecho a conocer la verdad. En consecuencia, los familiares de las víctimas, y la sociedad, deben ser informados de todo lo sucedido con relación a dichas violaciones

Por su parte, la Corte Interamericana ha considerado el contenido del derecho a conocer la verdad en su jurisprudencia, en particular en casos de desaparición forzada. [...] La Corte ha reconocido que el derecho de los familiares de víctimas de graves violaciones de derechos humanos a conocer la verdad se enmarca en el derecho de acceso a la justicia. Asimismo, el Tribunal ha considerado la obligación de investigar como una forma de reparación, ante la necesidad de remediar la violación del derecho a conocer la verdad en el caso concreto. De igual modo, en el presente caso, el derecho a conocer la verdad se relaciona con la Acción Ordinaria interpuesta por los familiares, que se vincula con el acceso a la justicia y con el derecho a buscar y recibir información consagrado en el artículo 13 de la Convención Americana.

Finalmente, el Tribunal también ha establecido que en casos de violaciones de derechos humanos, las autoridades estatales no se pueden amparar en mecanismos como el secreto de Estado o la confidencialidad de la información, o en razones de interés público o seguridad nacional, para dejar de aportar la información requerida por las autoridades judiciales o administrativas encargadas de la investigación o proceso pendientes. Asimismo, cuando se trata de la investigación de un hecho

punible, la decisión de calificar como secreta la información y de negar su entrega jamás puede depender exclusivamente de un órgano estatal a cuyos miembros se les atribuye la comisión del hecho ilícito. De igual modo, tampoco puede quedar a su discreción la decisión final sobre la existencia de la documentación solicitada (CtIDH, 2010i, par. 200-202, *grifo nosso*).

Diante das conclusões sobre a ofensa ao artigo 13, a Corte incluiu entre as medidas de reparação a adequação do marco nacional sobre acesso à informação aos parâmetros interamericanos de proteção aos direitos humanos (CtIDH, 2010i, par. 293).

O posicionamento no caso Gomes Lund reconhecendo uma violação ao art. 13 relacionada ao direito à verdade foi, contudo, excepcional e bastante adstrita às particularidades fáticas daquela controvérsia. A decisão no caso Contreras vs. El Salvador, relativo ao desaparecimento forçado das crianças Gregoria Herminia, Julia Inés e Serapio Cristian, aponta para o alinhamento às sentenças anteriores, reafirmando que o trabalho realizado por comissões da verdade não substituem o direito das vítimas de acesso à verdade por meio de processos judiciais (CtIDH, 2011h, par. 135). A negação sistemática por parte das Forças Armadas e do Ministério da Defesa de acesso aos arquivos que permitiriam identificar os responsáveis por planejar e executar operações contrainsurgentes, contudo, não foi considerada pela Corte suficiente para demonstrar uma violação ao artigo 13 que já não estivesse subsumida às considerações sobre o direito à verdade, interpretado nos termos dos arts. 1.1, 8.1 e 25 (CtIDH, 2011h, par. 170-173).

Assim, por mais que o direito à verdade judicial seja capaz de mobilizar tanto a aplicação de medidas de reparação quanto a própria apreciação do mérito dos casos, a Corte tem sido bastante cautelosa sobre a ampliação do seu escopo, provavelmente por conta do posicionamento histórico sobre o direito à verdade não ser um direito que deriva autonomamente da interpretação da Convenção Americana. Essa posição tem sido, na maioria dos casos, defendida ainda que em oposição às alegações de todas as partes do processo. Mesmo quando houve aceitação pelo Estado da demanda das vítimas sobre a violação autônoma do direito à verdade, a Corte optou por não homologar o reconhecimento de responsabilidade do Estado neste ponto (CtIDH, 2005t, par. 62).

A hesitação em associar imediatamente o direito à verdade ao direito à liberdade de expressão não enfraquece as funções atribuídas pela Corte à determinação judicial dos fatos ligados a uma violação de direitos humanos: de um lado, crê-se que conhecer a verdade oferece a toda a sociedade a capacidade para prevenir no futuro novas situações semelhantes (CtIDH, 2005a, par. 169); de outro, a verdade pode reabilitar as vítimas, às

quais muitas vezes se atribuíram determinadas características para justificar a negação de seus direitos (CtIDH, 2002, par. 93a)

4.3 A responsabilidade criminal individual em um sistema de responsabilização estatal por violações de direitos humanos

Os casos aqui analisados permitem verificar a importância atribuída à responsabilidade criminal no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Quando no capítulo dois foi exposto o recorte metodológico desta pesquisa, já era possível vislumbrar, ao menos, a recorrência dos temas penais na jurisprudência da Corte Interamericana. Como o gráfico abaixo ilustra, é contundente que menos de 20% dos casos que satisfaziam o critério temporal não contivessem discussões sobre a investigação e sanção criminal de condutas.

Gráfico 3 – Número de casos selecionados para a análise dentre aqueles que ingressaram na Corte entre 01/07/2001 e 28/06/2010

Ainda que se possa afirmar que a Corte não está sozinha ao reconhecer nos direitos humanos uma faceta simpática à repressão penal (CARVALHO RAMOS, 2006, p. 55) e que este, tampouco, é um fenômeno recente, o dever de investigar e punir não é inerente ao texto da Convenção Americana e foi desenvolvido jurisprudencialmente pela Corte IDH. Afinal, como destacado na introdução, no mesmo momento em que a Corte interpretava o dever de Honduras de investigar e punir os responsáveis pelo desaparecimento forçado do Sr. Manfredo Rodríguez, a CIDH ponderava que nos casos de transição democrática os órgãos nacionais de representação estavam em melhor posição de avaliar o cabimento de leis de anistia (CIDH, 1986). Desse modo, por mais que desde o fim da Segunda Guerra Mundial existisse um contexto em que a responsabilidade criminal individual por violações de direitos humanos estivesse em debate, não havia, nem mesmo circunscrita ao SIDH, uma tendência irresistível de se associar direitos humanos e punição criminal (DA CRUZ LIMA, 2012).

O vínculo entre a apreciação de questões penais no âmbito de um tribunal de direitos humanos é, de fato, delicada e por essa razão a Corte costuma retomar a afirmação, principalmente nos casos em que procedimentos criminais são questionados, de que ela não é um tribunal penal e, portanto, não resolve sobre a culpabilidade individual ou a inocência dos indivíduos (CtIDH, 2009o, par. 24). Alinhadas com a visão de juízes como Cançado Trindade que definem o papel de um tribunal de direitos humanos como o de dizer o que é o direito, as sentenças da Corte não primam por se limitar à análise dos fatos que informarão os pontos resolutivos e, ao invés disso, ingressam na apreciação de tudo o que ela considera relevante para o fortalecimento da proteção aos direitos humanos.

Nessa perspectiva de que as sentenças da Corte buscam se dirigir a contextos mais amplos de violações de direitos humanos, que em muito ultrapassam os limites do caso concreto, a recorrência das discussões sobre o dever de investigar e punir não pode ser vista como uma mera causalidade, mas talvez como um indício de que para o Sistema Interamericano de Direitos Humanos a impunidade é um dos principais problemas estruturais da região (ALDANA-PINDELL, 2004, p. 607). Para além do argumento de que, pelo baixo número de demandas apreciadas anualmente, todo caso busca se dirigir a um conjunto de violações enfrentadas nas Américas, há dois elementos que fortalecem a tese de que a Corte vê na impunidade um problema estrutural: (i) o grau de exigências para o cumprimento do dever de investigar e punir e (ii) a elaboração de demandas por igualdade de grupos tradicionalmente marginalizados em termos de igualdade no acesso à justiça criminal.

Sobre o primeiro aspecto, como procuramos demonstrar no tópico 4.2.1, o desenvolvimento da jurisprudência interamericana tem sido acompanhado da densificação do conteúdo do dever de investigar e punir. Da afirmação de uma cláusula geral sobre o cumprimento dos direitos e garantias consagrados na CADH feita no caso Velásquez Rodríguez, a Corte passou a exigir a adoção de medidas cada vez mais específicas para considerar satisfeito o dever de investigar e punir. Recorrendo a documentos não vinculantes elaborados em âmbito diverso do interamericano e sem especificar o grau de compromisso do Estado com cada um desses textos, a Corte tem avaliado, por exemplo, como peritos registram possíveis indícios de que uma pessoa foi submetida a tortura (CtIDH, 2010j, par. 129) e a forma de realização de autópsias (CtIDH, 2009n, par. 210)⁷⁴.

À medida que a completa rejeição às barreiras estatais que impeçam a tramitação de processos criminais consolida-se jurisprudencialmente, muitos Estados aperfeiçoam suas alegações perante a CtIDH e buscam evitar a responsabilização internacional demonstrando a realização de diligências – ainda que depois de prazo pouco razoável – e a existência de condenações penais ligadas aos fatos do caso em trâmite. Essas medidas, porém, não têm sido suficientes para afastar a responsabilidade internacional já que, via de regra, não são todos os autores do crime que foram julgados e condenados. Mais do que um problema meramente quantitativo sobre o número de réus, a Corte tem cobrado o esclarecimento da estrutura criminal que propiciou a ocorrência das violações e o eventual vínculo entre os particulares que diretamente executaram os crimes e agentes governamentais (CtIDH, 2007a, par. 158, par. 164).

Nessa perspectiva, parece que é pressuposto que as violações de direitos humanos não decorrem de um desvio de conduta excepcional de alguns indivíduos, mas estão inscritas em uma estrutura na qual diversos elementos entrelaçados concorrem para o desrespeito às obrigações internacionais. A violação de direitos humanos como um problema complexo cobra que se transcenda a identificação dos perpetradores imediatos. É o que se vê no trecho abaixo, sobre o dever de investigar e punir os envolvidos na execução do Senador colombiano Manuel Cepeda Vargas:

Como parte de la obligación de investigar ejecuciones extrajudiciales como la del presente caso, las autoridades estatales deben determinar procesalmente los patrones de actuación conjunta y todas las personas que de diversas formas participaron en dichas violaciones y sus

⁷⁴ O uso de regras de *soft law*, geralmente justificado pela existência de um *corpus juris* sempre crescente, tem sido objeto de críticas, principalmente em razão de a Corte tratar os mais diferentes tipos de documentos como evidências igualmente válidas da evolução do conteúdo das obrigações previstas na CADH (NEUMAN, 2008, p. 114).

correspondientes responsabilidades. No basta el conocimiento de la escena y circunstancias materiales del crimen, sino que resulta imprescindible analizar el conocimiento de las estructuras de poder que lo permitieron, diseñaron y ejecutaron intelectualmente, así como de las personas o grupos que estaban interesados o se beneficiarían del crimen (beneficiarios). Esto puede permitir, a su vez, la generación de hipótesis y líneas de investigación; el análisis de documentos clasificados o reservados, y un análisis de la escena del crimen, testigos, y demás elementos probatorios, pero sin confiar totalmente en la eficacia de mecanismos técnicos como éstos para desarticular la complejidad del crimen, en tanto los mismos pueden resultar insuficientes. En consecuencia, no se trata sólo del análisis de un crimen de manera aislada, sino inserto en un contexto que proporcione los elementos necesarios para comprender su estructura de operación (CtIDH, 2010c, par. 119, *grifo nosso*).

Para que se complete o desmonte das estruturas em que se inserem os atos de violência, exige-se que todas as autoridades que não cumpriram o dever de investigar ou criaram obstáculos para tanto sejam punidas administrativa, disciplinar ou criminalmente, com vistas a criar uma nova cultura institucional (CtIDH, 2010c, par. 153)

O segundo aspecto sobre a impunidade como problema estrutural retoma a análise feita no capítulo três sobre o desenvolvimento temático da jurisprudência da Corte Interamericana. No contexto de normalização institucional dos Estados Partes da CADH e do predomínio de democracias nas Américas, as demandas por direitos de igualdade de grupos tradicionalmente marginalizados têm podido ganhar relevo. Contudo, uma grande parte dessas demandas não se restringe a questões de reconhecimento de identidades ou de redistribuição de recursos, mas procura interpretar o direito à igualdade como igualdade no acesso à jurisdição criminal. O caso *Moiwana*, trabalhado em detalhes nos tópicos anteriores, tratou de um massacre cometido contra quilombolas que permaneceu completamente impune, de tal modo que a falta de investigação foi entendida como uma forma de discriminação. A distinção ilegítima dos Maroons em relação aos demais cidadãos surinamenhos seria evidenciada justamente pela ausência de ações visando a sancionar os responsáveis pelo massacre de 86 (2005e, par. 94).

O caso *Moiwana* é extremamente representativo porque além do direito à não discriminação, a negação de acesso à justiça criminal foi relacionada à violação ao direito à propriedade comunal, um tema típico de redistribuição material, mas foi reinterpretada sob a perspectiva do direito à repressão penal. No caso *Plán de Sánchez*, outro massacre de indígenas na Guatemala, a realização da justiça tinha sido vista como condição para a recomposição da comunidade (CtIDH, 2004k, par. 95), mas a violação ao direito de

propriedade não se fundamentava tão profundamente no dever de punir, como ocorreu em Moiwana.

Há outros casos em que o descumprimento do dever de investigar e punir foi entendido como uma forma de discriminação a grupos vulneráveis, como Escué Zapata (2007c), Chitay Nech (2010b), Campo Algodonero (CtIDH, 2009n), Fernández Ortega, (CtIDH, 2010e) e Rosendo Cantú (CtIDH, 2010f). Especialmente em relação às violações contra mulheres, os argumentos sobre discriminação no acesso à justiça penal e investigação das estruturas do crime se justapõem. Parte da responsabilidade do Estado do México decorreu da incapacidade de reconhecer que as violações faziam parte de um contexto de violência contra a mulher e não era – no caso do Campo Algodonero – uma simples coincidência a denúncia do desaparecimento de três garotas não ter sido encarada com seriedade pelas autoridades policiais e seus corpos serem posteriormente localizados em um campo de algodão:

La investigación con debida diligencia exige tomar en cuenta lo ocurrido en otros homicidios y establecer algún tipo de relación entre ellos. [...] En el presente caso, en las investigaciones por los tres crímenes no se encuentran decisiones del Ministerio Público dirigidas a relacionar estas indagaciones con los patrones en los que se enmarcan las desapariciones de otras mujeres. [...] La Corte considera que no es aceptable el argumento del Estado en el sentido de que lo único en común entre los ocho casos sea que aparecieron en la misma zona, ni es admisible que no exista una mínima valoración judicial de los efectos del contexto respecto a las investigaciones por estos homicidios.

Lo ocurrido en el presente caso es concordante con lo señalado previamente en el contexto respecto a que en muchas investigaciones se observa la falta de contemplación de las agresiones a mujeres como parte de un fenómeno generalizado de violencia de género. (CtIDH, 2009n, par. 369-370, *grifo nosso*)

O que se viu no caso Campo Algodonero foi a desigualdade de gênero e a grave pobreza que as mulheres enfrentam serem tratados sob a ótica da impunidade. Apesar de este não ter sido o primeiro caso a aplicar a Convenção Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra a Mulher – o primeiro foi o do Penitenciária Castro Castro (CtIDH, 2006s) – ele foi pioneiro no reconhecimento da influência de uma cultura de discriminação de gênero – que o próprio México reconheceu existir em Ciudad Juárez – sobre sistematicidade da violência contra a mulher. A própria impunidade decorreria de persistência de estereótipos de gênero e do machismo arraigado nas instituições públicas (GARCÍA, 2011).

A discriminação sofrida por povos indígenas e mulheres poderia ser apurada na desigualdade de acesso às condições imprescindíveis para uma vida digna, como o acesso a serviços de saúde ou o recebimento de remunerações mais baixas do que homens brancos com o mesmo grau de instrução. O fato de as demandas que levam ao SIDH novos desafios para a proteção dos direitos humanos representarem uma reelaboração dos casos que questionam o cumprimento do dever de investigar e punir reforça a tese de que a impunidade é uma das principais questões estruturais nas Américas à qual a Corte volta as suas decisões.

Há outra linha de raciocínio sobre a afinidade do Sistema Interamericano com o combate à impunidade, que olha menos para a fundamentação das sentenças e mais para os efeitos práticos desencadeados pelas decisões. Fixadas as medidas de reparação, a Corte dá início a uma nova fase do processo, na qual é feita a supervisão do cumprimento dos pontos resolutivos (PASQUALUCCI, 2013, p. 303). Incluindo a Comissão e as vítimas nesse processo, a supervisão tornou-se uma fase importante do litígio, contando com cada vez mais tempo e recursos dedicados a ela (HUNEEUS, 2013a, p. 9).

É comum a crítica à baixa taxa de cumprimento das medidas de reparação da Corte, especialmente o dever de investigar e punir (BASCH et al, 2010). Analisando as sentenças de supervisão, Alexandra Huneus constatou que dentro de um universo de 51 casos ordenando investigação e persecução penal, 15 deles tiveram condenações posteriores à decisão da Corte, totalizando 39 indivíduos responsabilizados (2013a, p. 18). A tabela na página seguinte, adaptada de Huneus, mostra a que casos essas condenações se referem.

Tabela 1 – Relação das condenações dos responsáveis por violações de direitos humanos ocorridas posteriormente a uma ordem da Corte Interamericana

Condenações seguintes a ordens da Corte Interamericana para investigar e punir (HUNEEUS, 2013a, p. 18).			
<i>Caso</i>	<i>Ano da sentença de reparações</i>	<i>Números de condenações</i>	<i>Conduta sancionada</i>
Castillo Páez vs. Peru	1998	4	Crimes contra a humanidade - desaparecimentos forçados
Blake vs. Guatemala	1999	1	Desaparecimento forçado e assassinato
Barrios Altos vs. Peru	2001	1	Massacre
Las Palmeras vs. Colômbia	2002	5	Homicídio qualificado – execuções extrajudiciais por membros da polícia ou do Exército
Myrna Mack Chang vs. Guatemala	2003	1	Assassinato
Masacre de Mapiripán vs. Colômbia	2005	6	Massacre
Goiburú vs. Paraguai	2006	5	Desaparecimentos forçados
Masacre de Pueblo Bello vs. Colômbia	2006	2	Massacre
Servellón García vs. Honduras	2006	2	Desaparecimento forçado e assassinato – execuções extrajudiciais por membros da polícia ou do Exército
Masacre de la Rochela vs. Colômbia	2007	2	Massacre
Escué Zapata vs. Colômbia	2007	2	Homicídio – execução extrajudicial por agentes estatais
Valle Jaramillo vs. Colômbia	2008	1	Homicídio – execuções extrajudiciais por membros da polícia ou do Exército
Masacre de las Dos Erres vs. Guatemala	2009	3	Massacre
Cepeda Vergas vs. Colômbia	2010	2	Homicídio qualificado – execuções extrajudiciais por membros da polícia ou do Exército
Total de casos: 15		Total de condenações: 39	

Se for verdade que a impunidade é um problema estrutural da região, 39 condenados pode parecer um número muito pequeno para mais de 20 anos de sentenças judiciais. Trocando a perspectiva das aspirações da Corte para a realidade da justiça internacional criminal, contudo, estes são resultados bastante relevantes, ainda mais quando comparados aos custos da responsabilização criminal em tribunais internacionais propriamente penais: enquanto cada condenação do Tribunal Penal para a ex-Iugoslávia teria custado US\$39 milhões e do Tribunal Especial para Serra Leoa, US\$ 28 milhões, cada condenação promovida pela Corte Interamericana exigiu apenas US\$ 1 milhão⁷⁵ (HUNEEUS, 2013a, p. 35).

Existem limitações metodológicas na pesquisa de Huneeus para apurar o grau de influência das decisões da Corte Interamericana para impulsionar os processos nacionais de responsabilização. Mesmo assim, a forma como a Corte tem interpretado a Convenção Americana, ordenado reparações e supervisionado o seu cumprimento são contundentes sobre a vocação deste tribunal de se apresentar como uma opção de jurisdição para promover a responsabilidade criminal individual. Ao que parece, a própria Corte tem assumido e fomentado esta identidade, pois seu Presidente, Diego García-Sayán (2013), apresentando as atividades da Corte, referiu-se ao sucesso das 39 condenações e, como fez Huneeus, comparou o custo da manutenção da Corte IDH com os do TPI (informação verbal)⁷⁶.

O simples fato de se identificar em um tribunal internacional de direitos humanos, direcionado à responsabilização de Estados e não de indivíduos, a promoção de condenações criminais no plano interno, sugere que a jurisdição *quasi* criminal, de que fala Huneeus, não está livre de tensões. No próximo capítulo, nos dedicaremos a indicar que as próprias sentenças da Corte sobre a criminalização de condutas e o cumprimento de pena sugerem algumas tensões na forma como a promoção de processos criminais está sendo identificada como uma medida de direitos humanos.

⁷⁵ Este cálculo foi feito dividindo de forma extremamente simples, sem considerar todos os demais impactos que as sentenças da Corte IDH podem ter, simplesmente dividindo o orçamento do tribunal pelo número de condenações alcançadas ou, no caso da CtIDH, ordenadas e cumpridas (HUNEEUS, 2013a, pp. 54-55).

⁷⁶ Informação fornecida por García-Sayán no Curso sobre Controle de Convencionalidade e Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em João Pessoa – PB em junho de 2013.

5. Tensões na relação entre o direito penal e os direitos humanos no Sistema Interamericano

No capítulo anterior, tratamos dos casos em que a Corte Interamericana afirmou que da Convenção Americana sobre Direitos Humanos decorre o dever de os Estados investigarem e punirem os responsáveis por violações de direitos humanos, independentemente de qualquer óbice interno à persecução penal. Ao longo da jurisprudência, a Corte responsabilizou o Estado por ter falhado na investigação e punição de indivíduos responsáveis por situações bastante distintas entre si, como a morte de uma criança causada por supostos erros médicos (CtIDH, 2007i), o massacre de mais de duas centenas de pessoas (CtIDH, 2004a), passando por agressões feitas contra jornalistas em contexto de polarização política (CtIDH, 2009d) e interceptações telefônicas ilegais (CtIDH, 2009i). Em comum entre estes casos está a veemência da condenação da impunidade, cuja severidade não estaria restrita às graves e sistemáticas violações de direitos humanos, posto que a sua definição englobaria qualquer situação de ausência de investigação, persecução, detenção, processamento e condenação dos responsáveis por violar direitos protegidos na Convenção Americana (CtIDH, 2006p, par. 153).

Enquanto não existir a responsabilização de todos os indivíduos envolvidos na ofensa a direitos protegidos na CADH, a conduta do Estado não será considerada compatível com os compromissos assumidos no âmbito do SIDH. Por este motivo, quando as investigações e julgamentos promovidos pelo Estado não esclarecem a totalidade da verdade e da responsabilidade criminal pelos fatos, a Corte identifica uma impunidade parcial (CtIDH, 2008p, par. 101). Além disso, caso as penas aplicadas não pareçam adequadas para responder às condutas imputadas, por exemplo, pela aplicação de sanções exclusivamente disciplinares (CtIDH, 2010c, par. 133) ou pelo regime de cumprimento da pena (CtIDH, 2004e, par. 145), a Corte pode considerar que existe uma situação de impunidade de fato.

Ênfase tamanha na erradicação da impunidade vem mobilizando diversas críticas à jurisprudência da Corte (PARRA VERA, 2012), que estaria desenvolvendo parâmetros de aplicação de medidas penais que minimizam garantias processuais dos acusados e, pela generalidade da sua linguagem, poderiam criar um “direito penal do inimigo”, uma forma

de tratar distintamente e com menos garantias os réus acusados de violar direitos protegidos na CADH (BASCH, 2008, p. 218)⁷⁷. Há também críticas que tratam a jurisprudência da Corte como evidência do desenvolvimento de um direito penal neopunitivista, pelo qual os direitos humanos teriam deixado de atuar como limites ao poder estatal de punir e passado a defender o direito penal como a *sola ratio* para a sua efetividade (PASTOR, 2005).

As duas linhas de críticas, contudo, partem de decisões da Corte em alguns poucos casos para generalizar a conclusão de que o Sistema Interamericano confia cegamente na justiça criminal para proteger os direitos humanos. Conforme já sinalizado pelo gráfico 2, o universo de casos selecionados para esta pesquisa ilustra que, de fato, é mais comum que a Corte defenda a aplicação de medidas penais do que aprecie circunstâncias em que violações à Convenção foram causadas no âmbito do funcionamento da justiça penal. No gráfico abaixo, dividindo as decisões da Corte em apenas duas categorias, fica destacada a diferença na frequência de cada tipo de caso.

Gráfico 4 – Dois sentidos da punição na jurisprudência da Corte IDH

⁷⁷ Com a expressão “direito penal do inimigo”, Basch se refere a uma nova abordagem do direito penal, criada para combater graves ameaças aos sistemas ocidentais de governo, em especial o terrorismo. Sob essa doutrina, surge um sistema criminal voltado exclusivamente aos inimigos e que tem entre suas principais características a flexibilização de direitos individuais e de princípios criminais liberais. O direito penal do inimigo não aceita que princípios constitucionais sejam óbices à punição (2008, pp. 217-218).

No próximo tópico consideramos, portanto, os 25,6% dos casos que evidenciam que não é possível tratar a posição da Corte Interamericana sobre direito penal como um bloco monolítico que defende exclusivamente que o Estado amplie seu poder punitivo. Sem retirar do horizonte a possibilidade de criticar as sentenças que impuseram o dever de investigação e punição, a exposição a seguir procurará indicar as principais circunstâncias em que a CtIDH afirmou que a Convenção Americana sobre Direitos Humanos cria barreiras às condutas que podem ser penalizadas e às espécies de penas que podem ser aplicadas aos indivíduos responsabilizados criminalmente.

5.1 Limites à possibilidade de sancionar

Existem duas grandes perspectivas nas quais se inserem os casos que restringem a aplicação de penas: uma que questiona a própria tipificação das condutas e outra que se volta às penas impostas. Na primeira linha, estão alguns casos que mais imediatamente respondem às críticas de Daniel Pastor, em razão de seguirem lógica condizente com o que, para ele, é a alma do direito penal: a preferência pela não punibilidade, isto é, por mecanismos que evitem que algum inocente seja condenado (2005, p. 85). Tais casos relevam uma jurisprudência interamericana preocupada com a formação dos tipos penais e do cabimento de processos criminais para a proteção de alguns direitos.

No contexto peruano de combate aos grupos considerados subversivos, decretos legislativos sancionados pelo então presidente Alberto Fujimori tipificaram diversas condutas relacionadas ao terrorismo, dentre elas, instigação e apologia ao terrorismo, colaboração com atos terroristas e participação em organização terrorista (CtIDH, 2004i, par. 49a). Em mais de uma ocasião, a Corte IDH teve a oportunidade de analisar a compatibilidade entre estes tipos penais em relação ao artigo 9º da CADH, que trata do princípio da legalidade e da retroatividade ⁷⁸.

A médica María Teresa De La Cruz Flores foi julgada e condenada como colaboradora de terroristas, em razão de não ter denunciado possíveis condutas criminosas

⁷⁸ Artigo 9. Princípio da legalidade e da retroatividade

Ninguém pode ser condenado por ações ou omissões que, no momento em que forem cometidas, não sejam delituosas, de acordo com o direito aplicável. Tampouco se pode impor pena mais grave que a aplicável no momento da perpetração do delito. Se depois da perpetração do delito a lei dispuser a imposição de pena mais leve, o delinqüente será por isso beneficiado.

de seus pacientes. O fato de ter sido processada por juízes sem rosto⁷⁹, em si, violava garantias do devido processo legal, mas as vítimas e a CIDH questionaram também a formação dos tipos penais nos quais a sua condenação esteve baseada.

Para a Corte, o exercício do poder punitivo em um Estado democrático de direito deve ser bastante cauteloso e atento aos direitos básicos dos indivíduos e aos princípios da legalidade e da irretroatividade (CtIDH, 2004i, par. 80-81). A condenação da Sra. De La Cruz Flores, contudo, baseou-se primeiramente em um dispositivo legal que enumerava diversas condutas, sem que se esclarecessem quais delas teriam sido cometidas pela ré. Além disso, a condenação por colaboração com o terrorismo fundou-se na ausência de denúncias contra seus pacientes, de tal modo que o sigilo médico restou criminalizado.

A falta de especificação das condutas criminosas e a criminalização de um ato essencialmente lícito, o ato médico, foram condutas estatais considerados ofensivas ao princípio da legalidade. Passando ao segundo eixo do art. 9º, a Corte destacou a importância do princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa, afirmando, como se vê abaixo, a necessidade de a qualificação de um ato como ilícito ser anterior à conduta daquele que é considerado réu:

Asimismo, en aras de la seguridad jurídica es indispensable que la norma punitiva exista y resulte conocida, o pueda serlo antes de que ocurra la acción o la omisión que la contravienen y que se pretende sancionar. La calificación de un hecho como ilícito y la fijación de sus efectos jurídicos deben ser preexistentes a la conducta del sujeto al que se considera infractor, ya que antes de que una conducta sea tipificada como delito la misma no reviste aún el carácter de ilícita para efectos penales. Por otro lado, si esto no fuera así, los particulares no podrían orientar su comportamiento a un orden jurídico vigente y cierto, en el que se expresan el reproche social y las consecuencias de éste. Estos son los fundamentos del principio de irretroactividad desfavorable de una norma punitiva (CtIDH, 2004i, par. 101).

Lori Berenson Mejía também foi condenada por juízes sem rosto por delitos de terrorismo e traição à pátria, levando a Corte a retomar os limites que o princípio da legalidade estabelece sobre a tipificação das condutas. Nesse sentido, os tipos penais devem ser elaborados com clareza suficiente para que os comportamentos ilícitos e lícitos sejam distinguíveis. A severidade com que a responsabilidade penal afeta direitos fundamentais, como a vida ou a liberdade, torna extremamente indesejável que a

⁷⁹ Juízes sem rosto, isto é, sem identificação, impedem que a defesa aprecie a imparcialidade do julgador, fazendo com que as exceções de parcialidade – por suspeição ou impedimento – não possam ser exercidas (CARVALHO RAMOS, 2001, p. 330).

ambiguidade dos tipos penais crie espaço para o arbítrio das autoridades estatais (CtIDH, 2004n, par. 125).

Há um conjunto importante de casos que levaram a Corte a impor limites à aplicação de sanções penais, sem restringir o debate a técnicas de redação legislativa, mas voltando-se ao cabimento do recurso ao direito penal para responsabilizar indivíduos por determinadas condutas. O Sistema Interamericano tem uma produção vigorosa sobre a proteção da liberdade de expressão, contando com precedentes sobre censura prévia (CtIDH, 2001a), acesso à informação (CtIDH, 2006l; 2010i), a proteção do trabalho de jornalistas (CtIDH, 2009d; 2009e) e, principalmente, sobre responsabilidades ulteriores (CtIDH, 2004c; 2004f; 2005q; 2008c; 2009c; 2009p; 2011j), o assunto pertinente para esta análise⁸⁰.

O caso Herrera Ulloa contra a Costa Rica (CtIDH, 2004c) foi o primeiro da série de casos que tratou de responsabilidades ulteriores e que indicou como a Corte ponderaria o direito à liberdade de expressão com a proteção da honra por meio de tipos penais. O jornalista Mauricio Herrera Ulloa publicara uma série de artigos em um importante jornal costarricense, o *La Nación*, que acusavam o diplomata Félix Przedborski, representante da Costa Rica na Organização Internacional da Energia Atômica, de envolvimento em atividades ilegais, como crimes tributários e tráfico de drogas. Mesmo tendo havido uma ponderação sobre os dois lados da história e a divulgação da posição do próprio diplomata, Przedborski iniciou processos como vítima de difamação e conseguiu condenar Herrera Ulloa, que não provara a veracidade das informações publicadas. Além de o jornalista ter sido considerado criminalmente responsável, tanto ele quanto o jornal ainda foram condenados a pagar multas (CtIDH, 2004c, par. 95).

Especificamente em relação ao art. 13, a Corte Interamericana teve que analisar se o processo penal e as sanções impostas tinham sido restrições indevidas à liberdade de expressão. Depois de reforçar a interpretação de sentenças anteriores sobre a centralidade da liberdade de expressão em uma sociedade democrática (CtIDH, 2004c, par. 112-116), o direito da sociedade de receber e difundir informações (CtIDH, 2004c, par. 108-111) e o

⁸⁰ A atuação do SIDH em relação à liberdade de expressão, especialmente o trabalho realizado pela Relatoria Especial para Liberdade de Expressão, mobilizou o crítica de muitos Estados no processo de debate sobre o fortalecimento do Sistema. De fato, a relatoria sobre liberdade de expressão possui várias particularidades, como ser a única que monitora o respeito a um direito – e não a situação de um grupo vulnerável –, o fato de a relatoria não ser uma comissionada e a maior quantidade de recursos com que conta. Foi nesse contexto que ocorreu a denúncia da Venezuela da Convenção Americana (RUIZ-CHIRIBOGA, 2013). Apesar de parecer que o momento mais agudo dessas críticas passaram, questionamentos ao trabalho da relatoria não deixam de aparecer, como se vê em artigo publicado pelo mais recente brasileiro eleito para compor a Comissão Interamericana, o ex-Ministro Paulo Vannuchi (VANNUCHI; TIMPONI, 2013, p. 43).

papel dos jornalistas e dos meios de comunicação nesse processo (CtIDH, 2004c, par. par. 117-119), a Corte enfatizou que, no caso, o jornalista estava expressando fatos de interesse público, os quais propiciavam o controle democrático sobre as atividades do Estado (CtIDH, 2004c, par.124, 127)

A liberdade de expressão não é um direito absoluto, de modo que a aplicação de responsabilidades ulteriores controla o exercício abusivo deste direito. Contudo, para que daí não surja um mecanismo direto ou indireto de censura prévia, a responsabilização deve satisfazer três critérios: (i) previsão expressa em lei, (ii) ter como fim a proteção de direitos, da reputação de indivíduos, da segurança nacional, da ordem, da saúde ou da moral públicas; (iii) necessidade em uma sociedade democrática (CtIDH, 2004c, par. 120).

Em relação a Herrera Ulloa, considerando que seus textos eram basicamente reproduções parciais de fatos já publicados na Europa e que se tratava do controle da conduta de um funcionário público, a Corte concluiu que a atribuição ao jornalista do ônus de provar a veracidade de suas informações era uma restrição incompatível com o art. 13, pois produzia um efeito dissuasivo sobre o trabalho jornalístico (CtIDH, 2004c, par. 132-133). Apesar de a Corte ter afirmado que não se pronunciaria sobre a alegação de violação ao artigo 2º causada pelo processo criminal (CtIDH, 2004c, par. 136), este caso atestou, ao menos em uma situação concreta, que a violação a direitos individuais pode ser causada por um processo criminal por difamação.

O caso seguinte, Ricardo Canese contra o Paraguai (CtIDH, 2004f), versou sobre a condenação criminal à pena de prisão – entre outras restrições a direitos fundamentais – de um candidato à presidência, que, no contexto da campanha eleitoral, acusara outro candidato de estar envolvido em irregularidades ligadas à construção da hidrelétrica de Itaipu (CtIDH, 2004f, par. 103). Além de ponderar, mais uma vez, que o interesse público revestia aquelas declarações, a Corte recordou que “el Derecho Penal es el medio más restrictivo y severo para establecer responsabilidades respecto de una conducta ilícita” (CtIDH, 2004f, par. 104). Assim, o processo penal e as sanções impostas foram consideradas desnecessárias e excessivas, pois faltava um interesse social e imperativo que as justificassem (CtIDH, 2004f, par. 106). A condenação e a restrição a sair do país durante mais de oito anos constituíram meios indiretos de restringir a liberdade de expressão de Ricardo Canese, que depois da condenação ainda perdeu o emprego no meio de comunicação para o qual trabalhava (CtIDH, 2004f, par. 107).

O caso Canese envolveu ainda a retomada dos temas da clareza dos tipos penais, da legalidade e da retroatividade, previstos no art. 9º da CADH. A entrada em vigor de um

novo Código Penal contendo normas mais benéficas do que as aplicadas à condenação do jornalista não gerou a revisão da sua condenação. Suas penas deveriam ter sido reduzidas, mas não houve atuação *ex officio* do juiz competente, nem acolhida dos recursos interpostos nesse sentido, em clara afronta à garantia da retroatividade da lei penal mais favorável (CtIDH, 2004f, par. 186).

A conclusão de que processos por difamação geraram violações à CADH não afasta o dever de proteção à honra e à reputação de que gozam os indivíduos (CtIDH, 2004f, par. 105)⁸¹, mas atesta que processos e sanções penais podem criar restrições incompatíveis com o direito de acesso à informação e ao debate público em uma sociedade democrática. Nos três primeiros casos julgados, Herrera Ulloa, Ricardo Canese e Palamara Iribarne (CtIDH, 2005q), a Corte, porém, evitou definir de forma inequívoca que os Estados deveriam buscar outros meios de responsabilização que não a via criminal (PASQUALUCCI, 2006b, p. 404).

Os casos seguintes, Kimel vs. Argentina (CtIDH, 2008c) e Tristán Donoso vs. Panamá (CtIDH, 2009c), levaram a Corte a refinar sua interpretação sobre os tipos penais que criminalizam a liberdade de expressão – notadamente a injúria e a difamação –, sendo interessante analisar o mais recente caso sobre o tema que integrou o universo de estudo desta pesquisa: Usón Ramírez vs. Venezuela (CtIDH, 2009p).

A condenação do General aposentado Francisco Usón Ramírez a cinco anos e seis meses de prisão por injúria contra as Forças Armadas, cometida durante a participação em um programa de televisão, suscitou, primeiramente, um debate sobre a ambiguidade com que o crime estava previsto no Código Orgânico da Justiça Militar. Para a Corte, caso a lei que restrinja a liberdade de expressão seja a penal, é preciso provar que os elementos característicos da tipificação penal, como o princípio da legalidade, foram devidamente respeitados. Nesse sentido,

la Corte ha declarado en su jurisprudencia previa que en la elaboración de los tipos penales es preciso utilizar términos estrictos y unívocos, que acoten claramente las conductas punibles, dando pleno sentido al principio de legalidad penal. Esto implica una clara definición de la conducta incriminada, la fijación de sus elementos y el deslinde de comportamientos no punibles o conductas ilícitas sancionables con medidas no penales. En particular, en lo que se refiere a la normas

⁸¹ O artigo 11 da CADH protege a honra e a vida privada dos indivíduos:

Artigo 11. Proteção da honra e da dignidade

1. Toda pessoa tem direito ao respeito de sua honra e ao reconhecimento de sua dignidade.
2. Ninguém pode ser objeto de ingerências arbitrárias ou abusivas em sua vida privada, na de sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, nem de ofensas ilegais à sua honra ou reputação.
3. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais ingerências ou tais ofensas.

penales militares, este Tribunal ha establecido, a través de su jurisprudencia, que éstas deben establecer claramente y sin ambigüedad, *inter alia*, cuáles son las conductas delictivas típicas en el especial ámbito militar y deben determinar la conducta ilícita a través de la descripción de la lesión o puesta en peligro de bienes jurídicos militares gravemente atacados, que justifique el ejercicio del poder punitivo militar, así como especificar la correspondiente sanción. Así, la tipificación de un delito debe formularse en forma expresa, precisa, taxativa y previa, más aún cuando el derecho penal es el medio más restrictivo y severo para establecer responsabilidades respecto de una conducta ilícita, teniendo en cuenta que el marco legal debe brindar seguridad jurídica al ciudadano (CtIDH, 2009p, par. 55, *grifo nosso*).

O tipo penal pelo qual o Sr. Usón Ramírez foi condenado não continha especificações sobre os elementos constituintes da injúria ou levava em conta a intenção do sujeito ativo. Ademais, a honra militar, que seria o bem jurídico protegido pelo tipo, sequer estava legalmente definida na Venezuela. Esses elementos associados levaram a Corte a declarar a responsabilidade do Estado pelas violações aos artigos 9º, 13.1, 13.2, em relação aos artigos 1.1 e 2º, todos da CADH (CtIDH, 2009p, par. 56).

Quanto à possibilidade de o direito penal restringir a liberdade de expressão, a Corte afirmou que o fato de instrumentos penais poderem ser idôneos para restringir o exercício abusivo de determinados direitos não significa que eles sempre serão necessários e proporcionais para impor responsabilidades ulteriores ao exercício da liberdade de expressão (CtIDH, 2009p, par. 67). Sendo o direito penal o meio mais restritivo e severo para responsabilizar indivíduos, seu uso deve respeitar o princípio da intervenção mínima, em conformidade com a natureza de *ultima ratio* do direito penal (CtIDH, 2009p, par. 73). Daí a Corte não derivou, porém, um rechaço absoluto aos tipos penais que criminalizam a liberdade de expressão, mas indicou os critérios para a análise casuística do cabimento da via penal:

La necesidad de utilizar la vía penal para imponer responsabilidades ulteriores al ejercicio del derecho a la libertad de expresión se debe analizar con especial cautela y dependerá de las particularidades de cada caso. Para ello, se deberá considerar el bien que se pretende tutelar, la extrema gravedad de la conducta desplegada por el emisor de aquéllas, el dolo con que actuó, las características del daño injustamente causado, las características de la persona cuyo honor o reputación se pretende salvaguardar, el medio por el cual se pretendió causar el daño y otros datos que pongan de manifiesto la absoluta necesidad de utilizar, en forma verdaderamente excepcional, medidas penales. En todo momento la carga de la prueba debe recaer en quien formula la acusación (CtIDH, 2009p, par. 74).

Em relação ao Sr. Usón Ramírez, como ocorreu nos casos anteriores, o uso do poder punitivo foi realmente considerado abusivo.

A Comissão Interamericana, até mesmo por influência da Relatoria Especial sobre Liberdade de Expressão⁸², demonstra uma posição muito mais crítica à criminalização da liberdade de expressão, tendo afirmado, por exemplo, que

las sanciones penales y su severidad nunca deberían ser utilizadas como un recurso para sofocar el debate público sobre cuestiones de interés general y para limitar la crítica a los funcionarios en el ejercicio de sus funciones, al Estado o sus instituciones” (CtIDH, 2009p, par.69, *grifo nosso*).

Provavelmente por esse motivo, a CIDH incluiu em todas as demandas a alegação da incompatibilidade das chamadas “leis de desacato”⁸³ com o artigo 2º da CADH (CtIDH, 2009p, par. 155).

Ainda que a Corte seja mais cautelosa no seu posicionamento e não retire o direito penal do leque de instrumentos disponíveis para o Estado proteger a honra de um indivíduo contra o exercício da liberdade de expressão por outro, ela tem realizada uma avaliação rigorosa sobre essas situações, de tal modo que, na prática, a jurisprudência da CtIDH tem responsabilizado os Estados que condenaram indivíduos por injúria ou difamação.

Esclarecidas as circunstâncias em que a elaboração dos tipos penais é considerada violatória à CADH, há uma segunda linha de casos que demonstram os limites ao poder punitivo do Estado: as sentenças cujo fundamento da responsabilidade estatal repousa no tipo de sanção criminal aplicada. São casos que versam, geralmente, sobre a aplicação da pena de morte e de castigos físicos.

A Convenção Americana sobre Direitos Humanos não proibiu a pena de morte, mas estabeleceu diversos critérios visando à sua restrição⁸⁴ e possui um Protocolo

⁸² A posição da CIDH tem sido a de expressamente estimular os Estados a descriminalizar o exercício da liberdade de expressão. Para a Relatoria Especial, qualquer tipo de crítica, mesmo que ofensiva ou radical, deve ser respondida com mais debate, e não por meio do silêncio que a condenação penal impõe (SCHÖNSTEINER; BELTRÁN Y PUGA; LOVERA, 2011, p. 368).

⁸³ Definidas pela CIDH como “una clase de legislación que penaliza la expresión que ofende, insulta o amenaza a un funcionario público en el desempeño de sus funciones oficiales” (CIDH, 1995).

⁸⁴ Artigo 4. Direito à vida

2. Nos países que não houverem abolido a pena de morte, esta só poderá ser imposta pelos delitos mais graves, em cumprimento de sentença final de tribunal competente e em conformidade com lei que estabeleça tal pena, promulgada antes de haver o delito sido cometido. Tampouco se estenderá sua aplicação a delitos aos quais não se aplique atualmente.

3. Não se pode restabelecer a pena de morte nos Estados que a hajam abolido.

4. Em nenhum caso pode a pena de morte ser aplicada por delitos políticos, nem por delitos comuns conexos com delitos políticos.

5. Não se deve impor a pena de morte a pessoa que, no momento da perpetração do delito, for menor de dezoito anos, ou maior de setenta, nem aplicá-la a mulher em estado de gravidez.

específico para os Estados que aceitem a tendência internacional a aboli-la e comprometam-se a não mais aplicá-la a seus jurisdicionados⁸⁵. Assim, os casos contenciosos que versam sobre este tema não nascem de uma incompatibilidade automática entre a pena capital e a proteção dos direitos humanos, mas das circunstâncias que (não) justificam o uso dessa medida.

Entre as restrições à pena de morte que derivam do art. 4º da CADH está a vedação à sua extensão a delitos que, no momento da ratificação da Convenção, recebiam outro tipo de sanção. Essa foi a situação enfrentada pela Corte Interamericana no caso *Raxcacó Reyes vs. Guatemala*, por conta da pena de morte aplicada ao Sr. Ronald Ernesto Raxcacó Reyes, condenado por sequestro (CtIDH, 2005m). Quando o Estado depositou o instrumento de ratificação da CADH, os autores de sequestros somente eram punidos com a morte se a vítima do crime falecesse (CtIDH, 2005m, par. 43.1), mas uma reforma legislativa feita em 1996 fixou a pena de morte como a única sanção aplicável aos autores materiais ou intelectuais de um sequestro (CtIDH, 2005m, par. 43.4).

Raxcacó Reyes, então com 24 anos, foi condenado pelo sequestro de uma criança – liberada no dia seguinte ao crime por uma operação da polícia (CtIDH, 2005m, par. 43.7, 43.12). A simples condenação à morte por um crime que era sancionado com pena de privação de liberdade anteriormente violou o art. 2º da CADH, que também foi violado pela ausência de previsão legal que efetivasse o direito do condenado a solicitar indulto, anistia ou comutação da pena, conforme previsto no art. 4.6 (CtIDH, 2005m, par 87-89). A aplicação da pena de morte de maneira automática e genérica, sem que as condições particulares do caso fossem levadas em conta, também concorreu para a responsabilização do Estado da Guatemala (CtIDH, 2005m, par. 79).

O juízo sobre a violação dos direitos de um indivíduo envolvido em fatos potencialmente tão reprováveis foi antecedido pela afirmação, constantemente reiterada na jurisprudência, de que a Corte Interamericana não é um tribunal penal e, portanto, não analisa a responsabilidade de indivíduos. São os tribunais nacionais que exercem essa função, como forma de garantir a ordem pública, sempre dentro dos limites estabelecidos pelo respeito aos direitos humanos. É o que se vê no trecho abaixo

La Corte destaca el deber que tienen los Estados de proteger a todas las personas, evitando los delitos, sancionando a los responsables y

6. Toda pessoa condenada à morte tem direito a solicitar anistia, indulto ou comutação da pena, os quais podem ser concedidos em todos os casos. Não se pode executar a pena de morte enquanto o pedido estiver pendente de decisão ante a autoridade competente.

⁸⁵ Como aparece no capítulo 3, o Brasil é um dos oito países americanos que ratificaram a Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos relativo à abolição da pena de morte.

manteniendo el orden público, particularmente cuando se trata de hechos como los que dieron origen al proceso penal seguido contra el señor Raxcacó Reyes, en la inteligencia de que la lucha de los Estados contra el crimen debe desarrollarse dentro de los límites y conforme a los procedimientos que permitan preservar tanto la seguridad pública como el pleno respeto a los derechos humanos (CtIDH, 2005m, par. 55, *grifo nosso*).

Geralmente essas demandas contenciosas que questionam a aplicação de determinadas penas têm por trás crimes considerados graves e igualmente ofensivos aos direitos protegidos na Convenção Americana. A acusação que levou à pena de morte imposta ao Sr. Fermín Ramírez, por exemplo, foi a do assassinato de uma criança de 12 anos (CtIDH, 2005g, par. 54). Para a Corte, condutas desse tipo, ainda mais quando vitimam crianças, merecem o mais enérgico rechaço, mas desde que circunscrito aos limites estabelecimentos pelo direito internacional dos direitos humanos. No caso, a condenação de Fermin Ramírez à morte sem que ele tivesse tido oportunidade de exercer seu direito de defesa e o uso judicial do critério de “periculosidade” para agravar seu delito também violaram a Convenção Americana (CtIDH, 2005g, par. 79), atestando que a gravidade do crime não afasta a incidência dos direitos individuais protegidos internacionalmente.

No caso Boyce (CtIDH, 2007g), a Corte Interamericana verificou que em Barbados a pena de morte não estava limitada aos delitos mais graves como ordena a CADH, pois a Lei de Delitos contra a Pessoa definia que todo culpado por homicídio seria sentenciada à morte, independentemente do modo ou do meio pelos quais o crime fora cometido (CtIDH, 2007g, par. 54). Fazer da pena de morte uma sanção obrigatória aos responsáveis por homicídios, aplicada de forma mecânica e genérica, significa tratar “a las personas condenadas de un delito en particular no como seres humanos únicos, sino como miembros de una masa anónima, sin diferencias, sujeta a la imposición ciega de la pena de muerte” (CtIDH, 2007g, par. 58). Nesse sentido, o caso Boyce reforçou o paradigma do caso Raxcacó Reyes e também de sentenças mais antigas, como o caso Hilaire, Constantine y Benjamin e outros vs. Trinidad e Tobago (CtIDH, 2002b).

Outro caso importante sobre as sanções consideradas incompatíveis com a CADH foi a condenação do Sr. Winston Caesar a penas corporais⁸⁶ e trabalhos forçados, em virtude de um crime de violência sexual (CtIDH, 2005d). Voltando a recorrer ao *corpus*

⁸⁶ Açoitamento por um chicote conhecido como “gato de nove caudas”.

iuris internacional⁸⁷, como fez tantas vezes para tratar do dever de investigar e punir, a Corte indicou a existência de uma interpretação que considera os castigos corporais incompatíveis com a proibição de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, vedados pelo art. 5º da CADH⁸⁸. Haveria uma crescente tendência, tanto no plano interno quanto internacional, a não permitir castigos corporais, por sua natureza intrinsecamente cruel, desumana e degradante (CtIDH, 2005d, par. 70).

A despeito de corresponder a uma medida legal, as penas corporais de flagelo em Trinidad y Tobago foram consideradas uma institucionalização da violência e, nesse sentido, em descompasso com a Convenção Americana (CtIDH, 2005d, par. 73). É curioso notar como mesmo não cabendo à Corte IDH apurar responsabilidades individuais internas, ela manifestou desaprovação pela conduta do juiz que optou por aplicar uma pena evidentemente ofensiva aos direitos humanos:

Aún cuando la Corte Interamericana no está autorizada u obligada por la Convención para pronunciarse sobre la compatibilidad de acciones individuales con la Convención Americana, es obvio que las conductas y decisiones de los funcionarios y agentes del Estado deben enmarcarse en dichas obligaciones internacionales. En el presente caso, en el cual la Ley de Penas Corporales de Trinidad y Tobago otorga a la autoridad judicial la opción de ordenar, en ciertas circunstancias, la imposición de penas corporales además del encarcelamiento, la Corte siente la obligación de dejar constancia de su profunda preocupación por el hecho de que el juez de la High Court tuvo a bien ejercer una opción que manifiestamente tendría el efecto de infligir una pena que no sólo constituye una violación ostensible de las obligaciones internacionales contraídas por el Estado bajo la Convención, sino que es además universalmente estigmatizada como cruel, inhumana y degradante (CtIDH, 2005d, par. 74, *grifo nosso*).

Esse panorama pretendeu indicar que não é possível sustentar que a Corte Interamericana de Direitos Humanos defenda apenas a expansão do direito penal e tenha abdicado de utilizar os direitos humanos como barreiras contra interferências indevidas sobre a pessoa do réu ou do condenado. A jurisprudência sobre liberdade de expressão e

⁸⁷ Especialmente as decisões do Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas, as declarações do Relator Especial das Nações Unidas contra a Tortura, as Regras Mínimas para Tratamento dos Presos e a jurisprudência da Corte Europeia de Direitos Humanos (CtIDH, 2005d, par. 61-64).

⁸⁸ Artigo 5. Direito à integridade pessoal

1. Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua integridade física, psíquica e moral.
2. Ninguém deve ser submetido a torturas, nem a penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes. Toda pessoa privada da liberdade deve ser tratada com o respeito devido à dignidade inerente ao ser humano.
3. A pena não pode passar da pessoa do delinqüente.
4. Os processados devem ficar separados dos condenados, salvo em circunstâncias excepcionais, e ser submetidos a tratamento adequado à sua condição de pessoas não condenadas.
5. Os menores, quando puderem ser processados, devem ser separados dos adultos e conduzidos a tribunal especializado, com a maior rapidez possível, para seu tratamento.
6. As penas privativas da liberdade devem ter por finalidade essencial a reforma e a readaptação social dos condenados.

aplicação de penas revela que conclusões sobre a maneira como a Corte Interamericana tem relacionado direito penal e direitos humanos não pode derivar exclusivamente do estudo dos casos que afastaram a aplicação de leis de anistia.

5.2 Paradoxos na visão da Corte Interamericana sobre o papel das sanções penais

Um dos mais importantes pontos de partida desta pesquisa foi a intenção de considerar que, se há diversos elementos que sustentam a existência de um processo atualmente em curso pelo qual a responsabilidade criminal individual por violações de direitos humanos é legitimada e reivindicada internacionalmente, este não pode ser encarado como um processo que se desenrole de forma mecânica e livre de contradições.

Tanto para a Corte Interamericana de Direitos Humanos quanto para a literatura entusiasta do combate à impunidade, principalmente no âmbito dos processos de transição política (ROHT-ARRIZA, 1990; ALDANA-PINDELL, 2004; TITTEMORE, 2005-2006; CARVALHO RAMOS, 2006; MARTIN, 2007; SIKKINK; WALLING, 2010; BINDER, 2011; PARRA VERA, 2013), a jurisprudência de que tratamos no capítulo 4, que demonstra que os Estados devem investigar e punir as violações de direitos humanos, tem uma vocação eminentemente positiva, no sentido de prevenir futuras violações, reabilitar as vítimas e promover o conhecimento da verdade sobre os fatos do caso.

Os casos que têm o dever de investigar e punir ligado à causa de responsabilização ou às medidas de reparação indicam não apenas que o direito penal é visto como uma ferramenta adequada, mas que também não pode ser substituída por nenhuma outra para que os direitos previstos na CADH sejam protegidos. É nesse sentido que se pode entender a afirmação de que o direito à verdade não se satisfaz pelo estabelecimento de comissões da verdade, mas exige a determinação dos fatos feita pela justiça criminal (CtIDH, 2007d, par. 128; 2011h, par. 135).

Além da fórmula usada em muitos casos, de que nenhuma lei ou disposição de direito interno pode impedir que os Estados cumpram a ordem da Corte de investigar e punir os responsáveis por violações de direitos humanos (CtIDH, 2005e, par. 206), a Corte alçou o dever de investigar e punir ao status de regra de *jus cogens*, de modo a minimizar ao máximo qualquer possibilidade de ele ser afastado.

Quando se desloca o olhar dos casos contenciosos que defendem alguma resposta por meio da justiça criminal para aqueles em que efetivamente a justiça criminal atuou, chama atenção a dissonância entre o ideal da Corte de maior aplicação de medidas penais para o incremento no respeito aos direitos humanos e o efeito concreto de menoscabo aos direitos individuais que a criminalização de condutas e o cumprimento de penas tem gerado.

Mais surpreendente é a ausência de diálogo entre os precedentes, de forma a gerar uma posição coesa da Corte Interamericana sobre a relação entre direito penal e direitos humanos. Na verdade, como se viu no tópico sobre os limites que a CADH cria aos tipos de sanções aplicáveis, nos casos em que a violação está no próprio funcionamento da justiça criminal, costuma existir alguma ponderação sobre um dever de o Estado combater os crimes. No sentido inverso, quando as situações em que a própria aplicação do direito penal violou direitos humanos poderiam auxiliar no esclarecimento da prática efetiva do dever de investigar e punir a que a Corte almeja, o que se encontra é silêncio.

É importante observar que em relação à investigação, a Corte recorreu a regras de *soft law* e para estabeleceu parâmetros mais específicos sobre o que seria a atividade investigativa coerente com as regras de direitos humanos. É o que o trecho abaixo, retirado do caso Gutiérrez Soler, ilustra:

La Corte observa que la perito María Cristina Nunes de Mendonça refirió que los exámenes practicados al señor Wilson Gutiérrez Soler son incompletos, ya que no estuvieron acompañados de registros fotográficos, así como tampoco se realizó un examen de lesiones internas. La perito indicó que dichas omisiones incidieron en la interpretación posterior de los exámenes y en el resultado de los procesos internos que se adelantaron por estos hechos. Asimismo, destacó la importancia de que se apliquen a casos de tortura los parámetros contenidos en el Protocolo de Estambul, pues éste describe la forma como deben realizarse los exámenes médicos y elaborarse los dictámenes respecto de víctimas de tortura o tratos crueles, inhumanos y degradantes. En razón de ello, la perito precisó que la observancia de dichos parámetros evita que tales hechos pasen desapercibidos y queden en la impunidad. En tal sentido, la Corte estima que la difusión e implementación de los parámetros establecidos en el Protocolo de Estambul puede contribuir eficazmente a la protección del derecho a la integridad personal en Colombia. Por ello, considera que el Estado debe adoptar un programa de formación que tenga en cuenta dichas normas internacionales, el cual debe estar dirigido a los médicos que cumplen sus funciones en los centros de detención oficiales y a los funcionarios del Instituto Nacional de Medicina Legal y Ciencias Forenses, así como a los fiscales y jueces encargados de la investigación y el juzgamiento de hechos como los que han afectado al señor Wilson Gutiérrez Soler, con el fin de que dichos funcionarios cuenten con los elementos técnicos y científicos necesarios para evaluar

posibles situaciones de tortura o tratos crueles, inhumanos o degradantes (CtIDH, 2005l, par. 109-110, *grifo nosso*).

Em relação à punição, todavia, a única posição clara da jurisprudência da Corte Interamericana é a de que os indivíduos que cometeram violações de direitos humanos devem ser sancionados por suas condutas, de forma a não gerar sensação de impunidade na sociedade (CtIDH, 2004e, par. 145; 2010c, par. 133). Mas que tipo de sanção deve ser aplicado? A sanção compatível com o regime da CADH necessariamente coincide com aquela que responde à demanda social por punição?

Seria possível que a Corte tivesse optado por deixar alguma margem de atuação para que os agentes nacionais adaptassem os comandos internacionais às particularidades locais, já que o exercício do poder punitivo está tão intimamente ligado à soberania. Contudo, há pelo menos dois argumentos que abalam tal hipótese: (i) a própria jurisprudência reiterada da Corte desconfia dos parâmetros nacionais e tende a restringir a margem de apreciação nacional, principalmente por conta do caráter sistemático das violações de direitos humanos que caracterizaram o contexto social da elaboração dos primeiros marcos normativos do SIDH (CONTRERAS, 2012); (ii) a prática contenciosa da Corte tem revelado que a aplicação da pena pode estar acompanhada de um espaço perigoso para exercício do arbítrio estatal, e que grandes atos de violência institucional e violações de direitos humanos tem ocorrido dentro do cárcere⁸⁹.

Integraram também esta pesquisa os casos contenciosos em que a responsabilidade estatal foi apurada no cumprimento de penas privativas de liberdade ou de prisões processuais. O que todos esses casos atestam é a gravidade da situação carcerária nos países que aceitaram a competência contenciosa da Corte: há superlotação das prisões (CtIDH, 2007g, par. 91; 2006b, par. 108), celas inadequadas, minúsculas (CtIDH, 2006j, par. 91), sem condições de higiene (2007g, par. 97), saúde (CtIDH, 2005g, par. 118) ou privacidade (CtIDH, 2005d) e diversos casos de violações à integridade pessoal e à vida causadas pelo uso desproporcional da força (CtIDH, 2004h; 2006j; 2006s)

A Corte reconhece que o direito penal é o meio mais restritivo e severo para responsabilizar indivíduos (CtIDH, 2004f, par. 104) e que a pena privativa de liberdade com frequência afeta outros direitos humanos, além da liberdade pessoal (CtIDH, 2006j,

⁸⁹ Na verdade, as solicitações de medidas provisórias também atestam que graves violações de direitos humanos ocorrem no cumprimento de penas privativas de liberdade. Não por acaso, todas as demandas brasileiras desse tipo, diziam respeito a condições de prisões ou unidade de cumprimento de medida socioeducativa fechada. Mesmo assim, a ênfase aqui ficará sobre os casos contenciosos, por terem sido eles o objeto de análise desta pesquisa.

par. 86). Além disso, há referências empíricas a partir dos casos já julgados de que as condições enfrentadas pelos detentos nas Américas são extremamente graves e contrárias à Convenção Americana. Todavia, mesmo com um quadro tão contundente sobre as tensões que podem emergir da confiança no direito penal como um remédio para as violações de direitos humanos, a Corte não tem entrado no debate sobre como punir.

Caso a Corte Interamericana de Direitos Humanos fosse um tribunal que respondesse formalmente às demandas submetidas e buscasse sempre se restringir à literalidade dos textos convencionais, era possível alegar que não caberia avançar, na resolução do caso concreto, sobre um tema tão caro aos Estados quanto o exercício do poder punitivo. O perfil da Corte Interamericana, contudo, é o de utilizar os casos contenciosos para estabelecer parâmetros válidos para toda a região⁹⁰ e tecer comentários sobre questões que, por vezes, apenas tangenciam os principais problemas de mérito⁹¹. Este é o perfil que se vê ao testemunhar as minúcias a que a Corte se atenta quando avalia o processo de investigação criminal ou estabelece reparações nessa matéria, como já tratamos no capítulo 4.

O paradoxo da jurisprudência interamericana sobre o dever de investigar e punir não está apenas em quanto a Corte deixa de enfrentar o desafio de esclarecer como deve ser o cumprimento de cada uma dessas medidas, mas também na falta de transparência argumentativa para determinar quais são as situações em que essas medidas são necessárias. Os casos sobre liberdade de expressão consagraram um entendimento de que não são todas as situações de violação de direitos humanos para as quais a melhor resposta é a responsabilidade criminal. Mesmo assim, a determinação do dever de investigar e punir como medida de reparação sofre duplamente com a falta de fundamentação: a Corte não esclarece por que a resposta criminal é uma reparação adequada quando ordena que o Estado investigue e puna os responsáveis pelas violações de direitos humanos e também quando deixa de ordenar.

O caso Chaparro Álvarez, que tratou das condições ligadas à detenção de duas pessoas por suposto envolvimento no tráfico internacional de drogas, ilustra essa situação: entre as medidas de satisfação e não repetição, vítimas e Comissão solicitaram que se ordenasse ao Estado a investigação e sanção dos responsáveis pelos fatos do caso. O Equador indicou a intenção de apurar responsabilidades, mas a Corte não incluiu o dever

⁹⁰ Buscando, também, influenciar países que não façam parte das Américas (NEUMAN, 2008).

⁹¹ Mais ou menos como foi a reprovação ao juiz que optou pela aplicação de um castigo físico (CtIDH, 2005d, par. 74).

de investigar e punir entre os pontos resolutivos da sentença (CtIDH, 2007h, par 255-257, par. 289). No caso das violações contra as crianças detidas no Instituto de Reeducação do Menor, o silêncio da Corte tinha sido ainda mais grave, pois não havia nenhum compromisso voluntário do Paraguai com relação à apuração de responsabilidades individuais. Aos pedidos da CIDH para que se fizesse

la investigación, enjuiciamiento y sanción de los funcionarios que por acción u omisión permitieron o facilitaron la ocurrencia de los tres incendios, así como la de los funcionarios que diseñaron, implementaron y ejecutaron la política institucional que permitió que los niños y adolescentes fueran detenidos en condiciones inhumanas en el Instituto (CtIDH, 2004g, par.311h)

e das vítimas para que houvesse “la investigación, enjuiciamiento y sanción de los hechos de manera integral, completa e imparcial, para individualizar a los responsables de las violaciones denunciadas en este caso y sancionarlos adecuadamente” (CtIDH, 2004g, par. 312q), a Corte IDH simplesmente não se manifestou, limitando-se a ordenar a publicação de partes da sentença (CtIDH, 2004g, par. 315), a realização de um ato público de reconhecimento da responsabilidade internacional (CtIDH, 2004g, par. 316-317), a disponibilização de tratamento médico e psicológico para os ex-internos do Instituto e familiares das vítimas (CtIDH, 2004g, par. 318-320), o oferecimento de assistência vocacional para os ex-internos (CtIDH, 2004g, par. 321) e que se oferecesse um túmulo para uma das vítimas (CtIDH, 2004g, par. 322). Ademais, como é regra, houve o reconhecimento de que a própria sentença é uma medida de reparação (CtIDH, 2004g, par. 323). O que se alega aqui não é que a Corte deva sempre ordenar medidas penais para a reparação de qualquer violação de direitos humanos identificada, mas sim que é fundamental estabelecer expressamente quais são as situações em que a Corte considera que a investigação e a punição são necessárias, justificando suas razões.

Os gráficos seguintes ajudam a dar algumas pistas sobre qual é a Corte decide sobre o cabimento do dever de investigar e punir como medida de reparação. O primeiro deles mostra como os casos selecionados se dividem, a partir da causa para a responsabilização internacional, entre as três categorias ligadas à aplicação do direito penal que foram analisadas: (i) a ausência de investigação e punição como causa de responsabilidade internacional – identificada como “causa resp”, (ii) a forma como a conduta ou a pena são previstas na lei penal e (iii) as violações de direitos humanos que

ocorrem no cumprimento de pena privativa de liberdade ou prisão processual⁹².

Gráfico 5 – Fundamentos penais das sentenças condenatórias

O gráfico seguinte, por sua vez, indica o número de casos em que cada uma dessas causas de responsabilidade foi acompanhada do dever de investigar e punir como medida de reparação.

⁹² Há casos que se inserem em mais de uma categoria, como o caso Raxcacó Reyes, no qual o Estado da Guatemala foi responsabilizado pela extensão da aplicação da pena de morte e também pelas condições carcerárias a que o Sr. Raxcacó ficou sujeito (CtIDH, 2005m).

Gráfico 6 – Relação entre a causa de responsabilidade e a medida de reparação de investigar e punir

Da comparação entre os gráficos é possível observar a excepcionalidade com que a Corte repara as violações de direitos humanos ligadas à aplicação de normas penais (categorias “previsão legal” e “prisão”) por meio do estabelecimento do dever de investigar e punir. Esta, inclusive, é a situação dos já citados casos Instituto de Reeducação do Menor vs Paraguai (CtIDH, 2004g) e Chaparro Álvarez y Lapo Íñiguez vs. Equador (CtIDH, 2007h). Não é suficiente, porém, apontar a diferença na natureza dos direitos violados para explicar o baixo número de casos na segunda e terceira colunas do gráfico. Isso porque existiu tanto o silêncio da Corte sobre o dever de investigação e punição de violações à vida e à integridade pessoal de crianças (CtIDH, 2004g), quanto existiu a ordem para que o Estado investigasse e punisse os responsáveis por descumprir decisões judiciais que ordenavam o pagamento de benefícios previdenciários (CtIDH, 2003a).

Mesmo assim, não pode ser descartado que determinar que se investigue e puna criminalmente os responsáveis pela imposição de castigos físicos a uma pessoa ou pela ausência de condições dignas no cárcere ressaltaria as tensões entre a confiança abstrata no

direito penal para a proteção dos direitos humanos e a referência empírica sobre a dificuldade de a sua aplicação ser compatível com o texto da Convenção Americana.

Por outro lado, a obrigação de que um Estado investigue e puna determinadas condutas justamente porque elas permaneciam, parece quase inevitável. Mesmo assim, a comparação entre os gráficos revela que não são todos os casos em que a responsabilidade estatal repousou na passividade da justiça criminal que a atribuição de responsabilidade criminal esteve entre as medidas de reparação. Infelizmente, também nestes casos, a regra é que a Corte nem sempre justifique o porquê de ter acolhido ou rejeitado as alegações da Comissão e dos representantes das vítimas (CtIDH, 2004f; 2004g; 2004i, 2004n).

Até pela excepcionalidade da medida, é importante ressaltar que há um caso em que a Corte esclareceu com clareza as razões por que rejeitara a imposição do dever de investigar e punir como medida de reparação. Trata-se do caso Vera Vera contra o Equador (CtIDH, 2011f), um dos mais recentes a integrar a seleção feita para esta pesquisa. Este é um caso bastante semelhante ao Albán Cornejo (CtIDH, 2007i), pois também tratou da alegação de um erro médico e das falhas em investigá-lo. O caso mais recente, porém, não se referia à morte de uma criança em um hospital, mas sim a de um suposto criminoso que estava preso. Pedro Miguel Vera Vera foi baleado enquanto fugia de um grupo de pessoas que pretendia linchá-lo em razão de um roubo que, acreditava-se, ele teria cometido. Depois de detido, acabou falecendo, supostamente por não ter recebido cuidados médicos adequados.

A Corte constatou que a disponibilidade de serviços de saúde a detentos era muito inferior ao necessário – considerando como parâmetro as Regras Mínimas para Tratamento dos Presos (CtIDH, 2011f, par. 63) –, causando o falecimento do Sr. Vera Vera e a ofensa aos artigos 4.1, 5.1, 5.2, em relação ao art. 1.1. O Estado, ademais, não respeitou o compromisso de investigar as circunstâncias ligadas à morte, violando também as regras do devido processo legal (CtIDH, 2011f, par. 93).

Entre as medidas de reparação, tanto as vítimas quanto a CIDH solicitaram que se determinasse que o Estado investigasse e sancionasse todos os responsáveis pelas violações narradas no caso. Contudo, a própria Comissão havia indicado na demanda que a ação penal relativa à morte do Sr. Vera Vera já estava prescrita mas, valendo-se dos diversos precedentes nos quais a Corte defendeu que nenhum obstáculo interno à persecução penal pode ser aceito, indicou que todos os responsáveis, inclusive os funcionários que contribuíram para a denegação da justiça por ação ou omissão, fossem punidos. Para justificar sua posição, a CIDH, afirmou que a desconsideração da prescrição

tem sido aplicada a diversos tipos de casos, não apenas aos crimes contra a humanidade, considerados imprescritíveis por tratados internacionais:

un análisis integral de los pronunciamientos del Tribunal sobre la materia permite concluir que en el ámbito del sistema interamericano la exclusión de la figura de prescripción ha ido más allá de los supuestos de imprescriptibilidad consagrados en otros tratados internacionales, otorgando mayor relevancia, en ciertos casos, a los derechos de las víctimas o sus familiares a conocer la verdad de lo sucedido y a obtener justicia y reparación (CtIDH, 2011f, par. 114).

A Corte, de forma inédita, expressamente determinou que não seria possível afastar a prescrição da ação penal. Refutando a posição da Comissão, alegou que a prescrição vinha sendo afastada apenas em casos de graves violações de direitos humanos, como tortura, desaparecimento forçado e execução extrajudicial. No caso Albán Cornejo, por exemplo, fática e juridicamente muito próximo ao Vera Vera, a improcedência da prescrição não fora declarada. Contudo, se naquele caso a Corte não justificara o porquê de rejeitar a demanda por familiares por responsabilidade criminal ainda que depois de prescrita a ação penal – deixando, simplesmente, de se manifestar sobre a alegação –, neste, a Corte procurou sugerir que existem elementos em comum entre todos os casos em que não foram aceitos mecanismos internos que impedisse o desenvolvimento das ações penais:

[E]n la jurisprudencia de la Corte, la improcedencia de la prescripción usualmente ha sido declarada por las peculiaridades en casos que involucran graves violaciones a derechos humanos, tales como la desaparición forzada de personas, la ejecución extrajudicial y tortura. En algunos de esos casos, las violaciones de derechos humanos ocurrieron en contextos de violaciones masivas y sistemáticas (CtIDH, 2011f, par. 117).

Prosseguindo, a Corte esclareceu que as graves violações de direitos humanos têm conotações e consequências próprias e que não podem ser confundidas com a gravidade inerente a qualquer violação de direitos humanos. Sem essa distinção, todo o caso que chegasse ao SIDH exigiria que a prescrição fosse desconsiderada, de modo que o instituto penal perderia a sua operacionalidade (CtIDH, 2011f, par. 218).

Esse novo esforço da Corte por estabelecer algum limite à persecução penal que a Corte pode ordenar em nome dos direitos humanos é um avanço de grande importância e que, imediatamente, oferece uma resposta aos críticos que diziam que a Corte estava tendente a desconsiderar os direitos do autor da violação de direitos humanos.

A despeito dos méritos da argumentação da Corte no caso Vera Vera, os paradoxos entre a defesa da aptidão da punição criminal para responder às violações de direitos humanos e a constatação empírica sobre os limites da sanção continuam no horizonte. O que ocorreu no caso Vera Vera foi o reconhecimento de que a prescrição, como um direito individual do réu, não pode ser afastada em toda e qualquer circunstância. Por isso mesmo, falta esclarecer de forma sistemática qual é o papel que a Corte atribui ao direito penal e como ela concebe o funcionamento de seus principais mecanismos. Aqui, retoma-se a questão já levantada: que tipo de sanção a Corte espera que seja aplicado ao responsável por graves e sistemáticas violações de direitos humanos? Um critério para avaliar a regularidade da persecução penal e da condenação é mesmo o sentimento de impunidade, como já foi sugerido?

Por fim, há que se ponderar que talvez o maior paradoxo seja justamente que a Corte que se atribui o papel de dizer o que é o direito venha se esquivando de esclarecer a racionalidade de seu próprio posicionamento e, talvez, de lançar novos paradigmas para uma região na qual os mecanismos de responsabilização criminal têm sido espaço propício para situações de arbítrio e de exercício da violência institucional.

6. Considerações finais

O dever de investigar e punir foi uma das primeiras inovações jurisprudenciais da Corte Interamericana de Direitos Humanos que, interpretando expansivamente o texto da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, definiu que as obrigações dos Estados incluíam o dever de prevenir as violações de direitos humanos, bem como investigar, processar e sancionar os indivíduos cujas condutas contrariassem os compromissos convencionais.

Acompanhar sentenças publicadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos ao longo de oito anos permitiu verificar que uma doutrina elaborada logo no primeiro caso contencioso tem mantido a sua relevância interpretativa. As mudanças sociais, políticas e institucionais que vêm ocorrendo nos países que aceitam a jurisdição da Corte modificaram o contexto ao qual o dever de investigar e punir se reporta, fazendo com que novas situações passassem a ser analisadas. Dos casos de desaparecimentos forçados ocorridos sob regimes ditatoriais que asseguravam que graves violações de direitos humanos permanecessem impunes, o dever de investigar e punir tornou-se um critério de apuração de responsabilidade da conduta de Estados democráticos cujos sistemas de justiça criminal eram incapazes de desmontar a totalidade de estruturas criminosas e, o mais importante, de incorporar grupos tradicionalmente marginalizados.

Este último aspecto é um dos principais para demonstrar a importância que a jurisprudência interamericana atribui ao direito penal para resguardar os direitos humanos. De fato, muitos dos casos recentes que tratam de demandas de grupos minoritários, principalmente mulheres e indígenas, tem trabalhado o tema da discriminação como um problema de desigualdade no acesso à justiça criminal.

Essa questão da persistência de um eixo já antigo para a discussão de novas demandas não pode ser vista, exclusivamente, como uma decorrência da atividade da Corte e de suas opções interpretativas. Como procuramos defender desde a introdução, a jurisprudência da Corte sofre influência decisiva das prioridades identificadas pela Comissão e também do modo como os próprios peticionários e representantes das vítimas interpretam as violações de direitos a que são submetidos. Na verdade, quando se comparam as posições da Corte, da Comissão e das vítimas nas quatro situações utilizadas

para classificar os casos estudados, observa-se como a posição desses três atores pode ser distinta:

Gráfico 7 – Posição da Comissão, das vítimas e da Corte nos casos contenciosos sobre questões penais

Especialmente em relação às reparações, são as vítimas as principais responsáveis por incluir elementos de penalização nos casos relativos a direitos humanos⁹³.

⁹³ Essa posição de destaque das vítimas na reivindicação de maior aplicação de medidas penais, a qual se materializa justamente nos pedidos de reparação, confirma o papel que Álvaro Pires atribui às vítimas de demandar punição em nome dos direitos humanos (2004).

Gráfico 8 – Defesa da imposição do dever de investigar e punir como medida de reparação

A persistência do uso do dever de investigar e punir como base para alegar a responsabilidade internacional dos Estados por violações de direitos humanos também conduz a uma reflexão sobre as estratégias de litigância no Sistema Interamericano que talvez estejam se cristalizando. Há alguns anos, James Cavallaro⁹⁴ tem dialogado com os autores que discutem a justiciabilidade dos direitos econômicos, sociais e culturais, defendendo que decisões de cortes internacionais sobre direitos ESC não são um fim em si mesmas, mas um meio para promover a justiça social, cujo sucesso depende bastante da articulação com outras formas de mobilização (CAVALLARO; BREWER, 2008b, p. 85). Considerando a relutância da Corte em reconhecer violações ao art. 26 da Convenção Americana, ele defende que pode ser mais eficiente introduzir estrategicamente reivindicações ligadas aos direitos ESC na estrutura das violações de direitos civis e políticos (CAVALLARO; SHAFFER, 2004-2005) do que defender a sua justiciabilidade direta, seja por meio da CADH ou do Protocolo de San Salvador.

Um exemplo utilizado por Cavallaro e que serve para ilustrar a articulação entre as demandas de grupos minoritários por meio do dever de investigar e o punir diz respeito à pressão por reforma agrária por parte dos trabalhadores sem-terra. Os advogados do movimento poderiam ter buscado responsabilizar o Brasil pelas evicções forçadas alegando o direito à habitação, mas, ao invés disso, a preferência foi por enfatizar os

⁹⁴ Recentemente eleito membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a qual passará a integrar a partir de 1º de janeiro de 2014, assim como Paulo Vannuchi.

conflitos envolvendo violência extrema, dando destaque às violações ao direito à vida (CAVALLARO; BREWER, 2008b, p.90).

Muitos dos casos da jurisprudência da Corte atestam a adesão à proposta de Cavallaro de centrar a mobilização nos direitos civis e políticos, sendo bons exemplos os casos indígenas sobre direito à propriedade (CtIDH, 2001c; 2005e; 2005f; 2006f; 2007j; 2010d; 2012d). De fato, ainda nos anos 1970, Walter Landry já sugerira que a Convenção Americana deu proeminência a alguns direitos em detrimento de outros, colocando no posto mais alto o direito à vida (1974-1975, p. 410). Estruturar demandas por justiça social utilizando casos emblemáticos de violência extrema parece, portanto, a estratégia mais condizente com o modo como os Estados decidiram assumir obrigações sobre o respeito aos direitos humanos nas Américas.

Seja em virtude da estrutura da Convenção Americana, de escolhas estratégias para se adaptar às tendências interpretativas da Corte Interamericana ou qualquer outra motivação, o fato é que o gráfico na página seguinte, que trabalha com todos os casos contenciosos julgados até 2009, não deixa dúvidas sobre o predomínio dos direitos civis na jurisprudência interamericana. Além do predomínio dos direitos civis, o gráfico também indica os três artigos que mais foram considerados violados: 1.1, 8º e 25, não por acaso a tríade de disposições que a Corte interpretou para identificar o dever dos Estados de prevenir, investigar e sancionar as violações de direitos humanos.

Cavallaro tem considerado que, em geral, essa estratégia tem funcionado (2008b) e uma evidência pode ser a crescente proteção ao meio ambiente, tanto por conta dos casos indígenas quanto pelo caso que tratou de assassinato de uma liderança do movimento ambiental (LIXINSKI, 2010, p.596; CtIDH, 2009f)⁹⁵. Por outro lado, se a estratégia para reivindicar tais direitos passa pela imposição de sanções criminais, então há a produção de um novo paradoxo: o desenvolvimento de novos direitos depende da articulação entre punição e direitos humanos, ou seja, de uma das mais severas restrições a direitos de outros indivíduos que é autorizada⁹⁶.

⁹⁵ O exemplo é bastante pertinente pelo fato, de apesar de o art. 11 Protocolo de San Salvador tratar do direito a um meio ambiente sadio, ele não pode ser objeto de petições individuais, conforme disciplina o art. 19 do mesmo tratado.

⁹⁶ Não se sugere aqui uma visão isolada e estática dos direitos, como se a mera invocação da “dignidade humana” resolvesse qualquer cenário complexo de interação entre direitos fundamentais. A própria Corte Interamericana reconhece que são poucos os direitos absolutos e costuma exercer o juízo de proporcionalidade, por exemplo, entre o direito à honra e à liberdade de expressão (CARVALHO RAMOS, 2013). Contudo, como a própria Corte reconhece, a justiça penal e a pena privativa de liberdade estão entre os instrumentos que mais profundamente restringem direitos dos indivíduos e também de seus familiares. Contudo, como se buscou demonstrar, o dever de investigar e punir em nenhum momento deriva de uma

Gráfico 9 – Artigos da CADH cuja violação foi reconhecida pela Corte IDH

ponderação específica entre os direitos das vítimas e do suposto réu. Sequer se discute se o direito penal é, de fato, adequado, no caso concreto, para responder às violações de direitos humanos.

Autores como Helena Singer (1998; 2003) e Álvaro Pires (2004) têm criticado que a luta pelos direitos humanos venha se restringindo ao tema da penalização que é, fundamentalmente, conservador, posto que seu objetivo é a manutenção da ordem. Os direitos humanos, por outro lado, deveriam ter um espírito emancipatório de transformação social. Além da diferença na vocação entre direito penal e direitos humanos, há o paradoxo entre o caráter de sofrimento inerente às sanções penais. Nessa linha, reivindicar sanções penais em nome dos direitos humanos seria como mobilizar os direitos humanos para pedir, em essência, menos direitos humanos (PIRES, 2004, p. 55).

Até mesmo sem considerar as condições carcerárias na América Latina, a Corte reconhece que o direito penal é o meio mais severo para responsabilizar condutas, que seu uso deve ser sempre em respeito ao princípio *ultima ratio* e que a imposição da pena privativa de liberdade sempre limita o gozo de outros direitos. Sendo assim, para além da incompatibilidade teórica entre direito penal e direitos humanos, fundamentar demandas no dever de investigar e punir, apenas por razões estratégicas, pode instrumentalizar a restrição de direitos de outras pessoas em nome de objetivos indiretos que podem, ou não, ser alcançados.

Ademais, quando se analisa o universo de casos desta pesquisa e verifica-se que entre 101 casos, apenas 19 não lidavam com a aplicação de medidas penais, fica evidente como independentemente das críticas de Pires e Singer, a jurisprudência da Corte Interamericana tem sido uma jurisprudência extremamente baseada na justiça criminal, podendo reforçar estereótipos, como o que existe no Brasil, de que direitos humanos são direitos de bandidos (CALDEIRA, 2010). É fato que a crítica de muitos brasileiros repousa na suposta maior dedicação dos direitos humanos àqueles considerados criminosos; todavia, a inversão que a jurisprudência da Corte promove ao olhar menos para as pessoas que já estão presas e mais para todas aquelas que, por alguma falha, ainda não estão, não faz com que a categoria dos “bandidos” deixe de ser um importante eixo de gravitação dos direitos humanos.

Este não é, porém, um diagnóstico fatalista, muito pelo contrário. A Corte pode promover uma mudança de paradigma e retirar o debate sobre direitos humanos do campo da punição a que ele está sendo confinado; nesse sentido, os casos analisados sugerem, inclusive, que esta mudança pode estar se iniciando. Sobre isso, podem ser invocadas duas evidências: (i) a inovação trazida pelo caso Vera Vera e (ii) a distribuição cronológica dos casos que, em virtude de seu tema, não foram analisados nesta pesquisa.

Sobre o caso Vera Vera, tratado no capítulo 5, ele representou o primeiro grande limite colocado pela Corte à imposição do dever de investigar e punir. Desafiando a afirmação da Comissão de que a jurisprudência interamericana consideraria a prescrição inaplicável em todos os casos de violações de direitos humanos, a Corte fundamentou sua posição com muito mais cuidado do que vinha fazendo em relação às medidas de reparação e definiu que nem todas as violações de direitos humanos reconhecidas pela Corte serão consideradas imprescritíveis e poderão ser objeto de processos criminais. Com isso, a dimensão penal não foi absolutamente retirada, mas foi minimizada a impressão de que quaisquer que fossem as circunstâncias do caso concreto, a Corte ordenaria que o Estado promovesse a persecução penal, sem que se aceitassem obstáculos legais internos.

Em relação à segunda evidência, a distribuição cronológica dos casos excluídos da pesquisa, a tabela seguinte revela com que frequência a Corte vem tratando de demandas alheias ao sistema de justiça criminal.

Tabela 2 – Distribuição cronológica dos casos que não satisfizeram o critério temático da pesquisa

Ano da sentença	Nº de casos excluídos
2003	0
2004	0
2005	2
2006	4
2007	2
2008	2
2009	2
2010	1
2011	6

Naturalmente, não se pode identificar aí uma tendência segura e irreversível de tratar novos desafios à proteção dos direitos humanos a partir de perspectivas que não incluam o dever de investigar e punir. Mas, desde de 2011, ao menos o direito das crianças tem passado por uma mudança de paradigmas no exato sentido de se afastar do debate sobre pena e punição.

Até 2011, os direitos das crianças eram tema de considerável relevância em alguns casos da Corte Interamericana, mas que costumavam tratá-las como mero objeto de proteção. As situações que levavam a Corte a apreciar os direitos da criança geralmente eram situações de irregularidade social, como detenções e abandono. Bons exemplos dessa linha são os casos Niños de la Calle (CtIDH, 1999b) e Instituto de Reeducción del Menor (CtIDH, 2004g), ambos trabalhados ao longo desta dissertação. Em 2012, a publicação de dois casos sugeriu uma mudança do paradigma da doutrina da situação irregular para a doutrina da proteção integral, ou seja, para a visão que considera as crianças como sujeitos de direito e que defende uma atuação permanente para garantir seus direitos e prevenir violações.

Os dois casos foram Atala Riffo y niñas vs Chile (CtIDH, 2012b) e Forneron y hija vs. Argentina (CtIDH, 2012c), e, sem tratar de justiça criminal, ambos expandiram os direitos atribuídos às crianças muito mais do que qualquer caso sobre crianças vítimas de violência extrema ou autoras de delito jamais tinha feito. É interessante a menção ao nome completo dos casos, pois ele revela um efeito prático dessa mudança de paradigmas: passando a reconhecer as crianças como sujeitos de direito, advogados da Corte, com o apoio de uma psiquiatra, buscaram, de forma inédita, conhecer a vontade das crianças em figurar como vítimas no processo (CtIDH, 2012b, par 67-71).

Com essa breve referência aos recentes casos sobre os direitos da criança, que retiraram o debate do âmbito da aplicação da sanção, pode-se verificar a possibilidade de a Corte Interamericana de Derechos Humanos promover mudanças paradigmáticas em sua jurisprudência, dando coerência e sistematicidade à sua visão sobre algum direito. É o que pode ser feito em relação ao dever de investigar e punir as violações de direitos humanos. A Corte já possui um farto discurso punitivo, resta agora esclarecer com clareza qual é a sua visão sobre o direito penal, isto é, falta a Corte exercer realmente o papel dizer o que é este direito.

Referências

ABRAMOVICH, Víctor. “From massive violations to structural patterns: new approaches and classic tensions in the inter-american human rights system”. In: *Sur – International Journal on Human Rights*, v.6, n.11, pp. 7-37, 2009.

_____. “Autonomía y subsidiariedad: el Sistema Interamericano de Derechos Humanos frente a los sistemas de justicia nacionales”, in: GARAVITO, César Rodríguez (coord.). *El derecho en América Latina: un mapa para el pensamiento jurídico del siglo XXI*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, pp. 211-230, 2011.

ALDANA-PINDELL, Raquel. “An Emerging Universality of Justiciable Victims’ Rights in the Criminal Process to Curtail Impunity for State-Sponsored Crimes”. In *Human Rights Quarterly*, 26, pp. 605-686, 2004.

ALVES, José Augusto Lindgren. *Arquitetura internacional dos Direitos Humanos*. São Paulo: FTD, 1997.

ANAYA, S. James; CAMPBELL, Maia S. “Gaining Legal Recognition of Indigenous Land Rights: The Story of the Awas Tingni Case in Nicaragua”. In: Hurwitz, Deena; Satterthwaite, Margaret e Ford, Douglas. *Human Rights Advocacy Stories*, Brand: Foundation Press, 2008.

BASCH, Fernando Felipe. “The doctrine of the inter-american court of human rights regarding state’s duty to punish human rights violations and its dangers”. In: *American University International Law Review*, 23, pp.195-229, 2007.

_____. et al. “The effectiveness of the Inter-American System of Human Rights Protection: a quantitative approach to its functioning and compliance with its decisions”. *Sur*, v.7, n.12, p.9-35, 2010.

BINDER, Christina. “The prohibition of amnesties by the Inter-American Court of Human Rights”. *German Law Journal*, v.12, n.5, p.1203-1230, 2011.

BOVINO, Alberto. “A atividade probatória perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos”. In: *SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos*, 3(2), pp. 61-83, 2005.

BUERGENTHAL, Thomas. “The Revised OAS Charter and the Protection of Human Rights”. In: *The American Journal of International Law*, vol. 69, n. 4, 1975, pp. 828-836

_____. “American and European Conventions on Human Rights: Similarities and Differences”. In: *American University Law Review*, 30, pp.155-166, 1981.

_____. “The normative and institutional evolution of international human rights”. In: *Human Rights Quarterly*, 19, pp. 703-723, 1997.

_____.; CASSELL, Douglass. “The Future of the Inter-American Human Rights System”. In MÉNDEZ, Juan; COX, Francisco (eds). *El Futuro del Sistema Interamericano de Derechos Humanos*, Instituto Interamericano de Derechos Humanos: Costa Rica, pp. 539-571, 1998.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. “Acceso a la justicia en el sistema interamericano”. In: *Revista IIDH – Instituto Interamericano de Derechos Humanos*, v. 37, pp. 52-83, 2003a.

_____. “The developing case law of the inter-american court of human rights”. In: *Human Rights Law Journal*, v. 3, pp. 1-26, 2003b.

CARVALHO RAMOS, André de. *Direitos Humanos em Juízo*. São Paulo: Max Limonad, 2001.

_____. “Mandados de Criminalização no Direito Internacional dos Direitos Humanos: Novos Paradigmas da Proteção das Vítimas de Violações de Direitos Humanos”, In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 62, pp. 9-55, set. – out. 2006.

_____. “A interpretação internacional dos direitos humanos: choque ou diálogo com o Supremo Tribunal Federal?”. In: BAPTISTA, Luis Olavo; FERRAZ JR., Tercio Sampaio (coords). *Novos Caminhos do Direito no Século XXI: Direito internacional, filosofia jurídica e política, dogmática jurídica e direitos fundamentais – uma homenagem a Celso Lafer*. Curitiba: Juruá Editora, pp. 282-313, 2012a.

_____. *Processo Internacional de Direitos Humanos*. 2ª ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2012b.

_____. *Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional*. 3ª Ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

CAVALLARO, James L; Schaffer, Emily J. “Less as More: Rethinking Supranational Litigation of Economic and Social Rights in the Americas”. In: *Hastings Law Journal*, 56, pp. 217-282, 2004-2005.

_____.; BREWER, Stephanie Erin. “Reevaluating regional human rights litigation in the twenty-first century: the case of the inter-american court”, *American Journal of International Law*, 102, pp. 768-827, 2008a.

_____. “O papel da litigância para a justiça social no Sistema Interamericano”. In: *SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos*, n. 8, pp. 85-99, jun. 2008b.

CIDH. Informe Anual (1985-1986), série L/V/II.68, doc. 8, rev.1, 26 set, 1986.

CIDH. Informe Anual 1994. OEA/Ser.L/V/II.88, 1995.

_____. Relatório sobre a situação dos Direitos Humanos no Brasil. OEA/Ser.L/V/II.97, Doc. 29 rev. 1, de 29 de setembro de 1997. Disponível em: <http://www.cidh.org/countryrep/Brasesp97/indice.htm>. (Último acesso: 05.02.2013).

_____. Maria da Penha Maia Fernandes vs. Brazil. Case 12.051, 16 abr. 2001.

_____. Regulamento Da Comissão Interamericana De Direitos Humanos, 2009.

_____. Medida Cautelar 382/10, Comunidades Indígenas da Bacia do Rio Xingu, Pará, Brasil, 2011.

_____. Informe Anual da Comissão Interamericana de Direitos Humanos 2011. OEA/Ser.L/V/II. Doc. 69, 30 diciembre 2011. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/docs/anual/2011/indice.asp>. (Último acesso: 23.01.2013).

_____. Informe Anual da Comissão Interamericana de Direitos Humanos 2012. OEA/Ser.L/V/II.147, Doc. 1, 5 marzo 2013. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/docs/anual/2012/indice.asp>>

CONTRERAS, Pablo. “National discretion and international deference in the restriction of human rights: a comparison between the jurisprudence of the European and the Inter-American Court of Human Rights”, In: *Northwestern Journal of Internacional Human Rights*, v. 11, n. 1, pp. 28-82, 2012.

COURTIS, Christian. “El juego de los juristas. Ensayo de caracterización de la investigación dogmática”. In: _____. *Observar la ley: Ensayos sobre metodología de la investigación jurídica*. Trotta, pp. 105-156, 2006.

CtIDH. Outros Tratados Objetos da Função Consultiva da Corte (Art. 64 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos), Opinião Consultiva, 24 set., série A, n.1, 1982.

_____. Proposta de Modificação da Constituição Política da Costa Rica relacionada à Naturalização, Opinião Consultiva, 19 jan., série A, n.4, 1984.

_____. Exigibilidade do Direito de Retificação ou Resposta (Art. 14.1, 1.1 e 2 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos), Opinião Consultiva, 29 ago., série A, n.7, 1986.

_____. O Habeas Corpus sob a Suspensão de Garantias (Arts. 27.2, 25.1 e 7.6 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos), Opinião Consultiva, 30 jan., série A, n.8, 1987a.

_____. Garantias Judiciais em Estados de Emergência (Art. 27.2, 25 e 8 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos), Opinião Consultiva, 06 out., série A, n.9, 1987b.

_____. Caso Velásquez Rodríguez vs. Honduras, Mérito, 29 jul., série C, n. 4, 1988.

_____. Caso Godínez Cruz vs. Honduras, Mérito, 20 jan., série C, n. 5, 1989a.

_____. Caso Fairén Garbi e Solís Corrales vs. Honduras, Mérito, 15 mar., série C, n. 6, 1989b.

_____. Caso Velásquez Rodríguez vs. Honduras, Reparações e Custas, 21 jul., série C, n. 7, 1989c.

_____. Exceções ao Esgotamento dos Recursos Internos (Arts. 46.1, 46.2 e 46.2.b da Convenção Americana sobre Direitos Humanos), Opinião Consultiva, 10 ago., série A, n.11, 1990.

_____. Compatibilidade de um Projeto de Lei com o Artigo 8.2.h da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, Opinião Consultiva, 06 dez., série A, n.12, 1991.

_____. Caso Aloeboetoe e outros vs. Suriname, Reparações e Custas, 10 set., série C, n. 15, 1993.

_____. Caso Genie Lacayo vs. Nicarágua, Exceções Preliminares, 27 jan., série C, n. 21, 1995.

_____. Caso Caballero Delgado e Santana vs. Colômbia, Reparações e Custas, 29 jan., série C, n. 31, 1997a.

_____. Certas Atribuições da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Opinião Consultiva, 16 jul., série A, n.13, 1997b.

_____. O Direito à Informação sobre a Assistência Consular no Marco das Garantias do Devido Processo Legal, Opinião Consultiva, 01 out., série A, n.16, 1999a.

_____. Caso de los “Niños de la Calle” (Villagrán Morales y otros) vs. Guatemala, Mérito, 19 de nov., série C, n. 63, 1999b.

_____. Caso “La última Tentación de Cristo” (Olmedo Bustos y otros) vs. Chile, Mérito, Reparações e Custas, 5 fev., Série C, n. 73, 2001a.

_____. Caso Barrios Altos vs. Peru, Mérito, 14 mar., série C, n. 75, 2001b.

_____. Caso da Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni vs. Nicarágua, Mérito, Reparações e Custas, 31 ago., série C, n. 79, 2001c.

_____. Caso Bámaca Velásquez vs. Guatemala, Reparações e Custas, 22 fev., série C, n. 91, 2002a.

_____. Caso Hilaire, Constantine y Benjamin e outros vs. Trinidad e Tobago, Mérito, Reparações e Custas, 21 jun., série C, n. 94, 2002b.

_____. Caso 'Cinco Pensionistas' vs. Peru, Mérito, Reparações e Custas, 28 fev., série C, n. 98, 2003a.

_____. Caso Juan Humberto Sánchez vs. Honduras, Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas, 07 jun., série C, n. 99, 2003b.

_____. Caso Bulacio Vs. Argentina, Mérito, Reparações e Custas, 18 de set., série C, n. 100, 2003c.

_____. Caso Myrna Mack Chang vs. Guatemala, Mérito, Reparações e Custas, 25 nov., série C, n. 101, 2003d.

_____. Caso Juan Humberto Sánchez vs. Honduras, Interpretação da Sentença de Exceção Preliminar, Mérito e Reparações, 26 nov., série C, n. 102, 2003e.

_____. Caso Maritza Urrutia vs. Guatemala, Mérito, Reparações e Custas, 27 nov., série C, n. 103, 2003f.

_____. Caso Massacre Plan de Sánchez vs. Guatemala, Mérito, 29 abr., série C, n. 105, 2004a.

_____. Caso Molina Theissen vs. Guatemala, Mérito, 04 mai., série C, n. 106, 2004b.

_____. Caso Herrera Ulloa vs. Costa Rica, Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas, 02 jul., série C, n. 107, 2004c.

_____. Caso Molina Theissen vs. Guatemala, Reparações e Custas, 03 jul., série C, n. 108, 2004d.

_____. Caso dos Hermanos Gómez Paquiyauri vs. Peru, Mérito, Reparações e Custas, 08 jul., série C, n. 110, 2004e.

_____. Caso Ricardo Canese vs. Paraguai, Mérito, Reparações e Custas, 31 ago., série C, n. 111, 2004f.

_____. Caso 'Instituto de Reeducação del Menor' vs. Paraguai, Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas, 02 set., série C, n. 112, 2004g.

_____. Caso Tibi vs. Equador, Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas, 07 set., série C, n. 114, 2004h.

_____. Caso da Cruz Flores vs. Peru, Mérito, Reparações e Custas, 18 nov., série C, n. 115, 2004i.

_____. Caso Massacre Plan de Sánchez vs. Guatemala, Reparações e Custas, 19 nov., série C, n. 116, 2004k.

_____. Caso Carpio Nicolle e outros vs. Guatemala, Mérito, Reparações e Custas, 22 nov., série C, n. 117, 2004l.

_____. Caso das Hermanas Serrano Cruz vs. El Salvador, Exceções Preliminares, 23 nov., série C, n. 118, 2004m.

_____. Caso Lori Berenson Mejía vs. Peru, Mérito, Reparações e Custas, 25 nov., série C, n. 119, 2004n.

_____. Caso das Hermanas Serrano Cruz vs. El Salvador, Mérito, Reparações e Custas, 01 mar., série C, n. 120, 2005a.

_____. Caso Huilca Tecse vs. Peru, Mérito, Reparações e Custas, 03 mar., série C, n. 121, 2005b.

_____. Caso da 'Massacre de Mapiripán' vs. Colômbia, Exceções preliminares, 07 mar., série C, n. 122, 2005c.

_____. Caso Caesar vs. Trinidad e Tobago, Mérito, Reparações e Custas, 11 mar., série C, n. 123, 2005d.

_____. Caso da Comunidade Moiwana vs. Suriname, Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas, 15 jun., série C, n. 124, 2005e.

_____. Caso Comunidade Indígena Yakye Axa vs. Paraguai, Mérito Reparações e Custas, 17 jun., série C, n. 125, 2005f.

_____. Caso Fermín Ramírez vs. Guatemala, Mérito, Reparações e Custas, 20 jun., série C, n. 126, 2005g.

_____. Caso Yatama vs. Nicarágua, Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas, 23 jun., série C, n. 127, 2005h.

_____. Caso Lori Berenson Mejía vs. Peru, Demanda de Interpretação da Sentença de Mérito e Reparações e Custas, 23 jun., série C, n. 128, 2005i.

_____. Caso Acosta Calderón vs. Equador, Mérito, Reparações e Custas, 24 jun., série C, n. 129, 2005j.

_____. Caso das Niñas Yean e Bosico vs. República Dominicana, Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas, 08 set., série C, n. 130, 2005k.

_____. Caso Gutiérrez Soler vs. Colômbia, Mérito, Reparações e Custas, 12 set., série C, n. 132, 2005l.

_____. Caso Raxcacó Reyes vs. Guatemala, Mérito, Reparações e Custas, 15 set., série C, n. 133, 2005m.

_____. Caso da 'Massacre de Mapiripán vs. Colômbia, Mérito, Reparações e Custas, 15 set., série C, n. 134, 2005n.

_____. Caso da Penitenciária Urso Branco, no Brasil, Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos, 21 set., 2005o.

_____. Caso das Crianças e Adolescentes Privados de Liberdade no "Complexo do Tatuapé" da Febem, no Brasil, Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos, 17 nov., 2005p.

_____. Caso Palamara Iribarne vs. Chile, Mérito, Reparações e Custas, 22 nov., série C, n. 135, 2005q.

_____. Caso Gómez Palomino vs. Peru, Mérito, Reparações e Custas, 22 nov., série C, n. 136, 2005r.

_____. Caso García Asto e Ramírez Rojas vs. Peru, Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas, 25 nov., série C, n. 137, 2005s.

_____. Caso Blanco Romero e outros vs. Venezuela, Mérito, Reparações e Custas, 28 nov., série C, n. 138, 2005t.

_____. Caso Ximenes Lopes vs. Brasil, Exceção Preliminar, 30 nov., série C, n. 139, 2005u.

_____. Caso do Massacre de Pueblo Bello vs. Colômbia, Mérito, Reparações e Custas, 31 jan., série C, n. 140, 2006a.

_____. Caso López Álvarez vs. Honduras, Mérito, Reparações e Custas, 01 fev., série C, n. 141, 2006b.

_____. Caso Raxcacó Reyes vs. Guatemala, Interpretação da Sentença de Mérito, Reparações e Custas, 06 fev., série C, n. 143, 2006c.

_____. Caso Acevedo Jaramillo e outros vs. Peru, Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas, 07 fev., série C, n. 144, 2006d.

_____. Caso da Comunidade Moiwana vs. Suriname, Interpretação da Sentença de Mérito, Reparações e Custas, 08 fev., série C, n. 145, 2006e.

_____. Caso Comunidade Indígena Sawhoyamaya vs. Paraguai, Mérito, Reparações e Custas, 29 mar., série C, n. 146, 2006f.

_____. Caso Baldeón García vs. Peru, Mérito, Reparações e Custas, 06 abr., série C, n. 147, 2006g.

_____. Caso dos Massacres de Ituango vs. Colômbia, Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas, 01 jul., série C, n. 148, 2006h.

_____. Caso Ximenes Lopes vs. Brasil, Mérito, Reparações e Custas, 04 jul., série C, n. 149, 2006i.

_____. Caso Montero Aranguren e outros (Retén de Catia) vs. Venezuela, Mérito, Reparações e Custas, 05 jul., série C, n. 150, 2006j.

_____. Caso das Pessoas Privadas de Liberdade na Penitenciária "Dr. Sebastião Martins Silveira" em Araraquara, São Paulo, Brasil, Resolução do Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, 28 jul., 2006k.

_____. Caso Claude Reyes e outros vs. Chile, Mérito, Reparações e Custas, 19 set., série C, n. 151, 2006l.

_____. Caso Servellón García e outros vs. Honduras, Mérito, Reparações e Custas, 21 set., série C, n. 152, 2006m.

_____. Caso Goiburú e outros vs. Paraguai, Mérito, Reparações e Custas, 22 set., série C, n. 153, 2006n.

_____. Caso Almonacid Arellano e outros vs. Chile, Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas, 26 set., série C, n. 154, 2006o.

_____. Caso Vargas Areco vs. Paraguai, Mérito, Reparações e Custas, 26 set., série C, n. 155, 2006p.

_____. Caso Trabalhadores Cassados do Congresso (Aguado Alfaro e outros) vs. Peru, Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas, 24 nov., série C, n. 158, 2006q.

_____. Caso do Massacre de Pueblo Bello vs. Colômbia, Interpretação da Sentença de Mérito, Reparações e Custas, 25 nov., série C, n. 159, 2006r.

_____. Caso del Penal Miguel Castro Castro vs. Peru, Mérito, Reparações e Custas, 25 nov., série C, n. 160, 2006s.

_____. Caso Nogueira de Carvalho e outro vs. Brasil, Exceções Preliminares e Mérito, 28 nov., série C, n. 161, 2006t.

_____. Caso La Cantuta vs. Peru, Mérito, Reparações e Custas, 29 nov., série C, n. 162, 2006u.

_____. Caso do Massacre da Rochela vs. Colômbia, Mérito, Reparações e Custas, 11 mai., série C, n. 163, 2007a.

_____. Caso Bueno Alves vs. Argentina, Mérito, Reparações e Custas, 11 mai., série C, n. 164, 2007b.

_____. Caso Escué Zapata vs. Colômbia, Mérito, Reparações e Custas, 04 jul., série C, n. 165, 2007c.

_____. Caso Zambrano Vélez e outros vs. Equador, Mérito, Reparações e Custas, 04 jul., série C, n. 166, 2007d.

_____. Caso Cantoral Huamaní e García Santa Cruz vs. Peru, Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas, 10 jul., série C, n. 167, 2007e.

_____. Caso García Prieto e outros vs. El Salvador, Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas, 20 nov., série C, n. 168, 2007f.

_____. Caso Boyce et al. vs. Barbados, Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas, 20 nov., série C, n. 169, 2007g.

_____. Caso Chaparro Álvarez e Lapo Íñiguez. vs. Equador, Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas, 21 nov., série C, n. 170, 2007h.

_____. Caso Albán Cornejo e outros. vs. Equador, Mérito Reparações e Custas, 22 nov., série C, n. 171, 2007i.

_____. Caso del Pueblo Saramaka. vs. Suriname, Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas, 28 nov., série C, n. 172, 2007j.

_____. Caso La Cantuta vs. Peru, Interpretação da Sentença de Mérito, Reparações e Custas, 30 nov., série C, n. 173, 2007k.

_____. Caso do Massacre da Rochela vs. Colômbia, Interpretação da Sentença de Mérito, Reparações e Custas, 28 jan., série C, n. 175, 2008a.

_____. Caso Cantoral Huamaní e García Santa Cruz vs. Peru, Interpretação da Sentença de Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas, 28 jan., série C, n. 176, 2008b.

_____. Caso Kimel vs. Argentina, Mérito, Reparações e Custas, 02 mai., série C, n. 177, 2008c.

_____. Caso Escué Zapata vs. Colômbia, Interpretação da sentença de mérito, reparações e custas, 05 mai., série C, n. 178, 2008d.

_____. Caso Salvador Chiriboga vs. Ecuador, Exceções preliminares e mérito, 06 mai., série C, n. 179, 2008e.

_____. Caso Yvon Neptune vs. Haiti, Mérito, reparações e custas, 06 mai., série C, n. 180, 2008f.

_____. Caso del Penal Miguel Castro Castro vs. Peru, Interpretação da sentença de mérito, reparações e custas, 02 ago., série C, n. 181, 2008g.

_____. Caso Apitz Barbera e outros ('Corte Primeira do Contencioso Administrativo') vs. Venezuela, Exceções preliminares, mérito, reparações e custas, 05 ago., série C, n. 182, 2008h.

_____. Caso Albán Cornejo e outros vs. Ecuador, Interpretação de sentença de mérito, reparações e custas, 05 ago., série C, n. 183, 2008i.

_____. Caso Heliodoro Portugal vs. Panamá, Exceções preliminares, mérito, reparações e custas, 12 ago., série C, n. 186, 2008j.

_____. Caso Bayarri vs. Argentina, Exceções preliminares, mérito, reparações e custas, 30 out., série C, n. 187, 2008k.

_____. Caso García Prieto e outros vs. El Salvador, Interpretação da sentença de exceções preliminares, mérito, reparações e custas, 24 nov., série C, n. 188, 2008l.

_____. Caso Chaparro Álvarez e Lapo Íñiguez vs. Ecuador, Interpretação da sentença de exceções preliminares, mérito, reparações e custas, 26 nov., série C, n. 189, 2008m.

_____. Caso Tiu Tojín vs. Guatemala, Mérito, Reparaciones e Custas, 26 nov., série C, n. 190, 2008n.

_____. Caso Ticona Estrada e outros vs. Bolivia, Mérito, Reparaciones e Custas, 27 nov., série C, n. 191, 2008o.

_____. Caso Valle Jaramillo e outros vs. Colômbia, Mérito, Reparações e Custas, 27 nov., série C, n. 192, 2008p.

_____. Regulamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2009a.

_____. Relatório Anual da Corte Interamericana de Direitos Humanos 2008, 2009b.

_____. Caso Tristán Donoso vs. Panamá, Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas, 27 jan., série C, n. 193, 2009c.

_____. Caso Ríos e outros vs. Venezuela, Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas, 28 jan., série C, n. 194, 2009d.

_____. Caso Perozo e outros vs. Venezuela, Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas, 28 jan., série C, n. 195, 2009e.

_____. Caso Kawas Fernández vs. Honduras, Mérito Reparações e Custas, 03 fev., série C, n. 196, 2009f.

_____. Caso Acevedo Buendía e outros vs. Peru, Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas, 01 jul., série C, n. 198, 2009g.

_____. Caso Ticona Estrada e outros vs. Bolívia, Interpretação da Sentença de Mérito, Reparações e Custas, 01 jul., série C, n. 199, 2009h.

_____. Caso Escher e outros vs. Brasil, Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas, 06 jul., série C, n. 200, 2009i.

_____. Caso Valle Jaramillo e outros vs. Colômbia, Interpretação da Sentença de Mérito, Reparações e Custas, 07 jul., série C, n. 201, 2009j.

_____. Caso Anzualdo Castro vs. Peru, Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas, 22 set., série C, n. 202, 2009k.

_____. Caso Garibaldi vs. Brasil, Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas, 23 set., série C, n. 203, 2009l.

_____. Caso Dacosta Cadogan vs. Barbados, Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas, 24 set., série C, n. 204, 2009m.

_____. Caso González e outras (Campo Algodoeiro) vs. México, Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas, 16 nov., série C, n. 205, 2009n.

_____. Caso Barreto Leiva vs. Venezuela, Mérito Reparações e Custas, 17 nov., série C, n. 206, 2009o.

_____. Caso Usón Ramírez vs. Venezuela, Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas, 20 nov., série C, n. 207, 2009p.

_____. Caso Escher e outros vs. Brasil, Interpretação da Sentença de Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas, 20 nov., série C, n. 208, 2009q.

_____. Caso Radilla Pacheco vs. México, Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas, 23 nov., série C, n. 209, 2009r.

_____. Caso do Massacre das Dois Erres vs. Guatemala, Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas, 24 nov., série C, n. 211, 2009s.

_____. Relatório Anual da Corte Interamericana de Direitos Humanos 2009, 2010a.

_____. Caso Chitay Nech e outros vs. Guatemala, Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas, 25 mai., série C, n. 212, 2010b.

_____. Caso Manuel Cepeda Vargas vs. Colômbia, Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas, 26 mai., série C, n. 213, 2010c.

_____. Caso Comunidade Indígena Xákmok Kásek vs. Paraguai, Mérito Reparações e Custas, 24 ago., série C, n. 214, 2010d.

_____. Caso Fernández Ortega e outros vs. México, Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas, 30 ago., série C, n. 215, 2010e.

_____. Caso Rosendo Cantú e outra vs. México, Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas, 31 ago., série C, n. 216, 2010f.

_____. Caso Ibsen Cárdenas e Ibsen Peña vs. Bolívia, Mérito, Reparações e Custas, 01 set., série C, n. 217, 2010g.

_____. Caso Vélez Lóor vs. Panamá, Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas, 23 nov., série C, n. 218, 2010h.

_____. Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil, Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas, 24 nov., série C, n. 219, 2010i.

_____. Caso Cabrera García e Montiel Flores vs. México, Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas, 26 nov., série C, n. 220, 2010j.

_____. Relatório Anual da Corte Interamericana de Direitos Humanos 2010, 2011a.

_____. Caso Gelman vs. Uruguai, Mérito e Reparações, 24 fev., série C, n. 221, 2011b.

_____. Assunto da Unidade de Integração Socioeducativa, no Brasil, Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos, 25 fev., 2011c.

_____. Caso Fernández Ortega e outros vs. México, Interpretação de Sentença de Exceção Preliminar, 15 mai., série C, n. 224, 2011d.

_____. Caso Rosendo Cantú e outras vs. México, Interpretação de Sentença de Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas, 15 mai., série C, n. 225, 2011e.

_____. Caso Vera Vera e outros vs. Equador, Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas, 19 mai., série C, n. 226, 2011f.

_____. Caso Torres Millacura e outros vs. Argentina, Mérito, Reparações e Custas, 26 ago., série C, n. 229, 2011g.

_____. Caso Contreras e outros vs. El Salvador, Mérito, Reparações e Custas, 31 ago., série C, n. 232, 2011h.

_____. Caso López Mendonza vs. Venezuela, Mérito, Reparações e Custas, 01 set., série C, n. 233, 2011i.

_____. Caso Fontevecchia y D'Amico vs. Argentina, Reparaciones e Custas, 29 nov., série C, n. 238, 2011j.

_____. Relatório Anual da Corte Interamericana de Derechos Humanos 2011, 2012a.

_____. Caso Atala Riffo e Meninas vs. Chile, Mérito, Reparaciones e Custas, 24 fev., série C, n. 239, 2012b.

_____. Caso Forneron e Filha vs. Argentina, Mérito, Reparaciones e Custas, 27 abr., série C, n. 242, 2012c.

_____. Caso do Povo Indígena Kichwa de Sarayaku vs. Equador, Mérito e Reparaciones, 27 jun., série C, n. 245, 2012d.

_____. Caso Artavia Murillo e outros (Fertilização in vitro) vs. Costa Rica, Exceções Preliminares, Mérito, Reparaciones e Custas, 28 nov., série C, n. 257, 2012e.

_____. Relatório Anual da Corte Interamericana de Derechos Humanos 2012, 2013.

DA CRUZ LIMA, Raquel. A emergência da responsabilidade criminal individual no Sistema Interamericano de Derechos Humanos. *Lua Nova* [online], n.86, pp. 187-220, 2012.

DONNELLY, Jack. *International Human Rights: dilemmas in world politics*. Third Edition. Colorado: Westview Press, 2007.

FARER, Tom. "The Rise of the Inter-American Human Rights Regime: No Longer a Unicorn, Not Yet an Ox". In: *Human Rights Quarterly*, 19, pp. 510 to 546, 1997.

FROST, Lynda E. "The evolution of the Inter-American Court of Human Rights: Reflections of Present and Former Judges". In: *Human Rights Quarterly*, v. 14, pp. 171-205, 1992.

FORSYTHE, David. "Human Rights, the United States and the Organization of American States". In: *Human Rights Quarterly*, v. 13, pp. 66-98, 1991.

GARCÍA, Eduardo Meier. “Medidas contra la impunidad en el contexto de la violència de género”. In: *Revista IIDH – Instituto Interamericano de Derechos Humanos*, v.53, pp. 102-140, 2011.

GOLDMAN, Roberto K. “History and Action: The Inter-american human rights system and the role of the inter-american commission on human rights”. In: *Human Rights Quarterly*, v. 31, pp. 856-887, 2009.

GOMES, Luis Flávio; PIOVESAN, Flávia (orgs.), *O Sistema Interamericano de proteção dos Direitos Humanos e o Direito Brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

GONZÁLEZ, Felipe. “The experience of the inter-american human rights system”. In: *Victoria University Wellington Law Review*, v. 40, pp. 103-125, 2009-2010.

GROSSMAN, Claudio. La libertad de expresión en el sistema interamericano de protección de los derechos humanos. *Revista IIDH – Instituto Interamericano de Derechos Humanos*, v. 46, p. 157-191, 2007.

HANASHIRO, Olaya Sílvia Machado Portella, *O sistema interamericano de proteção aos Direitos Humanos*. São Paulo: Edusp, 2001.

HEYNS, Christof; PADILLA, David & ZWAAK, Leo. 2006. “Comparação esquemática dos sistemas regionais de Direitos Humanos: uma atualização”. In *SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos*, 4(3), pp. 161-169, 2006.

HUNEEUS, Alexandra. “International Criminal Law by Other Means: The Quasi-criminal Jurisdiction of the Human Rights Courts”. In: *The American Journal of International Law*, v. 107, n. 1, pp. 1-44, jan. 2013a.

_____. “Rejecting the Inter-American Court: Judicialization, National Courts, and Regional Human Rights”. In COUSO, Javier; HUNEEUS, Alexandra; SIEDER, Rachel (Eds). *Cultures of Legality: Judicialization and Political Activism in Latin America*, Cambridge University Press, pp. 112-138, 2013b. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1911383>>.

LANDRY, Walter J. “The ideals and potential of the American Convention on Human Rights”. In: *Human Rights*, v. 4, pp. 395-412, 1974-1975.

LIXINSKI, Lucas. “Treaty interpretation by the Inter-American Court of Human Rights: expansionism at the service of the unity of international law”. In: *The European Journal of International Law*, v. 21, n.3, pp.585-604, 2010.

LUTZ, Ellen; SIKKINK, Kathryn. "The justice cascade: the evolution and impact of foreign human rights trials in Latin America", *Chicago Journal of International Law*, v. 2, n.1, pp.1-34, 2001.

MALARINO, Ezequiel. Activismo judicial, punitivización y nacionalización. Tendencias antidemocráticas y antiliberales de la Corte Interamericana de Derechos Humanos. In: *Sistema Interamericano de Protección de los Derechos Humanos y Derecho Penal Internacional*, pp. 25-61, 2010.

MANGER, William. "Reform of the OAS: The 1967 Buenos Aires Protocol of Amendment to the 1948 Charter of Bogotá: An Appraisal". In: *Journal of Inter-American Studies*, vol. 10, n. 1, pp. 1-14, jan. 1968.

MARTIN, Claudia. "Catching up with the past: recent decision of the Inter-American Court of Human Rights addressing gross human rights violations perpetrated during the 1970-1980s". In: *Human Rights Law Review*, v. 7, n. 4, pp. 774-792, 2007.

MEDINA QUIROGA, Cecilia. "The Inter-American Commission on Human Rights and the Inter-American Court of Human Rights: Reflections of a Joint Venture". In: *Human Rights Quarterly*, v. 12, p. 439-464, 1990.

NEUMAN, Gerald L. "Import, export, and regional consent in the Inter-American Court of Human Rights". In: *The European Journal of International Law*, v. 19, n.1, pp.101-123, p. 2008.

NIKKEN, Pedro. El sedicente "fortalecimiento" del Sistema Interamericano de Derechos Humanos y sus dobles estándares frente a las obligaciones internacionales de los Estados americanos. *Revista IIDH – Instituto Interamericano de Derechos Humanos*, n. 56, p. 73-137, 2012.

OEA, Carta da Organização dos Estados Americanos, 1948.

_____. Convenção Americana sobre Direitos Humanos, 1969.

ONU, Vienna Declaration and Programme of Action, 1993.

PASQUALUCCI, Jo. "Advisory Practice of the Inter-American Court of Human Rights: Contributing to the Evolution of International Human Rights Law". In: *Stanford Journal of International Law*, v. 38, pp. 241-288, 2002.

_____. Interim measures in international human rights: evolution and harmonization. In: *Vanderbilt Journal of Transnational Law*, v. 38, n.1, pp. 1-49, Jan. 2005.

_____. "The evolution of international indigenous rights in the Inter-American Human Rights System". In: *Human Rights Law Review*, 6, 2, pp. 281-322, 2006a.

_____. "Criminal defamation and the evolution of the doctrine of freedom of expression in international law". In: *Vanderbilt Journal of Transnational Law*, v. 39, pp. 379-434, 2006b.

_____. *The practice and procedure of the Inter-American Court of Human Rights*. 2ª Edição. New York, NY: Cambridge University Press, 2013.

PASTOR, Daniel. "La deriva neopunitivista de organismos y activistas como causa del prestigio actual de los derechos humanos," *Nueva Doctrina Penal*, 73-114, 2005.

PARRA VERA, Oscar. "La jurisprudencia de la Corte Interamericana respecto a la lucha contra la impunidad: algunos avances y debates". *Revista Jurídica de la Universidad de Palermo*, v. 13, n. 1, p. 5-50, 2012.

PIRES, Álvaro. "A racionalidade penal moderna, o público e os direitos humanos". In: *Novos Estudos*, n. 68, pp. 39-60, mar. 2004.

RODRÍGUEZ RESCIA, Víctor. *El Sistema Interamericano de Protección de Derechos Humanos*, 1997. Disponível em: <http://www.iidh.ed.cr/documentos/HerrPed/pedagogicaspecializado/sistema%20idh.htm>.

_____. *Las sentencias de la Corte Interamericana de Derechos Humanos: guía modelo para su lectura y análisis*. IIDH: San Jose, 2009.

ROHT-ARRIAZA, Naomi. "State responsibility to investigate and prosecute grave human rights violations in international law". In: *California Law Review*, v. 78, pp. 449-514, 1990.

RUIZ-CHIRIBOGA, Oswaldo R. "Is Ecuador that wrong? Analyzing the Ecuadorian proposals concerning the special rapporteurship on freedom of expression". In: *Human Rights Brief*, v. 20, n. 2, pp. 26-33, 2013.

SANDIFER, Durward V. "Human Rights in the Inter-American System". In: *Howard Law Journal*, vol. 11, pp. 508-526, 1965.

SCHÖNSTEINER, Judith; BELTRÁN Y PUGA, Alma; LOVERA, Domingo A. "Reflections on human rights challenges of consolidating democracies: recent developments in the Inter-American System of Human Rights". In: *Human Rights Law Review*, v. 11, n. 2, pp. 362-389, 2011.

SHAVER, Lea. "The inter-american human rights system: an effective institution for regional rights protection?". In: *Washington University Global Studies Law Review*, vol. 9, pp. 639-676, 2010.

SIKKINK, Kathryn. *The Justice Cascade: how human rights prosecutions are changing world politics*. New York; London: W. W. Norton & Company, 2011.

_____; WALLING, Carrie Booth. "O impacto dos processos judiciais de direitos humanos na America Latina". In: Reis, Rossana. *Política de Direitos Humanos*. Editora Hucitec, 2010.

SINGER, Helena. "Direitos humanos e volúpia punitiva". In: *Revista USP*, n. 37, pp. 10-19, mar./mai 1998.

_____. *Discurso Desconcertados: linchamentos, punições e direitos humanos*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2003.

STEINER, Henry J; ALSTON, Philip. *International human rights in context: law, politics, morals: text and materials*. Second Edition, Oxford: Oxford University Press, 2000.

TANNER, Lauri R. "Interview with Judge Antônio A. Cançado Trindade, Inter-American Court of Human Rights". In: *Human Rights Quarterly*, vol. 31, N. 4, pp. 985-1005, nov. 2009.

TITTEMORE, Brian D. "Ending impunity in the Americas: the role of the inter-american human rights system in advancing accountability for serious crimes under international law". In: *Southwestern Journal of Law & Trade in the Americas*, v. 12, pp. 429-476, 2005-2006.

TRAMONTANA, Enzamaría. “Hacia la consolidación de la perspectiva de género en el Sistema Interamericano: avances y desafíos a la luz de la reciente jurisprudencia de la Corte de San José”. In: *Revista IIDH – Instituto Interamericano de Derechos Humanos*, n. 53, ene./jun. 2011.

VANNUCHI, Paulo; TIMPONI, Cristina. “El Sistema Interamericano de Derechos Humanos: Reformar para fortalecer”. In: *Foreign Affairs Latinoamérica*, v. 13, n. 3, pp.40-48, jul./set. 2013.

VENTURA ROBLES, Manuel E. “Impacto de las reparaciones ordenadas por la Corte Interamericana de Derechos Humanos y aportes a la justiciabilidad de los derechos económicos, sociales y culturales”. In: *Revista IIDH – Instituto Interamericano de Derechos Humanos* n. 56, pp. 139-156, 2012.

APÊNDICE I: Relação final dos casos analisados

	Caso	País	Tipo da Sentença	Ano
1	Caso “Cinco Pensionistas”	Peru	Mérito, reparações e custas	2003
2	Caso Juan Humberto Sánchez	Honduras	Exceções, mérito, reparação e custas	2003
			Interpretação de sentença de exceções, mérito e reparações	2003
3	Caso Myrna Mack Chang	Guatemala	Mérito, reparações e custas	2003
4	Caso Maritza Urrutia	Guatemala	Mérito, reparações e custas	2003
5	Caso Masacre Plan de Sánchez	Guatemala	Mérito	2004
			Reparações e custas	2004
6	Caso Molina Theissen	Guatemala	Mérito	2004
			Reparações e custas	2004
7	Caso Herrera Ulloa	Costa Rica	Exceções, mérito, reparações e custas	2004

8	Caso de los Hermanos Gómez Paquiyaauri	Peru	Mérito, reparações e custas	2004
9	Caso Ricardo Canese	Paraguai	Mérito, reparações e custas	2004
10	Caso “Instituto de Reeducação del Menor”	Paraguai	Exceções, mérito, reparações e custas	2004
11	Caso Tibi	Equador	Exceções, mérito, reparações e custas	2004
12	Caso De La Cruz Flores	Peru	Mérito	2004
13	Caso Carpio Nicolle y otros	Guatemala	Mérito, reparações e custas	2004
14	Caso Lori Berenson Mejía	Peru	Mérito, reparações e custas	2004
15	Caso de las Hermanas Serrano Cruz	El Salvador	Mérito, reparações e custas	2005
			Interpretação de sentença de mérito, reparações e custas	2005
16	Caso Huilca Tecse	Peru	Mérito, reparações e custas	2005
17	Caso Caesar	Trinidad e Tobago	Mérito, reparações e custas	2005
18	Caso de la Comunidad Moiwana	Suriname	Exceções, mérito, reparações e custas	2005

			Interpretação de sentença de mérito, reparações e custas	2006
19	Caso Fermín Ramírez	Guatemala	Mérito, reparações e custas	2005
20	Caso Acosta Calderón	Equador	Mérito, reparações e custas	2005
21	Caso Gutiérrez Soler	Colômbia	Mérito, reparações e custas	2005
22	Caso Raxcacó Reyes	Guatemala	Mérito, reparações e custas	2005
			Interpretação de sentença de mérito, reparações e custas	2006
23	Caso de la “Masacre de Mapiripán”	Colômbia	Mérito, reparações e custas	2005
24	Caso Palamara Iribarne	Chile	Mérito, reparações e custas	2005
25	Caso Gómez Palomino	Peru	Mérito, reparações e custas	2005
26	Caso García Asto y Ramírez Rojas	Peru	Exceção, mérito, reparações e custas	2005
27	Caso Blanco Romero y otros	Venezuela	Mérito, reparações e custas	2005
28	Caso de la Masacre de Pueblo Bello	Colômbia	Mérito, reparações e custas	2006

			Interpretação de sentença de mérito, reparações e custas	2006
29	Caso López Álvarez	Honduras	Mérito, reparações e custas	2006
30	Caso Baldeón García	Peru	Mérito, reparações e custas	2006
31	Caso de las Masacres de Ituango	Colômbia	Exceção, mérito, reparações e custas	2006
32	Caso Ximenes Lopes	Brasil	Mérito, reparações e custas	2006
33	Caso Montero Aranguren y otros (Retén de Catia)	Venezuela	Exceção, mérito, reparações e custas	2006
34	Caso Servellón García y otros	Honduras	Mérito, reparações e custas	2006
35	Caso Goiburú y otros	Paraguai	Mérito, reparações e custas	2006
36	Caso Almonacid Arellano y otros	Chile	Exceções, mérito, reparações e custas	2006
37	Caso Vargas Areco	Paraguai	Mérito, reparações e custas	2006
38	Caso del Penal Miguel Castro Castro	Peru	Mérito	2006
			Interpretação de sentença de mérito, reparações e custas	2008

39	Caso Nogueira de Carvalho y otro	Brasil	Exceções e mérito	2006
40	Caso La Cantuta	Peru	Mérito, reparações e custas	2006
41	Caso de la Masacre de La Rochela	Colômbia	Mérito, reparações e custas	2007
			Interpretação de sentença de mérito, reparações e custas	2008
42	Caso Bueno Alves	Argentina	Mérito, reparações e custas	2007
43	Caso Escué Zapata	Colômbia	Mérito, reparações e custas	2007
			Interpretação de sentença de mérito, reparações e custas	2008
44	Caso Zambrano Vélez y otros	Equador	Mérito, reparações e custas	2007
45	Caso Cantoral Huamaní y García Santa Cruz	Peru	Exceção, mérito, reparações e custas	2007
			Interpretação de sentença de exceção, mérito, reparações e custas	2008
46	Caso García Prieto y otro	El Salvador	Exceções, mérito, reparações e custas	2007

			Interpretação de sentença de exceções, mérito e reparações	2008
47	Caso Boyce y otros	Barbados	Exceção, mérito, reparações e custas	2007
48	Caso Chaparro Álvarez y Lapo Íñiguez	Equador	Exceções, mérito, reparações e custas	2007
			Interpretação de sentença de exceções, mérito e reparações	2008
49	Caso Albán Cornejo y otros	Equador	Mérito, reparações e custas	2007
			Interpretação de sentença de mérito, reparações e custas	2008
50	Caso Kimel	Argentina	Mérito, reparações e custas	2008
51	Caso Yvon Neptune	Haiti	Mérito, reparações e custas	2008
52	Caso Heliodoro Portugal	Panamá	Exceções, mérito, reparações e custas	2008
53	Caso Bayarri	Argentina	Exceção, mérito, reparações e custas	2008
54	Caso Tiu Tojín	Guatemala	Mérito, reparações e custas	2008

55	Caso Ticona Estrada y otros	Bolívia	Mérito, reparações e custas	2008
			Interpretação de sentença de mérito, reparações e custas	2009
56	Caso Valle Jaramillo y otros	Colômbia	Mérito, reparações e custas	2008
			Interpretação de sentença de exceções, mérito, reparações e custas	2009
57	Caso Tristán Donoso	Panamá	Exceção, mérito, reparações e custas	2009
58	Caso Ríos y otros	Venezuela	Exceções, mérito, reparações e custas	2009
59	Caso Perozo y otros	Venezuela	Exceções, mérito, reparações e custas	2009
60	Caso Kawas Fernández	Honduras	Mérito, reparações e custas	2009
61	Caso Escher e outros	Brasil	Exceções, mérito, reparações e custas	2009
			Interpretação de sentença de exceções, mérito, reparações e custas	2009
62	Caso Anzualdo Castro	Peru	Exceção, mérito, reparações e custas	2009

63	Caso Garibaldi	Brasil	Exceções, mérito, reparações e custas	2009
64	Caso Dacosta Cadogan	Barbados	Exceções, mérito, reparações e custas	2009
65	Caso González y otras ("Campo Algodonero")	México	Exceção, mérito, reparações e custas	2009
66	Caso Barreto Leiva	Venezuela	Mérito, reparações e custas	2009
67	Caso Usón Ramírez	Venezuela	Exceção, mérito, reparações e custas	2009
68	Caso Radilla Pacheco	México	Exceções, mérito, reparações e custas	2009
69	Caso de la Masacre de Las dos Erres	Guatemala	Exceção, mérito, reparações e custas	2009
70	Caso Manuel Cepeda Vargas	Colômbia	Exceções, mérito, reparações e custas	2010
71	Caso Chitay Nech y otros	Guatemala	Exceções, mérito, reparações e custas	2010
72	Caso Fernández Ortega y otros	México	Exceção, mérito, reparações e custas	2010
			Interpretação de sentença de exceção, mérito, reparações e custas	2011
73	Caso Rosendo Cantú y otra	México	Exceção, mérito, reparações e custas	2010

			Interpretação de sentença de exceção, mérito, reparações e custas	2011
74	Caso Ibsen Cárdenas e Ibsen Peña	Bolívia	Mérito, reparações e custas	2010
75	Caso Vélez Loor	Panamá	Exceções, mérito, reparações e custas	2010
76	Caso Gomes Lund y otros (Guerrilha do Araguaia)	Brasil	Exceções, mérito, reparações e custas	2010
77	Caso Cabrera García y Montiel Flores	México	Exceção, mérito, reparações e custas	2010
78	Caso Gelman	Uruguai	Mérito e reparações	2011
79	Caso Vera Vera y outra	Equador	Exceção, mérito, reparações e custas	2011
80	Caso Torres Millacura y otros	Argentina	Mérito, reparações e custas	2011
81	Caso Contreras y otros	El Salvador	Mérito, reparações e custas	2011
82	Caso López Mendoza	Venezuela	Mérito, reparações e custas	2011

APÊNDICE II: Exemplo de fichamento individual

Caso “Cinco Pensionistas” Vs. Perú

Sentencia de 28 de febrero de 2003

(Fondo, Reparaciones y Costas)

* Primeiro caso inteiramente tramitado sob a vigência do novo Regulamento

Artigos apresentados na demanda da CIDH: 21, 25 e 26, em relação a 1.1 e 2: “debido a la modificación en el régimen de pensiones que los señores Carlos Torres Benvenuto, Javier Mujica Ruiz-Huidobro, Guillermo Álvarez Hernández, Reymert Bartra Vásquez y Maximiliano Gamarra Ferreyra (en adelante “las presuntas víctimas”, “los cinco pensionistas” o “los pensionistas”) venían disfrutando conforme a la legislación peruana hasta 1992, y por el incumplimiento de las sentencias de la Corte Suprema de Justicia y del Tribunal Constitucional del Perú “que ordenaron a órganos del Estado peruano pagar a los pensionistas una pensión por un monto calculado de la manera establecida en la legislación vigente para el momento en que éstos comenzaron a disfrutar de un determinado régimen pensionario”. (§2)

Demandas da CIDH:

Compensação pelo dano moral;

cumprimento das sentenças judiciais relativas ao pagamento para as famílias do valor de suas pensões que deixaram de receber desde 1992;

que se continue pagando “monto nivelado” das pensões;

derrogação retroativa do art. 5 do Decreto-Lei N° 25791 de 92;

que Estado investigue os fatos e estabeleça responsabilidade pelas violações ocorridas no caso;

pagamento de custas e gastos.

Considerações da Corte:

1) Diminuição de pensão causada por lei (Decreto-Lei 25791) – a controvérsia relativa à caracterização dos parâmetros usados para recalcular a pensão como uma violação do art.

Pensão é direito adquirido? Corte se volta para o que já foi decidido pelo Tribunal Constitucional peruano (com base no art. 29b, da CADH), o qual protegeu o direito dos cinco pensionistas a receber pensão nos termos do Decreto-Lei 20530 como um direito adquirido.

Este direito adquirido pode sofrer restrições? A modificação da interpretação pelo Estado sobre o regime de pensão das vítimas só poderia ter ocorrido dentro de um procedimento administrativo com pleno respeito às garantias cabíveis, seguindo os parâmetros do art. 21 (Corte cita também o art 5º do PSS).

[além disso, quando o Estado realizou pagamentos devidos logo após a submissão do caso à Corte, reconheceu as pretensões das vítimas e da CIDH – ver. § 120]

2) Art. 25

Violado pela não execução de sentenças

“al no ejecutar las sentencias emitidas por la Sala de Derecho Constitucional y Social de la Corte Suprema de Justicia del Perú sino después de casi ocho años de dictadas éstas”. (§141)

Corte não aprecia (sequer comenta) violações ligadas às ações penais. Esta dimensão do art. 25 já não tinha sido acolhido pela própria CIDH, que porém admitira que a Corte poderia conhecer pelo *iura inovent curia* (§150, i)

3) Art. 26

§147, 148 “Los derechos económicos, sociales y culturales tienen una dimensión tanto individual como colectiva. Su desarrollo progresivo, sobre el cual ya se há pronunciado el Comité de Derechos Económicos, Sociales y Culturales de las Naciones Unidas¹⁵⁸, se debe medir, en el criterio de este Tribunal, en función de la creciente cobertura de los derechos económicos, sociales y culturales en general, y del derecho a la seguridad social y a la pensión en particular, sobre el conjunto de la población, teniendo presentes los imperativos de la equidad social, y no en función de las circunstancias de un muy limitado grupo de pensionistas no necesariamente representativos de la situación general prevaleciente.

148. Es evidente que esto último es lo que ocurre en el presente caso y por ello la Corte considera procedente desestimar la solicitud de pronunciamiento sobre el desarrollo progresivo de los derechos económicos, sociales y culturales en el Perú, em el marco de este caso”.

(mas vítimas haviam pedido até mesmo o estabelecimento de parâmetros para o art. 26)

4) Art. 8º

(solicitado pelos representantes das vítimas)

Por este ser o primeiro caso tramitado inteiramente sob o regimento que entrou em vigência em 07/2001, a Corte faz algumas considerações gerais sobre a possibilidade e apresentação de fatos novos/fatos supervenientes, além do princípio *iura inovat curiae*. Mas considera que faltam elementos probatórios para analisar essa alegação das vítimas.

5) Arts. 1.1 e 2

(Conclusão baseada no fato de outros direitos terem sido violados)

“166. La Corte nota que, como ya lo señaló en la presente Sentencia, el Estado violó los derechos humanos consagrados en los artículos 21 y 25 de la Convención, en perjuicio de los señores Carlos Torres Benvenuto, Javier Mujica Ruiz-Huidobro, Guillermo Álvarez Hernández, Maximiliano Gamarra Ferreyra, y Reymert Bartra Vásquez, por lo que incumplió con el deber general, establecido en el artículo 1.1 de la Convención, de respetar los derechos y libertades consagrados en la Convención y de garantizar su libre y pleno ejercicio.

167. La Corte observa que el Estado, al haberse abstenido de adoptar por un largo período de tiempo el conjunto de medidas necesarias para dar pleno cumplimiento a las sentencias de sus órganos judiciales y consecuentemente hacer efectivos los derechos consagrados en la Convención Americana (artículos 21 y 25), incumplió la obligación estipulada en el artículo 2 de dicho tratado.”

Reparações

CIDH: cumprimento das sentenças = pagamento dos valores pensionais não pagos desde 92, com juros, e pagamento do valor “nivelado” no futuro; compensação pelos danos sofridos; derrogação; custas

VÍTIMAS: beneficiários das reparações devem ser os cinco pensionistas e seus familiares, reestabelecimento da pensão nivelada; pagamento das diferenças de montante, dano material; dano moral; reconhecimento de responsabilidade, pedido de desculpas; criação de Grupo de Estudo sobre o tema; Dia Nacional da Dignidade do Pensionista; custas e gastos

Investigar e punir:

CIDH: Asimismo, solicitó al Tribunal que ordene al Perú que realice una investigación completa, imparcial y efectiva de los hechos, con el objeto de establecer responsabilidades

por el incumplimiento de las mencionadas sentencias dictadas por la Corte Suprema de Justicia y por el Tribunal Constitucional, “y que por la vía de los procesos penales, administrativos y de otra índole a que haya lugar, se apliquen a los responsables las sanciones pertinentes, adecuadas a la gravedad de las violaciones mencionadas”; (§169,c)

Víctimas: “como medida de satisfacción y garantía de no repetición, indicaron que el Estado debe realizar una investigación imparcial y eficaz, en la cual se sancione a los funcionarios de la SBS y del MEF responsables del prolongado incumplimiento de las sentencias. Agregaron que los procesos promovidos por las presuntas víctimas se encuentran paralizados;” (§170, h)

CORTE:

§ 179 La pretensión de que se lleve a cabo una investigación de manera imparcial y efectiva del prolongado incumplimiento de las sentencias judiciales es procedente, por lo que la Corte ordena que el Estado realice las investigaciones correspondientes y aplique las sanciones pertinentes a los responsables del desacato de las sentencias judiciales.

Sentença é forma de reparação per se

Consequências patrimoniais da violação do 21 devem ser apuradas por órgãos nacionais, nos termos da legislação interna

Reparação pelo dano imaterial de 3 mil dólares para cada um dos 5

Gastos e custas

APÊNDICE III: Modelo final da análise qualitativa da jurisprudência

Caso	Temas	Artigos Violados	Medidas de penalização	Onde aparece (mérito/reparação)	Quem alega	Argumentos	Obs
a	b	c	d	e	f	g	h
aa	bb	cc	dd	ee	ff	gg	hh

Exemplo de preenchimento

a. Caso “Cinco Pensionistas”

b. Alteração em cálculo de pensão, direito adquirido; Cumprimento de sentença

c. 1.1, 2, 21, 25 e 26 da CADH

d. Demanda por investigação e sanção (não necessariamente criminal) dos responsáveis pelo prolongamento no não cumprimento das sentenças

e. No mérito (quando a Corte não analisa as alegações feitas pelas vítimas) e nas reparações

f. Comissão, vítimas e Corte

g. Investigação é medida de satisfação e garantia de não repetição

h. –

aa. Lori Berenson Mejía

bb. Julgamento e condenação por tribunal militar sem rosto

cc. 5.1, 5.2, 5.6,; 9; 8.1, 8.2, 8.2b, c, d, e, h, 8,5; todos estes em relação ao 1.1; artigo 2.

dd. Forma de penalizar a conduta é violação

ee. Mérito e Reparação

ff. CIDH, vítimas e Corte no mérito; Vítimas na reparação

gg. Elaboração de tipos penais supõe a clara definição das condutas incrimináveis. Ambiguidade gera um campo de arbítrio que é especialmente indesejável quando se trata de estabelecer responsabilidade penal

hh. (i) Contexto de “combate a terrorismo”, (ii) violação do artigo 9 reconhecida para condenação por traição à pátria mas não para o delito de colaboração com terrorismo

APÊNDICE IV: Base de dados da análise quantitativa dos casos

	A			B			C			D		
	Causa de Resp			Reparação			Previsão Legal			Prisão		
	Vítimas	CIDH	Corte	Vítimas	CIDH	Corte	Vítimas	CIDH	Corte	Vítimas	CIDH	Corte
Caso “Cinco Pensionistas” Vs. Perú	S	N	N	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso Juan Humberto Sánchez Vs. Honduras	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso Myrna Mack Chang Vs. Guatemala	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso Maritza Urrutia Vs. Guatemala	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso Masacre Plan de Sánchez Vs. Guatemala	prejudicado (aceitação da responsabilidade de internacional)	prejudicado (aceitação da responsabilidade de internacional)	prejudicado (aceitação da responsabilidade de internacional)	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso Molina Theissen Vs. Guatemala	prejudicado (aceitação da responsabilidade de internacional)	prejudicado (aceitação da responsabilidade de internacional)	prejudicado (aceitação da responsabilidade de internacional)	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso Herrera Ulloa Vs. Costa Rica	N	N	N	N	N	N	S	S	S	N	N	N
Caso de los Hermanos Gómez Paquiyauri Vs. Perú	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso Ricardo Canese Vs. Paraguay	N	N	N	N	N	N	S	S	S	N	N	N
Caso “Instituto de Reeducación del Menor” Vs. Paraguay	N	N	N	S	S	N	N	N	N	S	S	S

	A			B			C			D		
	Causa de Resp			Reparação			Previsão Legal			Prisão		
Caso Tibi Vs. Ecuador	S	S	S	S	N	S	N	N	N	N	N	N
Caso De La Cruz Flores Vs. Perú	N	N	N	S	N	N	S	S	S	N	N	N
Caso Carpio Nicolle y otros Vs. Guatemala	prejudicado (aceitação da responsabilidade internacional)	prejudicado (aceitação da responsabilidade internacional)	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso Lori Berenson Mejía Vs. Perú	N	N	N	S	N	N	S	S	S	N	S	S
Caso de las Hermanas Serrano Cruz Vs. El Salvador	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso Huilca Tecse Vs. Perú	prejudicado (aceitação da responsabilidade internacional)	prejudicado (aceitação da responsabilidade internacional)	S	prejudicado (medidas negociadas)	prejudicado (medidas negociadas)	S	N	N	N	N	N	N
Caso Caesar Vs. Trinidad y Tobago	N	N	N	N	N	N	S	S	S	S	S	S
Caso de la Comunidad Moiwana Vs. Suriname	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso Fermín Ramírez Vs. Guatemala	N	N	N	N	N	N	S	N	S	S	N	S
Caso Acosta Calderón Vs. Ecuador	N	N	N	S	N	N	S	S	S	S	N	N
Caso Gutiérrez Soler Vs. Colombia	prejudicado (aceitação da responsabilidade internacional)	prejudicado (aceitação da responsabilidade internacional)	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso Raxcacó Reyes Vs. Guatemala	N	N	N	N	N	N	S	S	S	S	S	S
Caso de la “Masacre de Mapiripán” Vs. Colombia	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N

	A			B			C			D		
	Causa de Resp			Reparação			Previsão Legal			Prisão		
Caso Palamara Iribarne Vs. Chile	N	N	N	N	N	N	S	S	S	N	N	N
Caso Gómez Palomino Vs. Perú	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso García Asto y Ramírez Rojas Vs. Perú	N	N	N	S	N	N	S	S	N	S	S	S
Caso Blanco Romero y otros Vs. Venezuela	prejudicado (aceitação da responsabilidade internacional)	prejudicado (aceitação da responsabilidade internacional)	prejudicado (aceitação da responsabilidade internacional)	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso de la Masacre de Pueblo Bello Vs. Colombia	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso López Álvarez Vs. Honduras	N	N	N	S	S	S	N	N	N	S	N	S
Caso Baldeón García Vs. Perú	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso de las Masacres de Ituango Vs. Colombia	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso Ximenes Lopes Vs. Brasil	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso Montero Aranguren y otros (Retén de Catia) Vs. Venezuela	prejudicado (aceitação da responsabilidade internacional)	prejudicado (aceitação da responsabilidade internacional)	prejudicado (aceitação da responsabilidade internacional)	prejudicado (aceitação da responsabilidade internacional)	prejudicado (aceitação da responsabilidade internacional)	S	N	N	N	prejudicado (aceitação da responsabilidade internacional)	prejudicado (aceitação da responsabilidade internacional)	S
Caso Servellón García y otros Vs. Honduras	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso Goiburú y otros Vs. Paraguay	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso Almonacid Arellano y otros Vs. Chile	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso Vargas Areco Vs. Paraguay	prejudicado (aceitação da responsabilidade internacional)	prejudicado (aceitação da responsabilidade internacional)	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N

	A			B			C			D		
	Causa de Resp			Reparação			Previsão Legal			Prisão		
	de interna cional)	de interna cional)										
Caso del Penal Miguel Castro Castro Vs. Perú	S	S	S	S	S	S	N	N	N	S	S	S
Caso Nogueira de Carvalho y otro Vs. Brasil	S	S	N	prejudica do (Estado não foi responsa bilizado)	prejudica do (Estado não foi responsa bilizado)	prejudi cado (Estado não foi responsa bilizado)	N	N	N	N	N	N
Caso La Cantuta Vs. Perú	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso de la Masacre de La Rochela Vs. Colombia	S	S	S	prejudica do (Estado aceitou acordo medidas de reparação)	prejudica do (Estado aceitou acordo medidas de reparação)	S	N	N	N	N	N	N
Caso Bueno Alves Vs. Argentina	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso Escué Zapata Vs. Colombia	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso Zambrano Vélez y otros Vs. Ecuador	S	S	S	prejudica do (argumen to de cada parte não é apresenta do)	prejudica do (argumen to de cada parte não é apresenta do)	S	N	N	N	N	N	N
Caso Cantoral Huamaní y García Santa Cruz Vs. Perú	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso García Prieto y otro Vs. El Salvador	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso Boyce y otros vs. Barbados	N	N	N	N	N	N	S	S	S	S	S	S
Caso Chaparro Álvarez y Lapo Íñiguez vs. Ecuador	N	N	N	S	S	N	N	N	N	prejudica do (aceitação da responsabi lidade internacio nal))	prejud icado (aceita ção da respon sabilidade internacio nal))	S
Caso Albán Cornejo y otros Vs. Ecuador	S	S	S	prejudica do (Estado aceitou medidas de reparação)	prejudica do (Estado aceitou medidas de reparação)	N	N	N	N	N	N	N

	A			B			C			D		
	Causa de Resp			Reparação			Previsão Legal			Prisão		
Caso Kimel Vs. Argentina	N	N	N	N	N	N	S	S	S	N	N	N
Caso Yvon Neptune vs. Haiti	N	N	N	S	N	N	N	N	N	S	S	S
Caso Heliodoro Portugal vs. Panamá	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso Bayarri vs. Argentina	S	S	S	S	S	N	N	N	N	S	S	S
Caso Tiu Tojín Vs. Guatemala	prejudicado (aceitação da responsabilidade de internacional)	prejudicado (aceitação da responsabilidade de internacional)	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso Ticona Estrada y otros Vs. Bolivia	prejudicado (aceitação da responsabilidade de internacional)	prejudicado (aceitação da responsabilidade de internacional)	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso Valle Jaramillo y otros Vs. Colombia	S	S	S	prejudicado (Estado aceitou medidas de reparação)	prejudicado (Estado aceitou medidas de reparação)	S	S	N	N	N	N	N
Caso Tristán Donoso Vs Panamá	S	S	N	S	S	N	S	S	S	N	N	N
Caso Ríos y otros Vs Venezuela	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso Perozo y otros Vs Venezuela	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N	N	N
Caso Kawas Fernández Vs Honduras	prejudicado (aceitação da responsabilidade de internacional)	prejudicado (aceitação da responsabilidade de internacional)	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso Escher e outros Vs. Brasil	S	N	S	S	N	N	N	N	N	N	N	N
Caso Anzualdo Castro Vs. Perú	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso Garibaldi Vs. Brasil	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso Dacosta Cadogan Vs.	N	N	N	N	N	N	S	S	S	N	N	N

	A			B			C			D		
	Causa de Resp			Reparação			Previsão Legal			Prisão		
Barbados												
Caso González y otras ("Campo Algodonero") Vs México	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso Barreto Leiva Vs. Venezuela	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Caso Usón Ramírez Vs. Venezuela	N	N	N	N	N	N	S	S	S	N	N	N
Caso Radilla Pacheco Vs. Estados Unidos Mexicanos	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso de la Masacre de Los Erres Vs. Guatemala	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso Chitay Nech y otros Vs. Guatemala	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N	N
Caso Manuel Cepeda Vargas Vs. Colombia	prejudicado (aceitação da responsabilidade internacional)	prejudicado (aceitação da responsabilidade internacional)	S	prejudicado (Estado aceitou medidas de reparação)	prejudicado (Estado aceitou medidas de reparação)	S	N	N	N	N	N	N
Caso Fernández Ortega y otros. Vs. México	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso Rosendo Cantú y otra Vs. México	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso Ibsen Cárdenas e Ibsen Peña Vs. Bolívia	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso Vélez Loor Vs. Panamá	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S
Caso Gomes Lund y otros (Guerrilha do Araguaia) Vs. Brasil	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N

	A			B			C			D		
	Causa de Resp			Reparação			Previsão Legal			Prisão		
Caso Cabrera García y Montiel Flores Vs. México	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso Gelman Vs. Uruguay	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso Vera Vera y otra Vs. Ecuador	S	S	S	S	S	N	N	N	N	S	S	S
Caso Torres Millacura y otros Vs. Argentina.	prejudicado (aceitação da responsabilidade de internacional)	prejudicado (aceitação da responsabilidade de internacional)	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso Contreras y otros Vs. El Salvador	prejudicado (aceitação da responsabilidade de internacional)	prejudicado (aceitação da responsabilidade de internacional)	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N
Caso López Mendoza Vs. Venezuela	N	N	N	N	N	N	S	S	S	N	N	N
TOTAL	62	60	59	70	62	56	18	16	16	15	13	15